UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
INSTITUTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, ADMINISTRATIVAS E CONTÁBEIS
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - PROFIAP

ANÁLISE DE IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESPÍRITO SANTO: DESAFIOS, AVANÇOS E ENTRAVES DA EXECUÇÃO DOS PLANOS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO NAS PRISÕES ENTRE 2016-2024

JÚLIA SANTOS SILVA

RIO GRANDE, RS
2025

JÚLIA SANTOS SILVA

ANÁLISE DE IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESPÍRITO SANTO: DESAFIOS, AVANÇOS E ENTRAVES DA EXECUÇÃO DOS PLANOS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO NAS PRISÕES ENTRE 2016-2024

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional - PROFIAP, pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

Orientador: Prof. Dr. Lucas Santos Cerqueira

RIO GRANDE, RS
2025

ANÁLISE DE IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESPÍRITO SANTO: DESAFIOS, AVANÇOS E ENTRAVES DA EXECUÇÃO DOS PLANOS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO NAS PRISÕES ENTRE 2016-2024

JÚLIA SANTOS SILVA

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional – PROFIAP da Universidade Federal do Rio Grande – FURG como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Administração Pública, analisada pela Banca Examinadora abaixo discriminada:

_____
Prof. Dr. Lucas Santos Cerqueira (orientador - FURG)

_____
Prof. Dr. Márcio André Leal Bauer (PPGA/FURG)

_____
Profa. Dra. Lys Maria Vinhaes Dantas (PPGGPP/UFRB)

_____
Prof. Dr. Rodrigo Serpa Pinto (PROFIAP/UFPEL)

Rio Grande, 08 de setembro de 2025.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, por renovar as minhas forças dia após dia.

Agradeço à minha família, Ecy, Paulo, Lívia, Vivian, Silvia, Fábio, Malú, Laís, Igor, obrigada por estarem sempre ao meu lado.

Agradeço ao Paulo, pelas palavras de esperança e apoio.

Agradeço às minhas amigas, à minha célula, e a todos que oraram por mim nesse processo ou me ajudaram de alguma forma.

Agradeço ao meu orientador Lucas, aos meus professores e aos colegas de turma do mestrado.

Agradeço às equipes da SEDU e SEJUS, que se disponibilizaram a participar da pesquisa.

"Até aqui nos ajudou o Senhor", 1 Samuel 7:12.

RESUMO

A pesquisa trata sobre as políticas de educação destinadas à população em situação de restrição de liberdade, no contexto do Espírito Santo. O papel da educação no sistema prisional não está voltado apenas para oportunizar o aprendizado, mas para auxiliar na ressocialização dessas pessoas apenadas. Assim, a pesquisa realiza uma análise de implementação das políticas de educação, dos anos de 2016 a 2024, respectivos anos de vigência dos Planos Estaduais de Educação nas Prisões do Espírito Santo. Para isso, a análise se ancora em entrevistas com gestores e nos Planos Estaduais, permitindo identificar limitações estruturais das unidades prisionais, as dificuldades da equipe gestora, e as particularidades do público atendido. Assim, a pesquisa contribui para o debate acadêmico sobre a implementação de políticas públicas de educação prisional, evidenciando que, embora haja avanços no Espírito Santo, ainda permanecem desafios para a universalização do direito à educação dos apenados.

Palavras-chave: Políticas públicas. Análise de implementação. Educação. Apenados. Plano Estaduais de Educação nas Prisões. Espírito Santo.

ABSTRACT

The research addresses education policies aimed at the population in situations of deprivation of liberty in the context of Espírito Santo, Brazil. The role of education in the prison system is not limited to providing learning opportunities, but also to supporting the resocialization of incarcerated individuals. Thus, the study carries out an implementation analysis of education policies from 2016 to 2024, corresponding to the period of validity of the State Plans for Prison Education of Espírito Santo. To this end, the analysis is based on interviews with managers and on the State Plans, allowing the identification of structural limitations of prison units, the challenges faced by the management team, and the particularities of the target population. Therefore, the research contributes to the academic debate on the implementation of prison education policies, showing that, although there have been advances in Espírito Santo, challenges remain for the universalization of the right to education for incarcerated individuals.

Keywords: Public policies. Implementation analysis. Education. Inmates. State Prison Education Plans. Espírito Santo.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Ciclo das políticas públicas 200
Figura 2 - O desenho de políticas públicas 222
Figura 3 - Características principais entre as abordagens Top- down e Bottom-up .. 266
Figura 4 - Atividades educacionais e de trabalho dos apenados no Brasil (2023)..... 555
Figura 5 - Escolaridade do preso no Brasil em unidades estaduais (2023)..... 566
Figura 6 - Quantidade total de pessoas apenadas no Espírito Santo (2023) 57
Figura 7 - Escolaridade do preso no Espírito Santo (2023) 59
Figura 8 - Ofertas de educação não formal no Sistema Penitenciário do Espírito Santo.600
Figura 9 - Atividades educacionais no Sistema Penitenciário do Espírito Santo (2023) 611
Figura 10 - Oferta de educação não formal no Sistema Penitenciário do Espírito Santo 77
Figura 11 - Principais fontes de financiamento..... 78
Figura 12 - Indicadores do plano de ação da educação do Sistema Penitenciário capixaba ..... .79

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Relação entre a oferta e à demanda educacional (2015)..... 655
Tabela 2 - Oferta de EJA no Sistema Penitenciário do Espírito Santo, dividido entre ensino fundamental e médio..... 766

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Definição das dimensões de Análise.....51
Quadro 2 - Modelo de Análise 90

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Unidades Prisionais com oferta de EJA no ES (2005 - 2020)..... 733
Gráfico 2 - Evolução dos estudantes presos matriculados na Educação formal no ES (2005-2020)..... 744

SIGLAS

AC	Análise de Conteúdo
CEE	Conselho Estadual de Educação
Depen	Departamento Penitenciário Nacional
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ENCCEJA	Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ES	Espírito Santo
Fundeb	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
GEEJA	Gerência de Educação de Jovens e Adultos
GETA	Gerência de Educação, Trabalho e Assistência
GT	Grupo de Trabalho
Infopen	Sistema Integrado de Informações Penitenciárias
MJ	Ministério da Justiça
ONG	Organização Não Governamental
PEEP	Plano Estadual de Educação nas Prisões
PGE	Procuradoria Geral do Estado
PROJEF	Programa de Desenvolvimento do Ensino Fundamental
PTT	Produto Técnico Tecnológico
RELIPEM	Relatório de Informações Penitenciárias
Secadi	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SEDES	Secretaria de Desenvolvimento
SEDU	Secretaria de Estado da Educação
SEJUS	Secretaria de Justiça
SENAPPEN	Secretaria Nacional de Políticas Penais
SISDEPEN	Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 14
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO DA PESQUISA 14
1.2 PROBLEMA DE PESQUISA 16
1.3 OBJETIVOS DO ESTUDO 16
1.4 JUSTIFICATIVA DE REALIZAÇÃO DO ESTUDO 17
1.5 ESTRUTURA DO PROJETO 18
2 REFERENCIAL TEÓRICO 19
2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS: CONCEITO E IMPORTÂNCIA 19
2.2 ANÁLISE DE IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS 24
2.3 EDUCAÇÃO NO CONTEXTO CARCERÁRIO 31
2.4 ESTUDOS ANTERIORES 33
2.5 MODELO TEÓRICO DE ANÁLISE 49
3 CONTEXTO CARCERÁRIO DO BRASIL E DO ESPÍRITO SANTO 53
3.1 CONTEXTUALIZANDO A REALIDADE NO BRASIL 53
3.2 CONTEXTUALIZANDO A REALIDADE NO ESPÍRITO SANTO 57
3.3 PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO NAS PRISÕES (2016) 63
3.4 PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PARA PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE E EGRESSAS DO SISTEMA PRISIONAL DO ESPÍRITO SANTO (2021) 71
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 84
4.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA 84
4.2 INSTRUMENTO DE COLETA E FONTE DE DADOS 85
4.3 TÉCNICA DE ANÁLISE DE DADOS 88
4.4 MODELO DE ANÁLISE 89
4.5 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA 91
5 RESULTADOS 93

5.1 CARACTERÍSTICAS DA ESTRUTURA NORMATIVA DA POLÍTICA E SUA UTILIZAÇÃO POR AGENTES IMPLEMENTADORES 93

5.2 DINÂMICA INSTITUCIONAL/ORGANIZACIONAL E POLÍTICA QUE PROMOVE AS AÇÕES 103

5.3 CONCEPÇÕES E VALORES DOS IMPLEMENTADORES SOBRE A POLÍTICA 108

5.4 PROCESSOS E PRÁTICAS DE IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA . 111

6 CONCLUSÕES 131

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 136

Apêndice A – Roteiro da entrevista 148

Apêndice B – Carta Convite 149

Apêndice C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido 150

1 INTRODUÇÃO

Ao implementar uma política pública, muitas questões entram em jogo, e com isso, decisões boas e ruins podem ser tomadas ao longo do ciclo dessa política. Nesse sentido, para ir ao encontro das boas decisões, é necessário que hajam informações, análises congruentes e foco no bem-estar coletivo (SECCHI, 2019).

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO DA PESQUISA

Trataremos neste estudo acerca das políticas de educação destinadas à população em situação de restrição de liberdade, no contexto do Espírito Santo (ES). O papel da educação no sistema prisional não está voltado apenas para oportunizar o aprendizado, mas para auxiliar na ressocialização dessas pessoas apenadas, evitar reincidência e possibilitar novas perspectivas de futuro ao terminar de cumprir sua pena (FREITAS, 2023).

Entender a educação como um mecanismo capaz de contribuir na ressocialização do apenado é fundamental, pois ela contribui na formação ética e moral do indivíduo, além de promover a consciência de suas ações (DE JESUS, 2023).

Por meio da educação, os apenados podem adquirir conhecimentos e habilidades que podem ajudá-los na reinserção social, aumentando suas chances de encontrar emprego, reconstruir suas vidas e evitar a reincidência criminal (DE JESUS, 2023). A educação oferece aos apenados a oportunidade de refletir sobre suas ações, repensar seus comportamentos e adquirir uma nova perspectiva de vida. Com acesso à educação, eles desenvolvem autoestima, autoconfiança e senso de responsabilidade (DE JESUS, 2023). No entanto, para que esse direito seja garantido, é necessário que tenha estrutura, investimento e gestão apropriada dos recursos, sejam eles financeiros ou de pessoal.

Outrossim, muitas dessas pessoas, quando estavam em liberdade, não tinham facilidade em acessar o direito à educação, e só tiveram acesso à educação dentro do sistema penitenciário (BONATTO; BRANDALISE, 2023), algo que demonstra a ineficiência do setor público em alcançar a totalidade da população. Os programas e projetos educacionais desenvolvidos dentro das prisões precisam ter esses fatores como ponto de partida (DOS SANTOS SIQUEIRA et al., 2022).

Tendo em vista o contexto carcerário brasileiro, em 2023, com cerca de 839,7 mil[1], um dos maiores do mundo em quantidade de pessoas aprisionadas. Além disso, com cerca de 288 mil apenados com ensino fundamental incompleto[2], demonstrando que grande parcela desse público está na etapa inicial da educação formal.

Ademais, o ES tem cerca de 22 mil pessoas apenadas, 10 mil apenas no regime fechado, valor este que extrapola em cerca de 5 mil o número de vagas definidas para esse grupo[3]. Ao analisar os dados da Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN), é possível visualizar que a maior parcela dos apenados no contexto do Espírito Santo, cerca de 38%, tem o ensino fundamental incompleto. Assim, analisar a implementação de políticas públicas voltadas para a educação se faz necessário.

O sistema penitenciário precisa estar preparado, ter aparato, para lidar com pessoas que estão inseridas no sistema, mas não tiveram acesso à educação, nesse sentido, muitos apenados não têm interesse em estudar (BONATTO; BRANDALISE, 2023).

Os Planos Estaduais de Educação nas Prisões (PEEP) buscam direcionar a política de educação no contexto prisional, com estabelecimento de metas e indicadores. Após a elaboração e publicação dos planos, os estados passam a executá-los e monitorá-los, estabelecendo um cronograma para que o monitoramento ocorra, a fim de cumprir as entregas planejadas[4].

No âmbito capixaba, o estado possui dois planos voltados à educação nas prisões, são eles: O Plano Estadual de Educação nas Prisões, de 2016, e o Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional do Espírito Santo, de 2021. Os planos contemplam os objetivos estaduais para com o âmbito prisional, os órgãos envolvidos, diretrizes etc. Ademais, a gestão do segundo plano tem prazo até 2024.

Diante disso, o presente estudo busca analisar como se dá a implementação das políticas de educação nas prisões no Espírito Santo. A análise de implementação é uma das formas mais

---

[1]Política penitenciária está em debate no Senado; Brasil tem a 3ª maior população carcerária do mundo. SENADO FEDERAL. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/tv/programas/em-discussao/2024/06/politica-penitenciaria-esta-em-debate-no-senado-brasil-tem-a-3a-maior-populacao-carceraria-do-mundo#:~:text=O%20Brasil%20j%C3%A1%20tem%20a,O%20alerta%20veio%20do%20STF. > Acesso em: 27 de maio de 2024.

[2] Figura 10.

[3]Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN). Disponível em: < https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYzZlNWQ2OGUtYmMyNi00ZGVkLTgwODgtYjVkMWI0ODhmOGUwIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9&pageName=ReportSection. > Acesso em: 17 de mar. de 2024.

[4]Política de Educação. gov.br. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/assuntos/politicas-nacionais-penitenciarias/politica-nacional-de-educacao . > Acesso em: 10 de julho de 2024.

comuns de análise de políticas públicas e o seu objetivo é examinar a ação pública, seus determinantes, finalidades, processos e consequências (NETO, 2019). Nesse sentido, o estudo busca examinar a ação pública relacionada a implementação das políticas públicas de educação nas prisões do ES.

Realizar uma análise voltada para a resolução de problemas públicos requer um trabalho aprofundado. Analisar políticas públicas implica gerar informações que ofereçam uma base sólida para a tomada de decisões públicas. As deliberações demandam a utilização de métodos, evidências, critérios e parâmetros, ou seja, são fundamentadas em uma análise consistente do problema público e da política pública (SECCHI, 2019).

Assim, é válido que sejam analisadas as políticas públicas de educação voltadas para esse grupo social, a fim de verificar como está sendo feita a implementação das políticas de educação nesse contexto. Deste modo, a pesquisa ocorreu a partir da contextualização do perfil da população carcerária espírito-santense, disponibilizados nos portais federais, das entrevistas com os responsáveis da área de implementação das políticas de educação prisional e da análise dos dois planos capixabas de educação nas prisões: Plano Estadual de Educação nas Prisões (2016) e o Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional do Espírito Santo (2021).

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

A questão orientadora consiste em identificar e analisar os desafios, avanços e entraves presentes na implementação das políticas públicas de educação no contexto carcerário do Espírito Santo, tomando como referência os Planos Estaduais de Educação nas Prisões.

O estudo busca responder à seguinte questão: *Quais os desafios, avanços e entraves da implementação de políticas públicas de educação no contexto carcerário do Espírito Santo, a partir da execução dos Planos Estaduais de Educação nas Prisões, entre os anos de 2016 a 2024?*

1.3 OBJETIVOS DO ESTUDO

O objetivo dessa pesquisa é entender os desafios, avanços e entraves da implementação de políticas públicas de educação no contexto carcerário do Espírito Santo, a partir da execução dos Planos Estaduais de Educação nas Prisões, entre os anos de 2016 a 2024.

1-Caracterizar os Planos Estaduais de Educação nas Prisões no âmbito prisional Capixaba entre os anos 2016 e 2024 destacando os objetivos, metas, processos, estrutura, recursos e gestão;

2-Entender os principais avanços dos Planos Estaduais de Educação nas Prisões capixaba entre os anos de 2016 a 2024;

3-Analisar os desafios e entraves da implementação dos Planos Estaduais de Educação nas Prisões, entre os anos de 2016 a 2024;

4-Contribuir com recomendações para o aprimoramento do processo de implementação da política de educação no contexto carcerário do Espírito Santo.

1.4 JUSTIFICATIVA DE REALIZAÇÃO DO ESTUDO

Considerando o perfil carcerário brasileiro, um dos países com maior quantidade de pessoas em situação de restrição de liberdade[5]. Nesse sentido, evidencia-se a importância de resguardar o direito à educação no sistema prisional, para fins de ressocialização e capacitação dos apenados.

A gestão e a administração pública são áreas de interesse profissional da autora, dessa forma, dada sua residência no Espírito Santo, o acesso à informação pode ser realizado de forma mais facilitada. Além de viabilizar a entrevista presencial dos profissionais que gerenciam a implementação das políticas públicas de educação prisional capixaba. Ademais, busca-se contribuir para a gestão das políticas de educação prisional no estado, assim, oferecendo sugestões de melhorias e contribuições para os vindouros Planos de Educação nas Prisões que serão implementados, a partir da pesquisa realizada.

A análise de políticas públicas se dedica à criação e organização de conhecimentos voltados para a resolução de questões de interesse público, assim, o objetivo dessa análise é aprimorar o processo de tomada de decisões governamentais, dessa forma, servindo de apoio para a formulação de políticas, desenvolvimento de programas ou outras iniciativas públicas (SECCHI, 2023).

O presente estudo se faz relevante, pois, destaca a implementação das políticas públicas de educação para os apenados do ES. Para isso, fez a análise dos Planos Estaduais de Educação

[5] Política penitenciária está em debate no Senado; Brasil tem a 3ª maior população carcerária do mundo. SENADO FEDERAL. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/tv/programas/em-discussao/2024/06/politica-penitenciaria-esta-em-debate-no-senado-brasil-tem-a-3a-maior-populacao-carceraria-do-mundo#:~:text=O%20Brasil%20j%C3%A1%20tem%20a,O%20alerta%20veio%20do%20STF. > Acesso em: 27 de maio de 2024.

nas Prisões e entrevistas com os profissionais que atuam na gestão desse ensino. Não só isso, o referido plano tem sua gestão delimitada de 2021 a 2024, ou seja, em breve outro plano entrará em vigor para direcionar a educação no sistema prisional capixaba. O que evidencia a importância de analisar a implementação de políticas públicas voltadas para a educação prisional no cenário capixaba.

1.5 ESTRUTURA DO PROJETO

A pesquisa está dividida em sete partes, inicia com a introdução, onde o estudo é contextualizado, seus objetivos e justificativas.

O referencial teórico traz luz aos conceitos importantes para tratar sobre implementação, abordando o ciclo das políticas públicas, e complementando com estudos sobre implementação de políticas educacionais no contexto carcerário. Não só isso, traz os estudos utilizados como base para a pesquisa e o modelo de análise utilizado.

Em continuidade, é abordado o contexto carcerário do Brasil e do Espírito Santo, e como é o perfil educacional dos apenados. Aliado a isso, os Planos Estaduais de Educação nas Prisões são descritos, pois fundamentam e direcionam às políticas de educação para as pessoas privadas de liberdade no estado, juntamente com suas metas e estratégias para o contexto capixaba.

Os procedimentos metodológicos tratam acerca do método, o instrumento, e as entrevistas com os atores responsáveis pela implementação das políticas de educação para os apenados. Por fim, são detalhados os aspectos éticos e o cronograma para elaboração da pesquisa.

Ademais, os resultados são expostos, divididos a partir das dimensões de análise, a fim de abordar separadamente cada elemento trazido.

A conclusão recapitula os objetivos do estudo, e discorre acerca das principais problemáticas trazidas pelos gestores das políticas educacionais no Espírito Santo.

Por fim, todas as referências bibliográficas dos estudos e documentos utilizados na pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O presente estudo busca tratar acerca da implementação das políticas de educação no sistema penitenciário do Espírito Santo. Assim, foram trazidos autores referência na área de implementação a fim de elucidar a temática de análise de implementação e, posteriormente, o contexto educacional no âmbito carcerário do ES.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS: CONCEITO E IMPORTÂNCIA

As políticas públicas buscam solucionar ou amenizar um problema público (HARRISON et al., 2012). Ao tratar sobre políticas públicas, é importante definir os termos relacionados e o viés conceitual que servirá como base.

As políticas públicas são procedimentos construídos para findar ou amenizar um problema público (SECCHI, 2019). “Política pública é um conceito abstrato que se materializa com instrumentos concretos como leis, programas, campanhas, obras, prestação de serviço, subsídios, impostos e taxas, decisões judiciais, entre muitos outros.” (SECCHI, 2023, p.5).

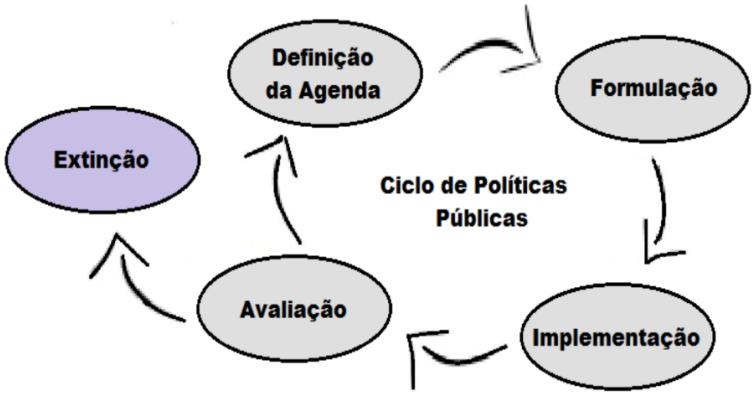
Os problemas públicos seriam como uma doença e as políticas públicas seriam como um remédio. De forma metafórica, para resolver um problema público é necessário primeiro diagnosticá-lo, assim como se faz com uma doença, depois disso, prescreve-se um tratamento (SECCHI, 2023).

Alguns estudiosos entendem que a ação ou a inação do Estado para com um problema público caracteriza-se como uma política pública, todavia, tal aspecto não encontra apoio na posição de Secchi (2019), “Se todas as omissões ou negligências de atores governamentais e não governamentais fossem consideradas políticas públicas, tudo seria política pública.” (p.5).

Para exemplificar, Secchi (2019) diz que: se um grupo de mulçumanos solicitar que o governo brasileiro intervenha para que os frigoríficos do país cortem as carnes da forma sagrada na qual a religião acredita e o governo não atender, isso seria uma política pública? Assim, ao entender que as políticas públicas são ações e diretrizes para combater o problema público, entender a inação como tal não é condizente, de acordo com o autor.

A Figura 1 evidência, de forma simplificada, o ciclo das políticas públicas.

Figura 1 - Ciclo das políticas públicas



Fonte: CÂMARA NETO, 2019, p.33.

O ciclo não ocorre de forma direta, mas pode ser sobreposto e repetido no processo, de forma variada. Outrossim, o nome das etapas pode ser modificado, de acordo com a percepção de cada autor, não existe um único modelo e nomenclatura (CÂMARA NETO, 2019). O ciclo é adequado para orientar qualquer política pública, independente da área em questão (CÂMARA NETO, 2019).

Dito isto, o primeiro aspecto é o entendimento por parte dos tomadores de decisão, que determinam quais pautas devem entrar na agenda de políticas públicas do governo, esse fator é influenciado por vários motivos, como o nível de atenção pública que a problemática gera (DE MATOS PINTO, 2008). A definição da agenda pode ocasionar discordâncias e problemas voltados para os interesses e percepções dos atores (ANDRADE, 2019).

Ademais, pode-se diferenciar os tipos de agenda, brevemente, a agenda sistêmica está relacionada aos fatores que recebem atenção pública, que demandam uma atitude do governo, já à agenda governamental, está relacionada às questões que são entendidas como problema público pelo governo ou tomadores de decisão (CAPELLA, 2018).

Dessa forma, sempre haverá um grupo no qual suas pautas serão atendidas e outro que não terá. Assim, cada grupo busca fazer com que suas temáticas sejam amplificadas, e também, fazer com que as questões dos demais grupos não ocupem a atenção pública (CAPELLA, 2018). O autor frisa que o papel da mídia nesse processo é vital, pois ela pode potencializar uma questão ou apagá-la.

Esse processo é contínuo e perpassa à maioria dos projetos e políticas públicas, ou seja, enquanto os vencedores tentam diminuir as tensões, os perdedores, em contraste, procuram ampliá-las (CAPELLA, 2018).

Aliado a isso, à concepção do que é problema público também muda, a definição do problema é um dos principais aspectos da atividade política, para grupos distintos, o problema pode ser o total oposto (CAPELLA, 2018), em outras palavras, os problemas advêm de escolhas de um grupo.

A política pública é fruto de "[...] intenções convergidas para a solução de um problema, expressos em determinados instrumentos legais como: portarias, decretos, resoluções etc. Esses instrumentos não garantem que a decisão seja transformada em ação [...]" (SOARES JUNIOR et al., 2023, p.60), ou seja, mesmo estando nesses instrumentos, os projetos ou políticas podem não vir a ser implementados de fato.

A partir do entendimento dessas questões como problemas públicos, caminhos são percorridos para que essas problemáticas sejam findadas ou amenizadas (DE MATOS PINTO, 2008). Ou seja, percebe-se que um dos principais fatores é quando esses problemas tomam magnitude significativa, mobilizando a atenção de vários segmentos da sociedade, assim, os tomadores de decisão passam a considerar tal fator como um problema público, uma pauta para políticas públicas, em outras palavras, a agenda é formada (DE MATOS PINTO, 2008).

Após a decisão acerca de quais obstáculos serão escolhidos, inicia-se a formulação dos programas (RAEDER, 2014). Na etapa de formulação, o governo elabora propostas para os problemas em questão, essas propostas seriam as políticas públicas (CÂMARA NETO, 2019).

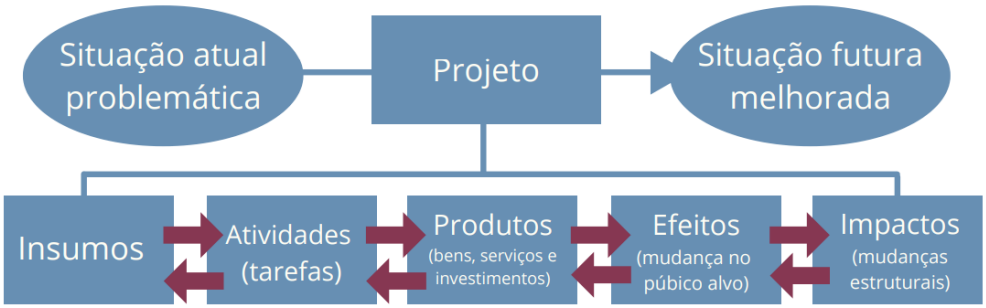
Na etapa de agenda, vários aspectos políticos estão em jogo, logo, na etapa de formulação, não é diferente. Escolher as alternativas que serão utilizadas para driblar as problemáticas públicas, isto é, as opções são avaliadas, e posteriormente consideradas (CAPELLA, 2018). Dado que o tipo de instrumento escolhido para lidar com a respectiva problemática pode favorecer ou dar prejuízo a algum grupo, então interesses também estão envolvidos (CAPELLA, 2018).

As alternativas para tratar o problema usualmente envolvem diversos atores, governamentais ou não, além disso, a capacidade técnica e financeira do governo está diretamente relacionada com os meios que o mesmo tem para lidar com as problemáticas (CAPELLA, 2018). À vista disso, cada projeto ou programa público requer ações administrativas, para que se chegue à etapa de implementação, vários setores governamentais são envolvidos (CAPELLA, 2018).

Nesse sentido, as políticas públicas são formuladas por instrumentos que traduzem as intenções dos formuladores em um conjunto de ações, tais instrumentos engendram a conduta a ser seguida, ordenam à ação pública (CAPELLA, 2018).

Além disso, a formulação, assim como a agenda, é uma etapa pré-decisória, pois antecede a implementação de fato. Ou seja, como demonstra a Figura 2, na formulação, todos os aspectos necessários para a realização do programa ou política pública deverão ser estabelecidos, como os atores e os insumos necessários (CAPELLA, 2018).

Figura 2 - O desenho de políticas públicas



Fonte: Avaliação de Políticas Públicas: Por onde começar?. FJP. Disponível em: <https://fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2021/04/01.06_AvaliacaoDePoliticasPublicas_GuiaMarcoLogico_FJP.pdf. 2021. > Acesso em: 01 de jan. de 2024.

Dessa forma, os processos de identificação de problemas e de busca por alternativas são essenciais para entender os aspectos envolvidos na formulação de políticas públicas. Além disso, o autor destaca que esses processos desempenham um papel importante na explicação das tomadas de decisão, pois as escolhas formais são influenciadas por alternativas embasadas em entendimentos técnicos e políticos previamente estabelecidos (CAPELLA, 2018).

Isto posto, por muito tempo, houve o entendimento de que a etapa de implementação seria uma etapa simplista, apenas para colocar em prática o que havia sido estudado e elaborado durante a etapa importante e complexa, que seria à formulação, todavia, esse pensamento não está condizente com a realidade (NOGUEIRA; FAGUNDES, 2015). A etapa de implementação é profunda e lida, muitas vezes, com recursos escassos, pessoal não qualificado (ESPÍNOLA, 2021), o que a torna mais complexa e difícil.

As políticas públicas envolvem muitas decisões, exigindo a participação de diversos atores e áreas (SOARES JÚNIOR, 2023). Nota-se que nas políticas públicas, seus processos não se dão de forma direta e neutra, mas complexa e incerta (ANDRADE, 2019).

Nesse sentido, a etapa de implementação é fundamental para explicar o sucesso ou fracasso governamental em alcançar o que foi estipulado no desenho da política (ESPÍNOLA, 2021), frisando a relevância dessa etapa.

A implementação, é quando o que foi formulado nos planos se torna realidade (LOTTA, 2014). Ademais, por meio da fase de implementação, é possível reconhecer erros e dificuldades do projeto, detectando decisões incoerentes (SILVA; DANTAS, 2020).

A implementação é como um processo de assimilação de uma ideia que resulta da interação entre a intenção expressa no plano e o contexto local de ação. Dessa forma, pode-se incorporar variáveis como ideias e visões de mundo dos atores envolvidos. Isso ocorre porque a interpretação da estrutura normativa de uma política pública é influenciada pelas concepções de mundo dos atores encarregados de sua execução, a partir dessa combinação surge a ação, efetivamente a política pública (LIMA; D'ASCENZI, 2013).

A análise do processo de implementação decorrente dessa dinâmica deve levar em consideração diversos fatores, incluindo as características do plano, a organização do aparato administrativo responsável pela implementação, bem como as ideias e concepções dos indivíduos envolvidos (LIMA; D'ASCENZI, 2013). A implementação é a ocasião de pôr em prática tudo o que foi pensado e definido durante o processo de formulação, transformando decisões em ações (SOARES JÚNIOR et al., 2023). Desse modo, essa etapa representa a junção dos recursos metodológicos, técnicos e financeiros, a fim de colocar em prática uma política idealizada.

No Brasil, o setor público é heterogêneo em relação aos recursos disponíveis, e a implementação de políticas públicas pode resultar em problemas ou resultados não previstos, diferente do que foi formulado (ESPÍNOLA, 2021), evidenciando que há uma certa incerteza quanto à implementação de um projeto ou política pública, causado pela própria heterogeneidade de recursos, não necessariamente pela característica da política pública em si.

Ademais, entra em evidência a etapa de avaliação, processo fundamental para dar base para que o projeto vigore de forma assertiva, mas também, que os estudos gerados a partir dele sirvam de base para outros programas e projetos. Todavia, a produção dessas evidências não necessariamente faz com que elas sejam utilizadas para orientar decisões em políticas públicas (SOARES, 2019).

Nesse sentido, tornar as evidências e dados mais acessíveis é uma possibilidade para aumentar sua utilização pelos atores governamentais, e influenciar as políticas públicas (SOARES, 2019).

Em cada área, existe um tipo de evidência que é considerada mais ou menos apropriada, com maior ou menor aceitação, todavia, metodologias diversas trazem olhares amplificados sobre uma mesma problemática, algo valioso para as políticas públicas (SOARES, 2019).

Contudo, além da escolha metodológica e do viés do estudo de cada área, quantitativo ou qualitativo, por exemplo, é válido destacar que os instrumentos não são inteiramente neutros, eles trazem concepções dos atores envolvidos (PIRES, 2016). Isto é, o instrumento utilizado não é escolhido apenas de forma técnica, mas carrega concepções individuais e preferências (ESPÍNOLA, 2021).

Ademais, mesmo que a utilização de evidências não seja sempre utilizada de forma plena e completa, é notório que as evidências fazem com que as políticas públicas sejam mais eficazes na problemática que se propõe a sanar ou amenizar, assim, a tomada de decisão dos atores políticos têm maior embasamento (SOARES, 2019). O Brasil caminha a passos lentos nesse aspecto, pois países como os Estados Unidos utilizam as evidências de forma mais incisiva e a mais tempo (SOARES, 2019).

É possível realizar uma avaliação do projeto antes de sua implementação (ex ante), durante (monitoramento), ou após ela (ex post). Nesse sentido, é necessário que sejam estabelecidos os critérios que precisam ser avaliados no respectivo projeto, para posteriormente, ser escolhido o tipo de avaliação que melhor atende às necessidades do mesmo (RAEDER, 2014).

A avaliação possibilita a melhoria do direcionamento dos recursos públicos, legitimação da utilização dos mesmos, gera conhecimento e estudos que podem servir como base para outros projetos e implementações, auxilia na tomada de decisão dos governantes e principalmente, melhora a execução da política pública em questão (CAVALCANTI, 2007).

Nesse sentido, a avaliação deve seguir padrões para ser validada, adotando-se critérios e indicadores para tal, alguns deles são: economicidade, eficiência e eficácia (SILVA; DANTAS, 2020). As avaliações demonstram a relação causal entre a política e os resultados, a partir de evidências consolidadas (SOARES, 2019).

A partir do entendimento do ciclo das políticas públicas, é possível tratar acerca de como ocorre a análise de implementação das mesmas.

2.2 ANÁLISE DE IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A etapa de implementação está envolvida por estágios centrais do ciclo das políticas públicas “A fase de implementação sucede à tomada de decisão e antecede os primeiros esforços avaliativos. É nesse arco temporal que são produzidos os resultados concretos da política pública.” (SECCHI, 2019, p.70). Os estudos sobre a implementação de políticas

públicas podem ser vistos como uma área dentro da análise de políticas que foca no estágio em que as políticas são colocadas em prática (SOUZA, 2003).

A fase de implementação busca compreender as decisões tomadas nas etapas anteriores e as consequências dessas decisões (LOTTA et al., 2014). Pois, as escolhas feitas para as políticas públicas em sua formulação, podem ter consequências diferentes da esperada.

Ter atenção para com essa fase possibilita conhecer as especificidades da respectiva política pública, não apenas defeitos que podem ter ficado visíveis na etapa de implementação, mas erros que podem ter sido cometidos no desenho da política, como objetivos incoerentes com a realidade (SECCHI, 2019).

Como explicita Pérez (2010), diversos estudiosos tratam acerca da etapa de formulação da política como principal e a etapa de implementação como coadjuvante, sendo considerada apenas uma sequência de decisões. Assim, trazendo a perspectiva de que com uma formulação correta, a implementação irá acontecer de forma natural, como uma consequência da fase anterior, todavia, na prática, não ocorre dessa forma, visto que, ocorrem intercorrências no processo de implementação. Essa perspectiva acredita que as decisões da etapa de formulação seriam cumpridas de forma simples e compulsória (PÉREZ, 2010).

Pérez (2010) observa que a implementação de políticas pode variar conforme as agências envolvidas e os diferentes formatos de política, sejam centralizados ou descentralizados. Assim, embora as decisões sejam centralizadas, a execução enfrenta desafios.

Ademais, é válido que a concentração esteja nos elementos que envolvem a implementação, os atores envolvidos, a temporalidade da política (SECCHI, 2019). O autor salienta que a implementação deve ser gerenciada de forma lógica, e muito desse conhecimento necessário vem dos gestores e implementadores, pois os mesmos lidam com diversos atores, obstáculos, objetivos organizacionais e grupos de interesse.

Nesse sentido, acerca do campo de análise de políticas públicas, os autores criticam que essa temática tem ficado restrita ao campo da ciência política, todavia, outras áreas do conhecimento também devem se debruçar acerca do tema (CÂMARA NETO, 2019).

Bichir (2020) observa um amadurecimento nos estudos sobre a implementação de políticas no Brasil. Esse progresso decorre tanto do desenvolvimento de estudos que adaptam modelos analíticos internacionais e/ou propõem novas abordagens, quanto da consideração das características específicas da implementação de políticas públicas no contexto brasileiro (BICHIR, 2020).

Nos estudos sobre implementação, duas abordagens de modelos de análise, têm se destacado como predominantes. Uma delas concentra-se no processo de formulação da política, analisando variações e lacunas em sua execução, uma perspectiva centrada nas normas que moldam a política (*Top-down*). A outra enfatiza os elementos dos contextos nos quais a política é implementada, com foco nos espaços locais e na autonomia dos burocratas implementadores (*Bottom-up*). Como especificado na Figura 3.

Figura 3 – Quadro com as características principais entre as abordagens Top- down e Bottom-up

Top-down	**Bottom-up**
Decisões políticas e execução administrativa	Decisões parte dos burocratas individuais para a administração
Delimitação de atores/Núcleo Decisório	Rede de atores envolvidos na política pública
Tomada de decisão/Poder	Agentes implementadores interferem no resultado da política pública
Documentos/Normas oficiais	Negociação permanente, ecassez de recursos e relações cliente/burocratas
Objetivos Claros	Discricionaridade
Centralização	Descentralização

Fonte: BRITES; CLEMENTE, 2019, p.33.

Brevemente, *Top-down* e *Bottom-up*, a primeira foca nos mecanismos que fazem com que a implementação se aproxime da formulação da política, e a segunda entende que a implementação modifica a formulação (SEGATTO, 2012).

Nesse sentido, as vertentes *Top-down*, que significa de cima para baixo, olha às etapas de implementação como descendentes, e o *Bottom-up*, que significa de baixo para cima, seria o contrário, teria uma perspectiva ascendente (SILVA; DANTAS, 2020).

Além disso, a vertente *Top-down* entende que a finalidade da política pública é apontada pelos atores políticos, pois existe uma clara ordem de hierarquia. Assim, os processos ocorrem com pouca liberdade para alterações (SECCHI, 2019).

O modelo *Top-down* adota uma perspectiva funcionalista e tecnicista, onde se acredita que as políticas públicas devem ser formuladas na esfera política, enquanto a implementação é vista apenas como um esforço administrativo (SECCHI, 2019). Esse modelo é visto como uma forma pela qual a classe política tenta se isentar de responsabilidades na implementação de

políticas, assim, qualquer falha na implementação é atribuída aos agentes responsáveis, isto é, aos burocratas de nível de rua (SECCHI, 2019).

Além disso, é importante reconhecer os limites de cada modelo de análise. Por exemplo, o modelo *Top-down* se baseia em uma premissa de que a administração pública pode operar de maneira totalmente racional. No entanto, na realidade, os implementadores precisam se adaptar para lidar com problemas inerentes ao desenho da política. Usualmente, à política pública, quando implementada, não é totalmente igual ao seu desenho inicial (BRITES; CLEMENTE, 2019).

Por outro lado, no modelo *Bottom-up*, a autonomia dos burocratas pode ser uma preocupação, já que eles desenvolvem seus próprios métodos, rotinas e procedimentos para implementar políticas ou programas. Todavia, isso não significa que eles operem sem supervisão (BRITES; CLEMENTE, 2019).

As abordagens *Top-down* e *Bottom-up* apresentam diferenças em relação ao foco da análise, à variável dependente e a estratégia metodológica. Dada a marcante disparidade, diversos autores optaram por abandonar essa disputa e dedicar-se à elaboração de propostas que unissem as duas teorias (MOTA, 2021).

Além disso, outro ponto de variação, é acerca de qual abordagem se encaixa melhor para analisar cada tipo de programa ou política pública. A abordagem *Top-down* é útil para analisar questões de eficácia de um programa único e para obter uma visão do desempenho dos implementadores, enquanto a abordagem *Bottom-up* é mais adequada para analisar contextos de implementação com múltiplos atores e programas, podendo atuar em contextos locais (MOTA, 2021 Apud SABATIER, 1986).

A perspectiva de análise varia para cada modelo, a perspectiva *Top-down* começa analisando os documentos que formalizam a política pública, como objetivo, público-alvo, de forma completa, em seguida, ele verificará em campo as falhas na implementação (SECCHI, 2019). A perspectiva *Bottom-up* observa como a política pública é aplicada na prática, investigando as estratégias dos implementadores, e os obstáculos enfrentados. A partir dessas observações, ele analisa como a política pública deveria ser e o processo de elaboração dela, além de seu estado atual. O modelo *Top-down* é mais adequado para identificar as causas de falhas na implementação, enquanto o modelo *Bottom-up* é mais eficaz para detectar falhas na formulação e na tomada de decisão (SECCHI, 2019).

Esses modelos estão divididos por gerações, a primeira geração não progrediu em modelos generalizáveis, a partir desse déficit, surgiu a segunda geração. A segunda geração se destaca por apresentar níveis maiores de consciência teórica em comparação à primeira, além

de desenvolver estruturas analíticas que apontem os principais fatores da implementação. Essa geração de estudos é caracterizada pelo debate entre as abordagens *Top-down* e *Bottom-up* (MOTA, 2021 Apud LESTER et al., 1987).

Dada a influência de diversos fatores, a implementação não pode ser separada do planejamento da política pública. Nesse contexto, as abordagens *Top-down* e *Bottom-up*, não são exclusivas, mas sim complementares para garantir um processo de análise de implementação bem-sucedido (BRITES; CLEMENTE, 2019).

Embora essas abordagens tenham gerado estudos destacando a importância da análise de implementação nas políticas públicas, elas também adotaram posições inflexíveis. Isso culminou, no final dos anos 80 e ao longo da década de 1990, na necessidade de novas perspectivas, resultando em um período de discussões, frequentemente referido por muitos autores como a terceira geração (BRITES; CLEMENTE, 2019 Apud HOWLETT; RAMESH; PERL, 2013).

Os estudos de terceira geração buscam sintetizar as duas primeiras abordagens, uma vez que surgem do reconhecimento da complexidade das políticas e programas públicos. Portanto, eles concentram-se nas questões relacionadas ao comportamento da implementação e sua complexidade (BRITES; CLEMENTE, 2019). Essa complexidade advém de diversos fatores, um deles é que no processo de implementação, é possível que ocorram mudanças nos contextos econômicos, sociais e políticos. Essas mudanças têm impacto na interpretação dos problemas, afetando diretamente à implementação (BRITES; CLEMENTE, 2019).

No entanto, a terceira geração de estudos de análise de implementação também não conseguiu produzir a desejada junção das abordagens da segunda geração, fazendo com que muitos académicos deixassem de se dedicar a este campo de investigação (MOTA, 2021).

Por fim, a quarta geração é marcada por múltiplos modelos, formas de análise, e influência de outros campos de estudos (LOTTA et al., 2014). Ademais, os autores dizem que os estudos da quarta geração chegaram ao Brasil a partir de 2010.

A produção acadêmica revela que os estudos sobre implementação têm se expandido, esse crescimento ocorre não apenas no campo das políticas públicas em geral, mas também em áreas específicas, desse modo, os estudos podem oferecer benefícios significativos, enriquecendo o campo de forma geral e específica (LOTTA et al., 2014).

A análise de implementação é uma das formas mais comuns de análise de políticas públicas, e para que a mesma ocorra, vários atores precisam integrar essa análise (SILVA; DANTAS, 2020). Os componentes fundamentais para a análise do processo de implementação

incluem indivíduos e organizações, competências, as interações entre as pessoas, as instituições envolvidas, e os recursos disponíveis (SECCHI, 2019).

A análise de implementação visa determinar se a intervenção está sendo executada de maneira ideal, considerando o contexto. Avalia-se se os atores estão cumprindo suas funções conforme previsto, se os beneficiários estão sendo alcançados, e se são necessárias adaptações ou mudanças na implementação para alcançar os resultados esperados. Por fim, busca-se entender por que uma intervenção falhou ou teve sucesso, observando sua implementação (SIMÕES, 2018).

Assim, diversos aspectos ou dimensões podem impactar na implementação de políticas públicas, que são: desenho institucional da política, recursos físicos, financeiros e de pessoal, os burocratas implementadores, a participação social, relacionamento intergovernamental e contexto local (ANDRADE; RIBEIRO, 2022).

Especificamente, o desenho institucional da política diz respeito ao documento norteador da política. Os recursos estão relacionados ao que é necessário para que a implementação ocorra. Os burocratas implementadores dizem respeito aos atores envolvidos nesse processo, pois existem níveis de burocratas: de alto escalão (servidores públicos nos níveis políticos); burocratas gerenciais (médio escalão) e operacionais (de nível de rua) (ANDRADE; RIBEIRO, 2022).

O relacionamento intergovernamental diz respeito à relação hierárquica ou consultiva entre órgãos públicos, de mesmo nível ou de nível diferente, ou seja, isso molda o tipo de relação entre eles, que pode ser horizontal ou vertical. Essas relações podem ser de cunho orientativo ou para financiamento (ANDRADE; RIBEIRO, 2022). Por fim, o contexto no qual a política será inserida também pode influenciar na execução da mesma (ANDRADE; RIBEIRO, 2022).

Assim, é válido investigar nos programas três aspectos principais: os objetivos iniciais; a coerência na formulação da estratégia; e o desenho organizacional necessário para viabilizar as ações planejadas. Dessa forma, o autor define três dimensões para os modelos de análise da implementação: a relação entre o desenho original da política e a forma que ela assume ao final do processo; às modificações que ocorrem ao longo do tempo e que alteram as condições iniciais; e as condições que facilitam ou impedem o processo de implementação (PEREZ, 2010).

A etapa de implementação possibilita identificar, através de instrumentos analíticos como dados estatísticos, análises de resultados e pesquisas, os obstáculos e falhas que comumente surgem nessa etapa do processo (GONÇALVES et al., 2017).

Lotta et al. (2014) veem a implementação como um processo de interação entre diversos níveis governamentais e administrativos. A implementação, sendo uma ação relacional, é influenciada pelos valores e referências dos atores envolvidos, bem como por suas estratégias para lidar com incertezas dessa etapa (DI GIUSTO; RIBEIRO, 2019).

Ainda nesse sentido, Lotta et al. (2014) argumentam que as concepções e valores dos agentes são moldados ao longo de suas trajetórias pessoais e profissionais, e se inserem em uma estrutura com benefícios e sanções que limitam suas ações. Assim, suas atuações são influenciadas por diversos fatores, como valores e experiências de vida, treinamentos recebidos, processos de formação profissional, relações hierárquicas e características das instituições em que atuam.

Para garantir um processo de implementação eficaz, é essencial que: o programa tenha recursos adequados; a política implementada esteja fundamentada em relação ao problema e sua solução; a implementação seja conduzida por uma única instituição ou que haja baixa dependência entre elas; os objetivos e as incumbências estejam definidos; haja uma comunicação eficiente entre todos os atores (SECCHI, 2019).

Assim, a implementação de políticas públicas não se limita a um desafio meramente técnico ou administrativo, mas envolve uma complexa rede de elementos, que a partir da sua execução, podem resultar em políticas que trazem benefícios para a sociedade (GONÇALVES et al., 2017). É preciso que ocorra, na formulação, uma avaliação das possibilidades e das ferramentas à disposição. Esses recursos, chamados de instrumentos de políticas públicas ou ferramentas de governo, são os dispositivos que os governos utilizam para colocá-las em prática (GONÇALVES et al., 2017).

Não existe implementação perfeita, pois, para que isso fosse possível, vários fatores seriam necessários, como ter tempo suficiente e recursos adequados, a combinação exata desses recursos, relações mínimas de dependência, consenso sobre os objetivos, tarefas especificadas em uma ordem correta, além de comunicação e coordenação impecáveis (GONÇALVES et al. 2017, Apud OLLAIK; MEDEIROS, 2011). Não só isso, ainda de acordo com as autoras, mesmo com todas essas condições atendidas, o comportamento humano é algo imprevisível.

A implementação de políticas públicas é um processo complexo, para garantir a eficácia dessas políticas, é válido analisar o contexto em que elas serão aplicadas, pois o ambiente pode impactar na implementação. Alguns exemplos, são: Estabilidade política, pois um ambiente é mais favorável à implementação de políticas quando há apoio político; Mudanças no ambiente político e econômico, pois a velocidade com que o ambiente externo muda, pode afetar a implementação; Participação no processo de políticas públicas, porque o grau de influência de

múltiplos atores é algo importante; Descentralização do Setor Público, visto que, afeta como as decisões políticas são tomadas, seus recursos e atores (GONÇALVES et al., 2017).

Assim, a profundidade do processo de implementação de políticas públicas se torna mais claro, a partir disso, trataremos do âmbito educacional nas prisões.

2.3 EDUCAÇÃO NO CONTEXTO CARCERÁRIO

O sistema penitenciário necessita de políticas públicas abrangentes que abordem as violações aos direitos humanos enraizadas na cultura prisional. Contudo, essas iniciativas muitas vezes competem com outras questões que ocupam a agenda governamental (MACEDO JÚNIOR, 2015).

O Brasil ainda lida com desafios, como o analfabetismo, a exclusão social e as persistentes desigualdades sociais, e esses problemas também se manifestam nos ambientes prisionais, impactando diretamente as práticas pedagógicas (CARVALHO; FERREIRA, 2021).

No contexto prisional, onde o público é composto por indivíduos acima de 18 anos, em sua maioria sem ter concluído a educação básica, os apenados fazem parte do público-alvo da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Esse grupo requer uma abordagem educacional que leve em conta suas particularidades (DA SILVA TORRES et al., 2021).

Os estudantes da EJA possuem características distintas em comparação aos alunos que frequentam as séries regulares na faixa etária prevista. Eles representam um público que, por diversos motivos, não teve a oportunidade de concluir os estudos no período convencional (DE OLIVEIRA, 2022).

Todavia, a educação deve ser reconhecida como um direito universal, sem discriminação ou restrições quanto a quem pode acessá-la ou de que maneira será oferecida no contexto prisional. Nesse ambiente, a educação desempenha um papel crucial, pois permite ao indivíduo adquirir conhecimento e enxergar a chance de ressignificar sua trajetória por meio de novas escolhas e comportamentos (DE OLIVEIRA, 2022).

A participação em atividades educativas no ambiente prisional não é obrigatória, mas é estimulada, tanto como meio de redução da pena quanto como uma ferramenta para a ressocialização, a educação é vista como uma oportunidade de transformação (CANUTO; NIQUINI, 2023).

O diagnóstico da educação prisional, especificamente os dados do Infopen, focam em registros de matrículas e ingressos, sem abranger aspectos como permanência, qualidade do

ensino, aprendizado, aprovação e conclusão do ciclo escolar no contexto prisional. Nesse sentido, a falta de indicadores confiáveis sobre a eficácia da política educacional nas prisões é evidente. Há vários aspectos que afetam a educação, como as entradas, saídas e transferências de detentos, esses fatores reforçam a necessidade de atenção de gestores educacionais e das administrações prisionais (DA SILVA TORRES et al., 2021).

Ou seja, o número de matrículas pode até estar aumentando, mas o quanto isso está ligado ao aumento da qualidade da educação que está sendo oferecida, são fatores que devem ser compreendidos também. Em geral, a educação de jovens e adultos carece de dados sobre a variedade e o alcance de atividades educacionais (DA SILVA TORRES et al., 2021).

O acesso à educação oferece inúmeros benefícios para os apenados, pessoais e profissionais, pois contribui para um melhor relacionamento com outros detentos e diminui a ociosidade. Em alguns casos, a participação em atividades educacionais pode colaborar para a redução da pena, e reintegração no mercado de trabalho (DOS SANTOS SIQUEIRA, 2022).

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) prisional é um componente do ensino regular do país com flexibilidade na composição curricular e pedagógica pelos Estados com objetivo de retomada ou início escolar, buscando a reinserção social do apenado. Entre as leis e diretrizes, e a prática escolar nos presídios ainda há um distanciamento. A prática tem demonstrado que não basta diretrizes e planos, é preciso também vontade política e o efetivo exercício dos direitos humanos para que a educação prisional ocorra (FREITAS; MONT'ALVERNE, 2022).

A legislação visa promover relações de cooperação entre os gestores da educação e os órgãos de administração prisional nos estados, para que a educação em prisões seja implementada de forma integrada e coordenada entre diferentes setores (DA SILVA TORRES et al., 2021).

Nesse sentido, é válido ressaltar que a educação nas prisões vai além do ensino formal, ela abarca atividades culturais, esportivas e de formação profissional, com o objetivo de expandir as possibilidades aos apenados, com esse aparato, é esperado que os mesmos estejam mais bem equipados ao final do cumprimento de sua pena, para retornar a sociedade, e adentrar no mercado de trabalho (FREITAS, 2023).

Dessa forma, os gestores das políticas educacionais influenciam diretamente no decurso das políticas e projetos nesse contexto, seja positiva ou negativamente, "Há propensão de um histórico de baixo interesse e negligência da parte de gestores educacionais e restrita adesão de gestores prisionais ao processo escolar dos internos, com prejuízos na implementação curricular e em abordagens de aula." (FREITAS; MONT'ALVERNE, 2022, p.268).

Torres et al. (2010) argumentam que a implementação de programas educacionais envolve a interação de diversos atores, como professores, diretores, coordenadores, gestores públicos, secretarias, em diferentes níveis institucionais. Apesar de as políticas serem formuladas com regras universais, as ações desses atores durante a execução podem levar a resultados diferentes do planejado.

Nesse sentido, Ferreira (2024) trata da interação entre os servidores penitenciários e os que atuam no âmbito educacional, que se configura como um reflexo da falta de política de planejamento nacional e estadual, com escassos mecanismos que visem incentivar a cooperação entre os servidores do sistema prisional.

Os profissionais que atuam no contexto prisional, sejam os gestores das políticas educacionais, ou os burocratas de linha de frente, como professores, devem cooperar para garantir a melhor qualidade das políticas educacionais oferecidas. É necessário que os gestores cumpram algumas atividades para que um ensino de maior qualidade seja garantido

> [...] estabelecer um plano de ações progressivas que assegure um aumento real e comprovado do nível de escolaridade por meio da educação formal; expandir projetos de leitura e escrita para remição de pena, assegurando sua execução contínua e organizada; promover uma integração constante entre a educação complementar e o ensino formal; desenvolver e monitorar indicadores pedagógicos, garantindo um planejamento estratégico eficaz, como nos Planos estaduais de educação para prisões; priorizar a criação de espaços educativos adequados nas unidades prisionais; e investir na formação contínua do corpo de segurança com novas metodologias adequadas ao contexto prisional, conforme o art. 72, inciso V, da Lei de Execução Penal (TORRES et al., p. 15, 2010).

A educação prisional requer constante debate e reflexão, pois, lida com um grupo que tem características específicas, dentro de um contexto com particularidades próprias.

2.4 ESTUDOS ANTERIORES

A forma de busca dos estudos anteriores relacionados ao tema foi a partir dos descritos "Plano estadual de educação", "Implementação", "Prisão", dos últimos 5 anos (2019 a 2024), no Google Acadêmico, ordenado por relevância, selecionado “Pesquisar páginas em Português” e de “Qualquer tipo”, foram encontrados 404 resultados. Foram retirados os artigos que não estavam relacionados ao âmbito prisional (7), ou a educação no âmbito prisional (1) e o que não estava disponível (1).

Dos artigos de “qualquer tipo”, os 50 primeiros foram lidos e catalogados, tendo em vista que estavam filtrados por ordem de relevância, esses seriam os 50 estudos mais relevantes dos últimos 5 anos.

A contribuição desses estudiosos é ímpar, pois eles não apenas oferecem análises teóricas e metodológicas robustas, mas também aplicam essas análises em contextos práticos, proporcionando uma visão crítica da implementação de políticas públicas e da educação como ferramenta de ressocialização. Por fim, os estudos estão descritos por ordem de relevância, de acordo com o filtro do Google Acadêmico.

O artigo de Bonatto (2019) analisa a implementação e os desafios do Plano Estadual de Educação no contexto prisional, com foco nas penitenciárias femininas de regime fechado no Paraná. A autora discute a relação entre o direito à educação e a realidade das detentas, evidenciando barreiras que limitam o acesso à escolarização e a ressocialização.

A contribuição do artigo está no aprofundamento sobre a aplicação das políticas educacionais voltadas para as mulheres apenadas. O estudo destaca a necessidade de adaptações que considerem as particularidades desse público, e o papel da educação como ferramenta de inclusão e transformação social (BONATTO, 2019).

O estudo de Bonatto e Brandalise (2023), investiga a implementação do PEEP em uma penitenciária feminina no Paraná. A pesquisa analisa os discursos de educadoras e apenadas sobre a educação escolar na prisão. A análise aponta desafios que dificultam a efetivação do direito à educação.

A principal contribuição do artigo é dar voz aos sujeitos envolvidos no contexto educacional prisional, promovendo uma análise crítica sobre as condições de implementação do PEEP. O estudo ressalta a importância de repensar as políticas educacionais de modo a alinhar a teoria às práticas. Além disso, fomenta debates sobre a necessidade de uma abordagem mais humanizada e inclusiva, reforçando a educação como um direito fundamental para a reintegração social (BONATTO; BRANDELISE, 2023).

O trabalho de Ferreira (2024) analisa a implementação do PEEP nas penitenciárias do Amapá, focando no direito à educação. A autora examina as políticas públicas aplicadas, verificando se as diretrizes foram seguidas e como a educação tem sido ofertada. A pesquisa revela dificuldades que impactam diretamente o acesso e a qualidade da educação oferecida.

A relevância do artigo reside em trazer uma análise crítica sobre o cumprimento das políticas educacionais, destacando a importância do direito à educação para a reintegração social. A autora aponta que, apesar das políticas formuladas, a implementação no Amapá ainda é incipiente, necessitando de ajustes significativos para que se tornem inclusivas e transformadoras. O estudo também reforça a necessidade de maior fiscalização e comprometimento das autoridades no cumprimento das diretrizes do PEEP (FERREIRA, 2024).

Bonatto e Brandalise (2019), analisam o PEEP do Paraná, com foco nos tópicos de gênero e educação. Explora como as políticas educacionais abordam as a questão do gênero, destacando desafios e lacunas. Não só isso, aponta que, apesar dos avanços educacionais, as questões de gênero ainda são tratadas de forma superficial, prejudicando a igualdade e inclusão.

O artigo contribui ao evidenciar a importância de integrar a questão de gênero no planejamento e execução de políticas educacionais. A pesquisa amplia o debate acadêmico e orienta gestores e formuladores de políticas a considerarem as particularidades de gênero. Dessa forma, o estudo se torna uma ferramenta para fomentar políticas mais inclusivas (BONATTO; BRANDELISE, 2019).

Araújo e Pereira (2023) examinam a implementação do PEEP de Roraima, focando na EJA. Com o objetivo de analisar as políticas e identificar influências de outras esferas governamentais, o estudo destaca a necessidade de condições adequadas para a execução das políticas. Os resultados apontam diversos desafios que devem ser superados para melhorar o desempenho da educação.

A contribuição do estudo está em evidenciar a complexidade da implementação de políticas educacionais em prisões, ressaltando a importância de ações multidimensionais para garantir a eficácia das políticas. O artigo orienta gestores, destacando desafios e soluções possíveis para a educação (ARAÚJO; PEREIRA, 2023).

Ferreira (2022) analisa a constituição do PEEP, com foco na EJA, investigando como as políticas públicas educacionais são elaboradas e implementadas no Pará. A pesquisa examina a interação entre diferentes atores e diretrizes institucionais, destacando os desafios e as lacunas no âmbito educacional.

A principal contribuição do estudo está em destacar a importância da educação como ferramenta de ressocialização. O artigo oferece uma análise crítica sobre a implementação de políticas, servindo como referência para gestores e formuladores no aprimoramento das estratégias educacionais (FERREIRA, 2022).

Barreto e Dias (2021) analisam a formulação e implementação do PEEP na Bahia, destacando os desafios e as estratégias adotadas para promover a inclusão educacional. A pesquisa aborda a importância das políticas educacionais como instrumento de ressocialização e enfatiza a necessidade de articulação entre atores governamentais e sociais para garantir isso.

A principal contribuição é oferecer uma análise crítica das políticas educacionais no referido estado. O estudo serve como referência para gestores e pesquisadores, fornecendo insights sobre boas práticas e desafios na implementação do PEEP, a fim de que promovam o

direito à educação e possibilite a ressocialização e reintegração social (BARRETO; DIAS, 2021).

Della Flora (2021) discute a relação entre educação e biopolítica, analisando como o PEEP do Maranhão tem sido utilizado para moldar os apenados. A pesquisa investiga as estratégias educacionais que buscam reformular a identidade dos presos, e que estão alinhadas com uma lógica de controle e disciplina. O estudo destaca a função da educação para a ressocialização e os desafios de implementar políticas que promovam isso.

A contribuição está em explorar as implicações biopolíticas da educação prisional em relação ao PEEP. O artigo amplia o debate sobre a educação ao criticar a maneira como o sistema educacional contribui para a adaptação dos apenados às normas sociais estabelecidas, ao invés de promover uma verdadeira transformação pessoal (DELLA FLORA, 2021).

Brandalise e Bonatto (2020) avaliam as percepções dos participantes acerca do PEEP do Paraná. A pesquisa busca compreender como os discursos refletem as políticas implementadas, os desafios enfrentados e as práticas educativas utilizadas. Ademais, revela tensões entre as expectativas das políticas e a realidade prática de sua aplicação, evidenciando aspectos que facilitam e dificultam a ressocialização e a oferta educacional.

O mesmo contribui ao apresentar uma abordagem crítica e inovadora para avaliar políticas públicas no sistema prisional, destacando as perspectivas dos participantes como elementos centrais na formulação e execução de políticas educacionais. Assim, fornece subsídios para repensar estratégias que promovam o acesso à educação (BRANDALISE; BONATTO, 2020).

Ferreira (2023) explora as percepções de mulheres egressas da penitenciária feminina do Estado do Amapá. A pesquisa aborda como essas mulheres entendem o papel da educação em suas vidas, destacando as barreiras enfrentadas e os impactos da educação na reintegração social. A análise revela a educação como um elemento essencial para a promoção da autonomia.

O estudo contribui ao trazer à tona as vozes de mulheres egressas, e destaca a importância de compreender as demandas específicas desse grupo para a formulação de políticas educacionais mais inclusivas e eficazes, visando a reintegração social (FERREIRA, 2023).

Da Silva e Da Silva (2021) analisam a formação de professores no sistema prisional de Alagoas, destacando os avanços, limites etc. A pesquisa examina os desafios enfrentados pelos professores ao atuarem nesse contexto, como agentes de transformação social.

A principal contribuição está em evidenciar a importância de uma formação docente específica para o contexto prisional. O artigo oferece subsídios para a formulação de políticas públicas que priorizem a capacitação dos professores, promovendo uma educação mais inclusiva. Além disso, amplia o debate acadêmico ao abordar a educação prisional como um direito e uma ferramenta de ressocialização (DA SILVA; DA SILVA, 2021).

Pinto (2021) analisa o processo de implementação de políticas públicas de educação em prisões nos estados de Mato Grosso do Sul e São Paulo. A pesquisa explora como as diretrizes nacionais foram adaptadas às realidades desses estados. O estudo evidencia a discrepância entre a formulação das políticas e sua aplicação, destacando fatores que limitam a efetividade da educação como ferramenta de ressocialização.

O estudo contribui ao identificar lacunas no processo de implementação de políticas educacionais, fornecendo uma análise comparativa entre diferentes estados. Ao enfatizar a necessidade de maior integração entre os níveis federativos e de investimento em infraestrutura e formação docente, o artigo propõe caminhos para aprimorar a educação prisional e reforça a importância de adaptar políticas às especificidades locais (PINTO, 2021).

Costa e Figueiredo (2019) realizam uma análise documental sobre a educação de pessoas privadas de liberdade, investigando como as políticas públicas têm abordado a inclusão educacional. A pesquisa destaca os principais documentos orientadores, suas diretrizes e implicações práticas. Além disso, aponta desafios relacionados à implementação dessas políticas, como a falta de recursos, formação de profissionais e a precariedade estrutural, que dificultam a consolidação do acesso à educação.

A relevância do estudo está em oferecer uma visão crítica sobre a educação no sistema prisional brasileiro, com base em documentos normativos e análises contextuais. Assim, serve como subsídio para gestores, educadores e pesquisadores, propondo caminhos para garantir uma educação inclusiva e de qualidade. Reforça a importância de políticas públicas robustas e articuladas para promover a ressocialização por meio da educação (COSTA; FIGUEIREDO, 2019).

Costa (2020) analisa os desafios e contradições na aplicação da EJA no sistema prisional mineiro, destacando o desalinhamento entre a teoria das políticas públicas e a prática educativa. A pesquisa aborda questões como a infraestrutura precária, a falta de capacitação dos professores e o impacto da dinâmica prisional nas atividades educacionais. Além disso, aponta os obstáculos enfrentados em um contexto marcado por restrições e desigualdades, que comprometem a ressocialização.

O artigo contribui ao trazer uma reflexão crítica sobre os limites estruturais e institucionais da implementação da EJA. Ele reforça a importância de alinhar políticas a realidade prisional e amplia o debate sobre a educação como direito fundamental, evidenciando a necessidade de articulação entre diferentes atores sociais e governamentais para garantir sua eficácia (COSTA, 2020).

Souza e Lopes (2021) analisam as práticas educativas na cadeia feminina de Cajazeiras, Paraíba, a partir das contribuições pedagógicas de Paulo Freire. A pesquisa investiga como a educação é conduzida, destacando desafios e a possibilidade de transformação social. Os resultados mostram que, apesar das limitações estruturais e sociais, a aplicação dos princípios de Freire contribui para a autonomia e cidadania das apenadas.

A contribuição do estudo está em demonstrar a relevância da pedagogia de Freire como base teórica e prática para a educação nas prisões. O artigo evidencia como os princípios da educação para a liberdade podem ressignificar as experiências educacionais das apenadas. Além disso, oferece subsídios para a formulação de políticas públicas educacionais voltadas para contextos prisionais femininos (SOUZA; LOPES, 2021).

Do Nascimento et al. (2023) apresenta uma análise das políticas públicas voltadas para a educação em prisões da Paraíba, destacando os desafios e avanços nessa área. A pesquisa examina o impacto das iniciativas educacionais, são discutidos aspectos como a oferta de EJA, a capacitação dos professores e as dificuldades de implementação das políticas educacionais.

A principal contribuição do estudo está em evidenciar a relevância da educação como um direito e como ferramenta de ressocialização. O artigo reforça a necessidade de articulação entre os agentes públicos, educadores e o sistema prisional para superar barreiras e garantir uma educação de qualidade. Ele também amplia o debate acadêmico sobre o papel das políticas públicas na promoção da cidadania (DO NASCIMENTO et al., 2023).

Dos Santos e Fernandes (2021) analisam o ciclo de políticas educacionais no contexto da educação em prisão, abordando cinco contextos previstos na teoria de Jefferson Mainardes, com base na abordagem de Stephen J. Ball e Richard Bowe. A pesquisa examina a influência das políticas públicas, avaliando os impactos e identificando estratégias. O estudo diferencia a educação prisional da educação na prisão e investiga como as políticas educacionais podem ser moldadas para atender às necessidades dos apenados.

A relevância do estudo está em oferecer uma análise dos contextos em que a educação em prisão se desenvolve, destacando as implicações das políticas educacionais na prática. Ao explorar o ciclo de políticas, o artigo fornece uma perspectiva crítica sobre os resultados e

estratégias para garantir a ressocialização por meio da educação (DOS SANTOS; FERNANDES, 2021).

Ribeiro (2023) investiga a prática pedagógica de docentes que lecionam na primeira etapa da EJA na Escola Estadual São José, no Amapá. A pesquisa analisa os desafios enfrentados pelos professores, as estratégias utilizadas e o impacto das práticas educacionais na ressocialização dos apenados, enfatizando a relevância de uma abordagem pedagógica adaptada ao contexto prisional.

O estudo contribui ao evidenciar como práticas pedagógicas específicas podem superar os desafios da educação em contextos prisionais, e destaca a necessidade de formação continuada dos docentes e políticas públicas que fortaleçam a EJA. Além disso, oferece subsídios para gestores e educadores desenvolverem estratégias educacionais mais eficazes e humanizadoras, reforçando o papel da educação na ressocialização (RIBEIRO, 2023).

O artigo de Da Silva (2020) analisa a efetivação do direito à assistência educacional para apenados, nos presídios da Paraíba. A pesquisa destaca os desafios enfrentados na implementação de políticas públicas educacionais, como a precariedade estrutural, o despreparo pedagógico e a falta de recursos. Nesse sentido, também discute como esses obstáculos comprometem o acesso e a qualidade educacional, prejudicando a ressocialização.

O estudo contribui ao evidenciar as barreiras práticas e institucionais que dificultam a garantia do direito à educação. Ele reforça a importância de ações integradas entre o Estado e o sistema educacional para promover uma educação efetiva e inclusiva. O artigo serve como subsídio para o aprimoramento de políticas públicas, sugerindo estratégias que alinhem teoria e prática (DA SILVA, 2020).

Araújo (2020) examina a política de educação para apenados de Tocantins, analisando a discrepância entre a legislação e a prática educacional. A pesquisa aborda as condições estruturais, desafios pedagógicos e a adequação das políticas públicas à realidade local. Assim, revela barreiras que comprometem a oferta de uma educação de qualidade e a ressocialização.

O estudo contribui ao identificar lacunas entre a formulação e a implementação da política educacional, destacando a importância de alinhar teoria e prática. Ele reforça o papel da educação como um direito e uma ferramenta de transformação social, oferecendo subsídios para gestores e educadores aprimorarem as estratégias de inclusão e ressocialização (ARAÚJO, 2020).

Araújo (2023) examina a educação nas prisões da Paraíba entre 2005 e 2019, enfatizando seu papel de socialização e humanização. A pesquisa analisa como práticas educacionais promovem a reintegração social, apesar das limitações estruturais e institucionais.

Destaca iniciativas de EJA como instrumentos fundamentais para a ressocialização e a reconstrução de perspectivas de vida.

Contribui ao evidenciar a relevância da educação como um direito fundamental e como mecanismo de transformação social. Ele oferece uma análise crítica das políticas públicas voltadas à educação, propondo estratégias para superar desafios e fortalecer a inclusão. Além disso, o artigo reforça a necessidade de um olhar humanizador, prezando pela ressocialização (ARAÚJO, 2023).

O artigo de Soares et al. (2021) apresenta o relato autobiográfico de uma mulher que, após experiências de encarceramento, ingressou na universidade, revelando o impacto transformador da educação. A narrativa aborda desafios enfrentados no sistema prisional, as dificuldades de reinserção social e o papel da educação.

O trabalho contribui ao evidenciar a educação como um elemento chave para a ressocialização e emancipação dos apenados. Ao destacar uma experiência pessoal, o artigo reforça a necessidade de políticas públicas que garantam o acesso à educação na prisão, objetivando a reintegração social (SOARES et al., 2021).

Pessoa e Júnior (2019) analisam a política educacional para apenados no Rio Grande do Norte, destacando avanços e desafios na sua implementação. A pesquisa discute aspectos como o acesso à educação básica, a oferta de EJA e as dificuldades estruturais e institucionais que impactam as políticas. Nesse sentido, reforça o papel da educação para ressocialização e na garantia de direitos.

A principal contribuição do estudo está em evidenciar as lacunas existentes entre a formulação e a aplicação das políticas educacionais, o artigo sugere estratégias para superar barreiras, como a necessidade de maior integração entre agentes públicos e educadores, e reforça a relevância de políticas educacionais inclusivas que promovam a reintegração social e a cidadania (PESSOA; JÚNIOR, 2019).

Ferreira (2021) analisa as políticas públicas educacionais voltadas para os apenados no Amapá. A pesquisa aborda a implementação e os desafios das práticas educacionais, destacando a importância da educação para ressocialização e inclusão social. Ademais, a relação entre as políticas de educação e a realidade dos apenados, observando as limitações e avanços das iniciativas educacionais, com foco nas necessidades específicas desse público.

A contribuição do artigo reside na análise crítica das políticas educacionais implementadas nas prisões do Amapá, oferecendo uma reflexão sobre as dificuldades encontradas na efetivação do direito à educação. Além disso, destaca as deficiências estruturais e de recursos, bem como as barreiras institucionais que dificultam o acesso à educação de

qualidade, sugerindo alternativas para melhorar a integração entre as políticas públicas e as necessidades educacionais (FERREIRA, 2021).

O artigo de Caçador et al. (2023) investiga a oferta de cursos profissionalizantes no sistema prisional do Espírito Santo, abordando como essas oportunidades educacionais são implementadas. O estudo analisa os cursos disponíveis, o impacto da formação profissional na reintegração social e as dificuldades enfrentadas pela gestão pública na oferta de educação, e discute as limitações estruturais e logísticas, além de avaliar o papel da educação para a ressocialização.

A contribuição reside na análise da implementação de cursos profissionalizantes, oferecendo uma visão crítica das políticas educacionais. Os autores discutem a relevância desses cursos para a redução da reincidência criminal e a melhoria da inserção social, ao mesmo tempo que identificam as lacunas existentes nas políticas, sugerindo melhorias na formação e no acompanhamento dos apenados para garantir a ressocialização (CAÇADOR et al., 2023).

Alves (2020) examina a educação formal, analisando os dispositivos legais nacionais e estaduais de Alagoas, que regulamentam o acesso dos apenados à educação. A autora discute a evolução da legislação relacionada à educação, destacando as garantias constitucionais e as políticas públicas. O estudo aborda as limitações na implementação dessas políticas, destacando as desigualdades e os desafios.

A relevância do artigo está na análise crítica dos dispositivos legais que garantem a educação, com foco na legislação nacional e nas particularidades da legislação de Alagoas. A autora contribui para a compreensão dos avanços e das lacunas presentes nas políticas educacionais, pois, apesar dos avanços legislativos, a implementação dessas políticas ainda enfrenta barreiras significativas, como a falta de recursos e a resistência institucional (ALVES, 2020).

Julião e Godinho (2019) discutem os avanços e desafios do debate acadêmico sobre o direito à educação em prisões. Os autores analisam as contribuições da pesquisa científica para a formulação de políticas e práticas pedagógicas. Também são abordados os obstáculos, como a precariedade estrutural, o estigma social e a falta de articulação entre diferentes setores envolvidos na gestão das unidades.

O estudo contribui ao reunir reflexões críticas sobre o papel da educação, enfatizando a importância do diálogo acadêmico para ampliar a compreensão sobre o tema e fortalecer políticas públicas inclusivas. Os autores apontam caminhos para superar desafios, como a articulação intersetorial e o investimento em estratégias pedagógicas específicas para o

contexto prisional. Ao destacar a relevância do tema, o estudo promove o avanço das discussões (JULIÃO; GODINHO, 2019).

O artigo de Vasquez et al. (2020) analisa as primeiras versões dos PEEPs no Brasil. O estudo aborda como as políticas educacionais foram estruturadas, considerando as diretrizes nacionais e os desafios específicos de implementação nos estados. Os autores destacam a importância da educação penitenciária como um direito humano e como ferramenta para a ressocialização, mas apontam limitações que comprometem a efetivação dessas políticas.

A contribuição do artigo está em trazer uma análise pioneira das versões iniciais dos PEEPs, revelando avanços e lacunas no planejamento e execução das políticas educacionais em prisões. Os autores sugerem melhorias na articulação entre os governos estaduais e federais, bem como no monitoramento e na avaliação. Ao enfatizar a necessidade de uma abordagem integrada e inclusiva, o estudo reforça a relevância da educação no contexto prisional para a garantia de direitos e redução da reincidência criminal (VASQUEZ et al., 2020).

Aguilar e Dominschek (2020), exploram o contexto histórico da educação prisional e os desafios enfrentados pelos professores que atuam nesse ambiente. A pesquisa aborda a evolução das políticas educacionais voltadas para o sistema penitenciário, destacando os obstáculos impostos por condições institucionais precárias e pela falta de reconhecimento da complexidade do trabalho docente. Os autores também discutem a importância da formação específica e do apoio pedagógico para que os professores possam lidar com as particularidades da educação em contextos de privação de liberdade.

A contribuição do artigo está em aprofundar o debate sobre a complexidade do trabalho do professor no sistema prisional, evidenciando as dificuldades enfrentadas. Além disso, o estudo resgata a trajetória histórica da educação prisional, destacando sua importância como instrumento de inclusão social e ressocialização. A pesquisa reforça a necessidade de políticas que valorizem e apoiem os docentes, com condições de trabalho e estratégias pedagógicas mais eficazes (AGUILAR; DOMINSCHECK, 2020).

Da Silva Novo e Mangan (2024) exploram as memórias de professoras que atuaram no Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos na Penitenciária Estadual do Jacuí, no Rio Grande do Sul. A pesquisa utiliza relatos autobiográficos para compreender as experiências docentes nesse ambiente, evidenciando os desafios e as aprendizagens. Os resultados destacam a complexidade do trabalho educacional no sistema prisional, marcado por tensões e limitações.

A principal contribuição está nas narrativas de professoras como fonte de conhecimento sobre a educação em prisões, oferecendo uma perspectiva humanizada. A pesquisa ressalta a

importância da formação continuada e do suporte institucional para os educadores, além de propor reflexões sobre o impacto da educação na transformação social. O estudo contribui para ampliar o debate acadêmico sobre a educação nas prisões e sua relevância para a garantia de direitos (DA SILVA NOVO; MANGAN, 2024).

Ramos e Da Silva Pinto (2022) analisam o direito à educação nos sistemas prisionais do território Litoral Sul da Bahia, abordando a realidade e os desafios enfrentados para garantir esse direito. Os autores destacam a precariedade das condições estruturais, a escassez de recursos pedagógicos e a falta de políticas educacionais eficazes, dificultando uma educação de qualidade. O estudo enfatiza a necessidade de ações integradas para fins de ressocialização e a cidadania, através da educação.

A relevância do artigo está em evidenciar a realidade de um território, ampliando o debate sobre a educação prisional. Ao apontar os desafios e lacunas na garantia do direito à educação, os autores sugerem a necessidade de maior investimento em infraestrutura, formação de professores e articulação intersetorial. A pesquisa reforça a importância de compreender as particularidades locais para o desenvolvimento de políticas educacionais mais eficazes e inclusivas (RAMOS; DA SILVA PINTO, 2022).

Passos (2022) examina a prática da educação em direitos humanos em um presídio angolano, e sua importância para a ressocialização. A autora analisa como a educação pode ser uma ferramenta fundamental para promover cidadania e conscientização. A pesquisa reflete sobre os desafios estruturais e culturais enfrentados pela implementação, evidenciando a necessidade de maior comprometimento político e social.

A contribuição do estudo reside em trazer à luz a experiência de educação em direitos humanos em um contexto prisional de Angola, oferecendo uma perspectiva internacional sobre o tema. A pesquisa enriquece o debate acadêmico ao destacar a relevância da educação para transformação social. Além disso, aponta a necessidade de políticas específicas e o fortalecimento de práticas pedagógicas voltadas à promoção dos direitos humanos (PASSOS, 2022).

Garcia e Souza (2019) abordam o panorama da educação para apenados do Amazonas, destacando as correntes que moldam esse direito. O estudo analisa os desafios estruturais, pedagógicos e sociais enfrentados na implementação de programas educacionais. A pesquisa também enfatiza a importância da educação para ressocialização e como um direito humano.

A principal contribuição do artigo está em dar visibilidade às especificidades e desafios enfrentados pela educação prisional no Amazonas, ampliando o debate sobre a desigualdade regional. As autoras destacam a necessidade de políticas efetivas e contextualizadas, para

assegurar a qualidade educacional e a continuidade dos programas, além de reforçar a necessidade de ações intersetoriais para a inclusão social e a garantia dos direitos humanos (GARCIA; SOUZA, 2019).

O artigo de Souza et al. (2020) examina os cenários da educação para mulheres apenadas no Brasil. As autoras discutem as barreiras enfrentadas por essa população, como a ausência de políticas públicas efetivas, a precariedade de infraestrutura nos presídios e a invisibilidade de questões de gênero. Por fim, a importância de ações pedagógicas alinhadas com as especificidades das apenadas, promovendo a emancipação e o reconhecimento de seus direitos.

A contribuição está em ampliar o debate sobre a educação prisional, focando nas mulheres. Ao destacar as intersecções entre gênero e educação, as autoras apontam a necessidade de políticas que considerem as demandas específicas desse grupo. A pesquisa oferece subsídios para a formulação de práticas educacionais inclusivas, que promovam o empoderamento das mulheres apenadas (SOUZA et al, 2020).

Gama (2024) apresenta uma análise sociológica da educação nas prisões do Rio de Janeiro, destacando os desafios e limitações. O estudo discute como a precariedade dos recursos, a falta de formação adequada para os educadores e o estigma social impactam negativamente a implementação de políticas educacionais. Reflete sobre a importância da educação como instrumento de transformação social e de redução da reincidência.

A principal contribuição está em oferecer uma perspectiva sociológica sobre a educação prisional no Rio de Janeiro, evidenciando as desigualdades e os entraves no acesso à educação. A pesquisa contribui para o debate acadêmico, promovendo a inclusão educacional como um direito humano, essencial para a ressocialização e cidadania (GAMA, 2024).

Teixeira (2018) aborda a educação no sistema prisional do Tocantins, com foco no projeto "Remição pela Leitura". O estudo analisa como a leitura é utilizada como instrumento de redução de pena, permitindo aos apenados refletirem sobre suas trajetórias e desenvolverem habilidades. A pesquisa também discute a relação entre educação e ressocialização, destacando os desafios e as potencialidades.

A contribuição do trabalho está em evidenciar a importância do projeto "Remição pela Leitura" como uma ferramenta não apenas de remição de pena, mas também de transformação pessoal e social. A pesquisa destaca o papel da educação como um direito e como um caminho para a ressocialização, sugerindo que iniciativas como essa devem ser ampliadas e fortalecidas (TEIXEIRA, 2018).

Hayashi (2023) explora como a EJA e a Educação Técnica Profissional no Complexo Penitenciário do Xuri, em Viana (ES), contribuem para a construção e reconstrução da identidade dos apenados. O estudo investiga o impacto dessas modalidades na formação pessoal, profissional e cidadã dos apenados, destacando o papel da educação como ferramenta de transformação social e ressocialização.

A pesquisa contribui ao evidenciar como a articulação entre EJA e educação técnica profissional pode promover a inclusão social e resgatar a dignidade. O trabalho destaca a importância de políticas públicas voltadas para a oferta de educação de qualidade, propondo estratégias pedagógicas eficazes e que favoreçam a reintegração (HAYASHI, 2023).

Cruz e Ribeiro (2024) examinam a educação no sistema prisional do Paraná, abordando os desafios e as oportunidades de transformar presos em alunos. A pesquisa analisa como os programas educacionais implementados têm promovido mudanças na vida dos detentos, pessoal e profissionalmente. O estudo também destaca as barreiras estruturais e sociais que dificultam a implementação das políticas educacionais.

A contribuição reside em evidenciar a importância da educação como um direito humano e um instrumento de transformação. Os autores propõem estratégias para melhorar a integração dos apenados nos programas educacionais e apontam a necessidade de políticas públicas que garantam recursos adequados e formação de professores, promovendo a ressocialização e a redução da reincidência (CRUZ; RIBEIRO; 2024).

Santos e Peralta (2023) analisam a educação nas prisões com base nos PEEPs para o período de 2020 a 2024. A pesquisa destaca como esses documentos abordam a garantia do direito à educação, examinando metas, estratégias e desafios enfrentados pelos estados na implementação de políticas educacionais.

A principal contribuição é revelar as disparidades regionais e lacunas nas políticas educacionais voltadas para o sistema prisional. Os autores propõem caminhos para fortalecer a inclusão educacional, destacando a necessidade de articulação entre os diferentes níveis de governo e setores sociais para assegurar a efetividade do que foi proposto nos PEEPs (SANTOS; PERALTA, 2023).

Queiroz (2020) investiga o impacto do neoliberalismo nas políticas educacionais, com foco no programa Pacto pela Educação em Goiás durante o período de 2011 a 2018. A pesquisa analisa como as diretrizes neoliberais influenciaram a gestão e a implementação de práticas educacionais e quais os desafios para a equidade e inclusão.

O estudo contribui para o entendimento crítico das relações entre neoliberalismo e políticas públicas educacionais, mostrando como a lógica do mercado permeia o planejamento

e a execução de programas como o Pacto pela Educação. Destaca a necessidade de priorizar o direito à educação, com eficiência administrativa, justiça social e equidade (QUEIROZ, 2020).

Silva e Marques (2021) analisam os diferentes modelos de oferta da educação em prisões no Brasil, destacando a construção e os desafios do projeto político-pedagógico voltado para essa modalidade. A pesquisa aborda as particularidades do sistema penitenciário e como elas influenciam o acesso, a permanência e a qualidade da educação oferecida, considerando o contexto legal e social.

A relevância está em problematizar a educação como um direito fundamental, frisando a necessidade de projetos político-pedagógicos que articulem práticas educativas, voltadas para a ressocialização. O estudo sugere estratégias para superar a fragmentação do sistema e promover uma educação mais integrada, contextualizada e transformadora (SILVA; MARQUES, 2021).

Silva e Nogueira (2023) examinam as políticas públicas voltadas para a formação de professores no sistema prisional de Minas Gerais. A pesquisa enfoca as iniciativas e programas destinados à capacitação dos educadores, analisando as estratégias adotadas para melhorar a qualidade da educação e os desafios enfrentados, como a escassez de recursos e a falta de políticas contínuas.

A contribuição está em destacar a importância de políticas que promovam a formação específica de professores para o contexto prisional. O estudo enfatiza a necessidade de uma abordagem pedagógica adequada para o contexto, propondo diretrizes para a criação de programas de formação que melhorem a qualidade da educação e contribuam para a ressocialização (SILVA; NOGUEIRA; 2023).

O artigo de Diniz (2022) analisa a complexa relação entre a legislação educacional e as práticas pedagógicas nas escolas prisionais, focando na dificuldade de garantir o direito à educação. A pesquisa aborda as normativas legais existentes e as condições práticas, destacando as barreiras estruturais, sociais e políticas que dificultam a efetiva implementação das políticas educacionais.

A contribuição do estudo é evidenciar os desafios enfrentados pela educação, principalmente no que tange à implementação das leis que garantem o direito à educação. Assim, propõe uma reflexão crítica sobre a adequação das práticas pedagógicas às especificidades do contexto prisional e sugere caminhos para tornar a educação mais eficaz e acessível (DINIZ, 2022).

Onofre (2021) aborda a relevância e os desafios da educação no sistema prisional. O estudo discute a importância de estratégias educacionais adaptadas ao contexto penitenciário e

a formação adequada de professores e agentes socioeducativos, buscando promover um ambiente mais inclusivo e de transformação.

A relevância está na reflexão sobre as práticas educacionais e a formação dos profissionais, propondo uma análise crítica das dificuldades e possibilidades de um ensino eficaz. O dossiê visa apresentar e debater experiências educacionais que têm sido implementadas, destacando o papel da educação para reintegração e transformação social (ONOFRE, 2021).

Viana e Amorim-Silva (2020) abordam os impactos da pandemia de COVID-19 no sistema educacional dentro das prisões de Minas Gerais. O estudo discute como a crise sanitária afetou a continuidade da educação nas unidades prisionais, destacando a adaptação das metodologias de ensino e a implementação de novas estratégias para garantir o acesso à educação.

A contribuição está na análise crítica das políticas de educação durante a pandemia de COVID-19, focando nas dificuldades enfrentadas pelos apenados e a resposta das instituições para garantir o direito à educação. O estudo oferece uma reflexão sobre a importância da educação para a reintegração social e o enfrentamento das adversidades na pandemia (VIANA; AMORIM-SILVA, 2020).

O artigo de Rogelin et al. (2019) explora a implementação e os desafios da EJA no Complexo Médico Penal do Paraná. O trabalho examina como a educação é conduzida e discute os impactos positivos na ressocialização e na construção da cidadania dos apenados, além das limitações estruturais e pedagógicas enfrentadas.

A principal contribuição do estudo é destacar a importância da EJA como ferramenta para promover a reintegração social, fortalecer a autoestima e possibilitar uma perspectiva de futuro aos apenados. Enfatiza o papel da educação como direito fundamental e apresenta reflexões sobre como políticas públicas podem ser aprimoradas para superar as barreiras (ROGELIN et al., 2019).

Camilo e Souza Júnior (2024) abordam a relação entre a educação e a ressocialização, com foco nos impactos para o desenvolvimento regional em Goiás. O estudo analisa como programas educacionais contribuem para a formação de competências e habilidades que facilitam a reintegração dos apenados, destacando desafios institucionais e os efeitos positivos desses projetos.

A pesquisa contribui ao evidenciar a educação como elemento essencial na promoção de justiça social e no fortalecimento de políticas públicas que impulsionam o desenvolvimento regional. O artigo apresenta propostas para integrar educação e ressocialização, sugerindo

caminhos para tornar os programas educacionais mais eficazes (CAMILO; SOUZA JÚNIOR, 2024).

Moura e Carvalho (2023) analisam a relevância da educação como instrumento de transformação social. A pesquisa explora o impacto da educação, considerando seus efeitos na redução da reincidência criminal, no fortalecimento da autoestima e no desenvolvimento de habilidades que facilitam a reintegração social dos apenados.

O estudo destaca a necessidade de ampliar o acesso à educação nas prisões, enfatizando a importância de políticas públicas que promovam condições adequadas de ensino. Além disso, apresenta dados sobre a adesão e o engajamento dos detentos em programas educacionais, apontando os desafios enfrentados e sugerindo estratégias para aumentar a eficácia dessas iniciativas (MOURA; CARVALHO, 2023).

Da Cruz e Bernardi (2024) exploram a aplicação de métodos combinados de educação a distância. O estudo analisa a experiência de mulheres apenadas com essa modalidade de ensino, destacando os benefícios observados.

A pesquisa contribui ao evidenciar como esse modelo educacional pode ser uma alternativa eficaz para superar as limitações no acesso à educação. O estudo sugere que estratégias como a integração de tecnologias digitais e metodologias híbridas podem ampliar as oportunidades de aprendizado e oferecer perspectivas de reintegração social para as apenadas (DA CRUZ; BERNARDI, 2024).

O artigo de Teixeira el al. (2023) aborda a evolução da educação prisional no Brasil, com foco nas especificidades de Santa Catarina. Discute o papel da educação como ferramenta de ressocialização, destacando avanços, desafios, e a implementação de políticas educacionais.

A pesquisa contribui ao oferecer uma análise histórica e local da educação prisional, apontando o impacto das políticas educacionais. O estudo ressalta a importância de iniciativas pedagógicas alinhadas às necessidades dos apenados, propondo alternativas para ampliar a eficiência dos programas educativos, objetivando maior inclusão social e cidadania (TEIXEIRA et al., 2023).

Os estudos abordam a importância da educação no sistema prisional como uma ferramenta essencial para a reintegração social, destacando a necessidade de adaptar as políticas educacionais às especificidades desse contexto. A maioria dos estudos enfatiza as dificuldades enfrentadas na implementação das políticas educacionais. Além disso, eles reforçam o papel da educação como um direito fundamental, propondo melhorias na formação dos professores, adaptação das práticas pedagógicas e a necessidade de uma articulação mais eficaz entre os diversos setores envolvidos na execução das políticas.

Outro ponto comum entre os artigos é a ênfase na necessidade de uma abordagem mais inclusiva e humanizada, que leve em consideração as particularidades dos apenados. Muitos artigos sugerem que a educação no sistema prisional deve ser vista como um meio de transformação social e reintegração. Ademais, devem ser ampliadas as iniciativas que visam a promoção de direitos humanos. Dessa forma, as pesquisas contribuem para o desenvolvimento de políticas mais eficazes.

2.5 MODELO TEÓRICO DE ANÁLISE

O artigo "Subsídios teóricos para estudos sobre implementação de políticas educacionais nas redes/escolas municipais no Brasil" de Cunha, Dantas e Verhine (2018), apresenta um modelo teórico voltado para analisar a implementação de políticas educacionais em escolas públicas municipais.

O artigo será destrinchado, nos tópicos de cada item do modelo de análise, visto que, ele inspirou o modelo de análise da atual pesquisa. Todavia, nem todos os itens têm relação com o aspecto da educação prisional e por isso, não serão utilizados, mas serão descritos.

Dessa forma, o modelo de análise utilizado pelos autores é organizado em quatro dimensões analíticas, de forma resumida: Estrutura normativa, examina os princípios e regras da política e sua implementação normativa; Dinâmica institucional e organizacional, analisa a estrutura administrativa, técnica, capacidade das equipes e relações institucionais; Concepções e valores dos implementadores, versa sobre o conhecimento e as expectativas dos implementadores; Práticas e processos, tratam acerca das rotinas do cotidiano no âmbito escolar, resultados alcançados, desafios e soluções.

O artigo traz uma perspectiva teórica, que discute os modelos tradicionais de implementação de políticas, que são: *Top- down, Bottom- up* e modelo de síntese (integra os dois modelos).

As principais contribuições do artigo são relacionadas ao reconhecimento do papel das escolas na formulação de políticas, em municípios pequenos, onde há maior proximidade entre agentes implementadores e escolares. Ademais, o estudo propõe que a análise das políticas educacionais considere o contexto local e as interações entre beneficiários.

O artigo destaca a complexidade da implementação de políticas e propõe um modelo analítico abrangente que pode ser aplicado na análise da educação municipal. Ele também enfatiza a necessidade de estudos que explorem as práticas no nível escolar para promover a melhoria da qualidade educacional oferecida.

Cunha et al. (2018) enfatizaram as redes municipais de educação e a relação entre o âmbito legislativo e executivo. Os tópicos separados por itens são:

> • Características da estrutura normativa da política e sua utilização por agentes implementadores:
> a. Princípios que orientam a política;
> b. Regramento da estrutura administrativa da política;
> c. Utilização de instrumentos normativos pelos agentes;
> d. Repasses (valores e cronograma) de recursos;
> e. Em caso de política municipal, relação do executivo e legislativo.
>
> • Dinâmica institucional/organizacional e política que promove as ações:
> a. Atribuições das coordenações e funcionamento dos setores;
> b. Capacidade/capacitação das equipes,
> c. Estrutura física do órgão gestor e condições técnico-operacionais;
> d. Participação nos processos decisórios.
> e. Autonomia da escola e da secretaria em relação à prefeitura
> f. Relação entre escola e secretaria
>
> • Concepções e valores dos implementadores sobre a política:
> a. Conhecimento sobre a natureza da política;
> b. Expectativas para a política a ser implementada;
> c. Conformidade dos implementadores com a política;
> d. Perfil dos implementadores.
>
> • Processos e práticas de implementação da política:
> a. Práticas/processos de implementação;
> b. Perfil dos usuários da política;
> c. Produtos entregues aos usuários;
> d. Problemas identificados no processo de execução;
> e. Soluções identificadas no processo de execução;
> f. Expectativas em relação à política implementada. (CUNHA et al., p.13, 2018)

Mesmo o modelo de Cunha et al. (2018) sendo voltado para uma aplicação micro, é possível adaptá-lo para outro contexto, todavia, nem todas as dimensões conseguem ser mantidas. Assim, como minha pesquisa é voltada para o âmbito prisional, e não para a educação municipal, esse modelo foi adaptado e foram mantidos os tópicos que tem relação com o tema proposto na presente pesquisa. Assim, 6 dimensões foram retiradas e 15 mantidas, as dimensões mantidas abordam aspectos que também se relacionam a pesquisa voltada para a implementação de políticas no âmbito prisional.

Para esse modelo, foram excluídas as seguintes dimensões especificamente: e. Em caso de política municipal, relação do executivo e legislativo; d. Participação nos processos decisórios; e. Autonomia da escola e da secretaria em relação à prefeitura; f. Relação entre escola e secretaria; b. Perfil dos usuários da política e c. Produtos entregues aos usuários.

Nesse sentido, a primeira dimensão (e) não é coerente com a pesquisa, devido a não ser uma política municipal e não tratar acerca da relação entre executivo e legislativo. A segunda

(d) não se relaciona, pois trata sobre a participação, mas não abordaremos tal questão, dado que, utilizaremos o modelo misto de análise de implementação.

Em continuidade, a terceira dimensão (e) não se relaciona com o âmbito prisional, além de associar a prefeitura. Sobre a quarta dimensão (f), sobre a relação entre escola e secretaria, também não se relaciona com o âmbito prisional. A quinta (b), trata sobre o perfil das pessoas que utilizam a política e foi estabelecido que esse aspecto não integrará as dimensões de análise, pois é possível verificar nos portais federais o perfil da população apenada capixaba. Por fim, a sexta dimensão (c) que se refere ao produto entregue aos usuários também não está relacionada, pois trata sobre o formato final da política, mas abordaremos a implementação da mesma.

Ademais, de forma mais visual, o Quadro 1 abarca o modelo de análise da pesquisa atual, contendo as dimensões escolhidas para tal, e descreve os elementos de análise com base nos referidos autores.

Quadro 1 – Definição das dimensões de Análise

<table>
<tr><th colspan="4">Definição das micro dimensões de análise</th></tr>
<tr><th>Dimensões</th><th>Elementos</th><th>Definição</th><th>Fonte</th></tr>
<tr><td rowspan="4">Características da estrutura normativa da política e sua utilização por agentes implementadores</td><td>a. Princípios que orientam a política;</td><td rowspan="4">“Conforme referido, para que uma política pública seja operacionalizada, da maneira mais comum, há instrumentos de planejamento que expressam as intenções dos formuladores, os quais se definem como a dimensão “estrutura normativa da política”. A elaboração da política ocorre após a constituição da agenda, a escolha do campo de interesse e a identificação de alternativas. Desse modo, a política nos planos adquire característica própria que a identifica em suas concepções e nas intenções dos formuladores.” p.14</td><td rowspan="6">CUNHA, E. O.; DANTAS, L. M. V.; VERHINE, R (2018)</td></tr>
<tr><td>b. Regramento da estrutura administrativa da política;</td></tr>
<tr><td>c. Utilização de instrumentos normativos pelos agentes;</td></tr>
<tr><td>d. Repasses (valores e cronograma) de recursos;</td></tr>
<tr><td rowspan="2">Dinâmica institucional/organizacional e política que promove as ações</td><td>a. Atribuições das coordenações e funcionamento dos setores;</td><td rowspan="2">“[...] compreende-se como o comportamento institucional que resulta da interação entre a estrutura formal da unidade escolar e as ações dos servidores em seus cotidianos de trabalho, e entre a unidade escolar e a rede municipal de educação, bem como secretaria</td></tr>
<tr><td>b. Capacidade/capacitação das equipes;</td></tr>
</table>

	c. Condições técnico-operacionais;	e prefeitura. Pode ser compreendida por pelo menos duas subdimensões: (1) administrativa (técnico-burocrática) e (2) política (participação social e autonomia). A primeira diz respeito diretamente aos processos de condução dos esforços para a realização de objetivos previamente definidos. Pode ocorrer mediante tomadas de decisão e orientação dos processos e práticas de coordenação e supervisão de pessoas, na administração dos recursos financeiros e dos espaços organizacionais que envolvem as condições oferecidas em termos de estrutura física e disponibilidade e qualidade dos recursos humanos." p.14	
Concepções e valores dos implementadores sobre a política	a. Conhecimento sobre a natureza da política;	"A terceira dimensão do modelo aqui proposto para a compreensão de processos de implementação de políticas por escolas e redes municipais, em especial em municípios de pequeno e médio porte, diz respeito aos valores e concepções dos implementadores quando apresentados à política sob análise." p.15	
	b. Expectativas para a política a ser implementada;		
	c. Conformidade dos implementadores com a política;		
Processos e práticas de implementação da política	a. Práticas/processos de implementação;	"[...] é tratada a partir das rotinas das 'burocracias do nível da rua' e da relação entre os implementadores e os destinatários da política. Trata-se de uma dimensão que pode demonstrar, ainda, os resultados do processo de implementação ao observar os produtos entregues aos usuários e suas concepções sobre as práticas dos agentes." p.15	
	d. Problemas identificados no processo de execução;		
	e. Soluções identificadas no processo de execução;		
	f. Expectativas em relação à política implementada.		

Fonte: Elaboração própria. 2025.

Ao evidenciar as dimensões de análise trazidas originalmente pelos autores, e o que foi mantido, buscou-se aprofundar acerca do modelo que será seguido na pesquisa.

3 CONTEXTO CARCERÁRIO DO BRASIL E DO ESPÍRITO SANTO

Nesse tópico, o perfil da população prisional do ES será descrito. Serão abordados: Escolaridade da população apenada, tipo de delito cometido, tempo de pena, acesso à educação, trabalho no contexto carcerário e remuneração. Mais especificamente, será exposto o contexto carcerário do Brasil, com ênfase no perfil educacional dos apenados.

3.1 CONTEXTUALIZANDO A REALIDADE NO BRASIL

O Brasil está na terceira posição do ranking de países com maior população carcerária do mundo[6]. De acordo com o SENAPPEN[7], são cerca de 649 mil apenados em penitenciárias, divididos em prisões federais, estaduais e em regime domiciliar. Especificamente, os "Presos em celas físicas" são os "Presos que independente de saídas durante o dia, para trabalho e/ou estudo, dormem no estabelecimento prisional, ou seja, ocupam vaga"[8].

Outra parcela é que está em prisão domiciliar, com e sem monitoramento eletrônico, que também tem uma quantidade notável, 190 mil pessoas, ainda de acordo com o SENAPPEN. Essa parcela é dividida entre "Domiciliar sem monitoramento eletrônico" que são os "Presos que cumprem pena em casa, sem utilizar tornozeleiras eletrônicas"[9] e o outro grupo possui duas condições que é estar em prisão domiciliar e estar utilizando tornozeleiras eletrônicas, também de acordo com o SENAPPEN.

É possível perceber que a maior quantidade de apenados estão concentrados nas penitenciárias estaduais, então, é válido especificar tal aspecto[10]. E dentre a totalidade dos que

---

6 Brasil se mantém como 3º país com maior população carcerária do mundo. Conectas Direitos Humanos. Disponível em: < https://www.conectas.org/noticias/brasil-se-mantem-como-3o-pais-com-a-maior-populacao-carceraria-do-mundo/ > Acesso em: 30 de mai. de 2024.

7 Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN). Disponível em: < https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYzZlNWQ2OGUtYmMyNi00ZGVkLTgwODgtYjVkMWI0ODhmOGUwIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9&pageName=ReportSection > Acesso em: 30 de mai. de 2024.

8Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN). Disponível em: < https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYzZlNWQ2OGUtYmMyNi00ZGVkLTgwODgtYjVkMWI0ODhmOGUwIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9&pageName=ReportSection > Acesso em: 30 de mai. de 2024.

9Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN). Disponível em: < https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYzZlNWQ2OGUtYmMyNi00ZGVkLTgwODgtYjVkMWI0ODhmOGUwIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9&pageName=ReportSection > Acesso em: 30 de mai. de 2024.

10 Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN). Disponível em: < https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYzZlNWQ2OGUtYmMyNi00ZGVkLTgwODgtYjVkMWI0ODhmOGUwIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9&pageName=ReportSection > Acesso em: 30 de mai. de 2024.

estão em penitenciárias estaduais, a maior parte está em regime fechado, cerca de 52% e em segundo lugar, o regime provisório com 18%[11]. A prisão cautelar ou provisória, é destinada a assegurar o trâmite do processo penal, que inclui a prisão em flagrante, a prisão temporária e a prisão preventiva; e a prisão pena, que tem a função de punição em decorrência da condenação do acusado pela prática do crime[12].

Isso evidencia a incapacidade do Estado de lidar com o aumento desse contingente de presos provisórios, o atraso da justiça em julgar esses processos e a legitimação de políticas que incentivam esse regime (MONTEIRO; CARDOSO, 2013). Além disso, o regime de "Internação" está relacionado à saúde, principalmente relacionado ao viés psiquiátrico, visto que, ao analisar a opção "Nomes do estabelecimento", há vários hospitais psiquiátricos incluídos[13].

Ainda nesse sentido, a maioria dos que estão em penitenciárias federais também estão em regime fechado, ou seja, esse regime concentra a maior parcela dos apenados no Brasil[14] . O regime fechado é direcionado para as pessoas que foram condenadas a penas maiores do que 8 anos, e usualmente os apenados são levados para prisões com maior infraestrutura para evitar fugas e também porque os apenados ficam a maior parte do tempo dentro daquele local. Saídas para trabalho fora da penitenciária são raras, o mais comum é a realização de atividades laborais dentro daquele contexto[15].

Para mais, tendo em vista a grande quantidade de apenados, as penitenciárias brasileiras não conseguem comportar essa população de forma adequada[16]. Ano após ano a quantidade de

---

11 Fonte: Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN). Disponível em: < https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYzZlNWQ2OGUtYmMyNi00ZGVkLTgwODgtYjVkMWI0ODhmOGUwIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9&pageName=ReportSection. > Acesso em: 02 de jun. de 2024.

12 Preso Provisório. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/preso-provisorio > Acesso em: 01 de jun. de 2024.

13 Fonte: Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN). Disponível em: < https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYzZlNWQ2OGUtYmMyNi00ZGVkLTgwODgtYjVkMWI0ODhmOGUwIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9&pageName=ReportSection. > Acesso em: 02 de jun. de 2024.

14 Fonte: Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN). Disponível em: < https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYzZlNWQ2OGUtYmMyNi00ZGVkLTgwODgtYjVkMWI0ODhmOGUwIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9&pageName=ReportSection. > Acesso em: 02 de jun. de 2024.

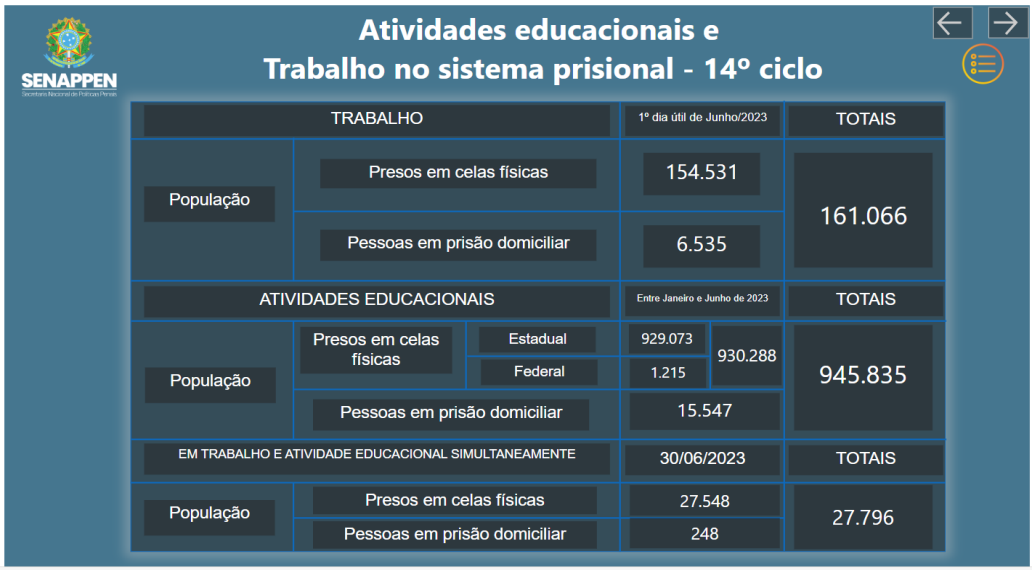
15 Quais são as diferenças entre os regimes fechado, semiaberto e aberto?. Jusbrasil. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/quais-sao-as-diferencas-entre-os-regimes-fechado-semiaberto-e-aberto/1828565173> Acesso em: 01 de jun. de 2024.

16 Fonte: Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN). Disponível em: < https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYzZlNWQ2OGUtYmMyNi00ZGVkLTgwODgtYjVkMWI0ODhmOGUwIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9&pageName=ReportSection. > Acesso em: 30 de mai. de 2024.

pessoas apenadas aumenta, mas a quantidade de vagas continua sendo insuficiente para tal, o que impacta diretamente a possibilidade de ressocialização desse grupo, que é o principal motivo de estarem inseridos nesse contexto. Além disso, a partir de 2003 o déficit de vagas no país se torna muito expressivo, passando de 100 mil, não apenas o déficit de vagas é potencializado em 2003, mas a população carcerária também dá um salto e aumenta notavelmente depois dessa data[17].

A nível Brasil, percebe-se pela Figura 4, que a quantidade de apenados trabalhando está aquém em comparação a quantidade de apenados inseridos no sistema penitenciário brasileiro. Já em relação às atividades educacionais, tem-se um valor significativo, todavia, é válido relembrar que "Atividades educacionais" é diferente de estar inscrito e realizando estudo formal, como a EJA. As atividades educacionais citadas podem ser diversas, como relacionadas a esportes ou leitura.

Figura 4 - Atividades educacionais e de trabalho dos apenados no Brasil (2023)



Fonte: Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN). Disponível em: < https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYzZlNWQ2OGUtYmMyNi00ZGVkLTgwODgtYjVkMWI0ODhmOGUwIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9&pageName=ReportSection. > Acesso em: 30 de mai. de 2024.

Acerca do grau de escolaridade da população inserida no contexto prisional, nas unidades estaduais do país, a partir da Figura 5, nota-se que a maior parcela tem "Ensino

[17] Fonte: Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN). Disponível em: < https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYzZlNWQ2OGUtYmMyNi00ZGVkLTgwODgtYjVkMWI0ODhmOGUwIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9&pageName=ReportSection. > Acesso em: 30 de mai. de 2024.

Fundamental incompleto", cerca de 46%, e somado a isso, a parcela que tem o "Ensino Fundamental completo" também é demasiada, 11%, evidenciando o baixo grau de instrução da população que está inserida no contexto prisional.

Em seguida, a parcela com "Ensino Médio incompleto" também é grande, mais de 100 mil pessoas, cerca de 17%. Por fim, é possível perceber que uma exígua parcela de apenados têm o "Ensino Superior completo", 196 pessoas apenas, e tendo em vista a quantidade de apenados no país, é um número estarrecedor.

Figura 5 - Escolaridade do preso no Brasil em unidades estaduais (2023)



Fonte: Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN). Disponível em: < https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYzZlNWQ2OGUtYmMyNi00ZGVkLTgwODgtYjVkMWI0ODhmOGUwIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9&pageName=ReportSection. > Acesso em: 05 de jun. de 2024.

Em relação ao âmbito federal, a quantidade de unidades e de apenados é menor, contemplando poucos estados. Percebe-se um grande número de "Ensino Médio completo", cerca de 47%, e, "Ensino Fundamental incompleto", cerca de 21%[18].

A partir do panorama da realidade educacional prisional a nível Brasil, é possível compreender com mais clareza a realidade capixaba, suas semelhanças e diferenças.

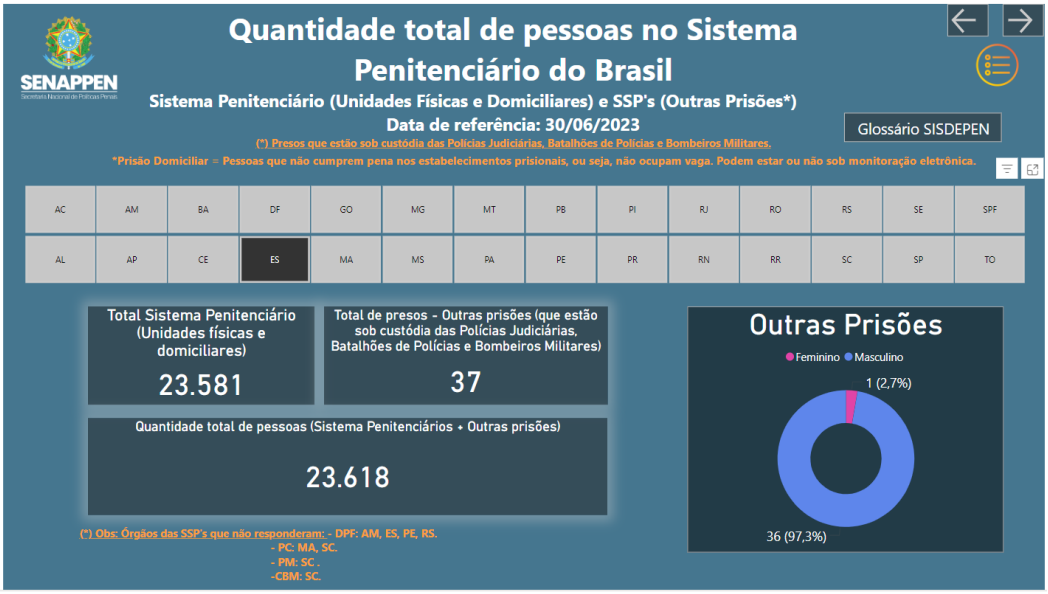
[18] Fonte: Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN). Disponível em: < https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYzZlNWQ2OGUtYmMyNi00ZGVkLTgwODgtYjVkMWI0ODhmOGUwIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9&pageName=ReportSection. > Acesso em: 30 de mai. de 2024.

3.2 CONTEXTUALIZANDO A REALIDADE NO ESPÍRITO SANTO

Ao adentrarmos no contexto do Espírito Santo, é importante que algumas informações sejam esclarecidas. O estado tem uma população residente de 3.833.712 pessoas, segundo o IBGE de 2022[19], e seu IDH é o segundo maior entre as capitais do país[20], ou seja, um local considerado bom para se viver.

Acerca do âmbito carcerário, o estado conta com uma população de cerca de 23 mil apenados, em junho de 2023, de acordo com o SENAPPEN, como demonstra a Figura 6. Além disso, a maior parcela de apenados são homens, cerca de 97%, um valor bem expressivo, fator esse que se repete no sistema prisional brasileiro de forma geral.

Figura 6 - Quantidade total de pessoas apenadas no Espírito Santo (2023)



Fonte: Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN). Disponível em: < https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYzZlNWQ2OGUtYmMyNi00ZGVkLTgwODgtYjVkMWI0ODhmOGUwIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9&pageName=ReportSection. > Acesso em: 30 de mai. de 2024.

Outro critério para entender o perfil prisional do estado são os tipos de regimes nas quais os apenados estão inseridos. A maior parte está inserida no regime fechado, cerca de

[19] Cidades e Estados. IBGE. Disponível em: < https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/es.html > Acesso em: 30 de mai. de 2024.

[20] Vitória tem o segundo melhor IDH entre as capitais brasileiras**.** Prefeitura de Vitória. Disponível em: <https://www.vitoria.es.gov.br/noticias/vitoria-tem-o-segundo-melhor-idh-entre-as-capitais-brasileiras-49683 > Acesso em: 30 de mai. de 2024.

46%, em segundo lugar estão os presos provisórios, cerca de 32%, por fim, no regime semiaberto, são cerca de 20%. Além disso, 59 casos em regime de internação[21].

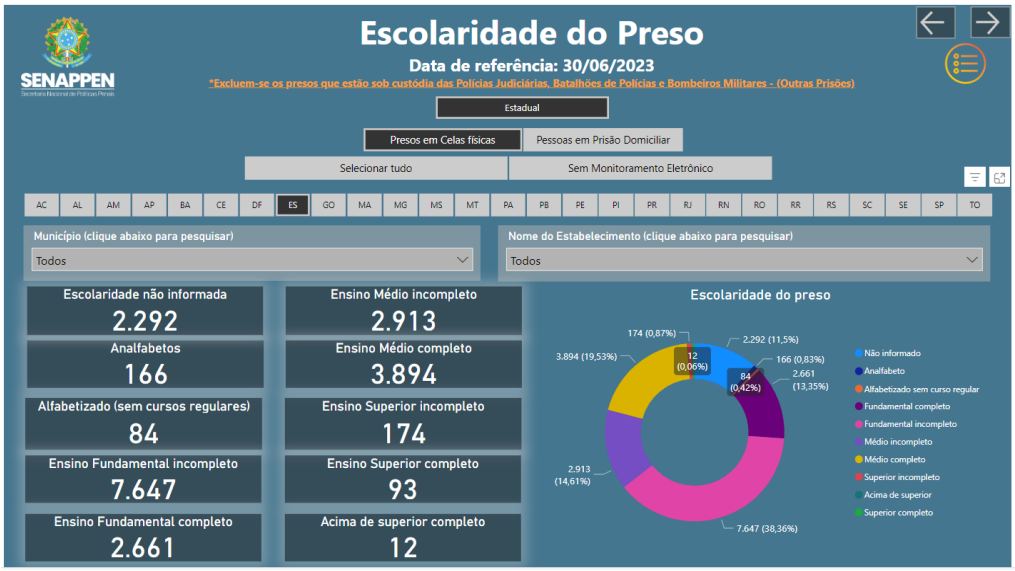
Acerca da quantidade de vagas, o ES também opera de forma insuficiente, desde 2016 com déficit de vagas. Solucionar o déficit a nível de país como um todo, é algo mais complexo de ser resolvido, mas a nível local, é mais factível ter o controle da quantidade de pessoas estimadas para entrar e sair do sistema prisional por ano, assim, tendo ciência da quantidade de vagas que precisam estar à disposição para atender a essa demanda. Não só isso, o déficit de vagas no estado varia em torno de 8 a 9 mil ao longo dos anos, de 2018 a 2023[22].

Ainda nesse sentido, a maior parte dos apenados, homens e mulheres, têm a média de tempo das penas de 8 a 15 anos, diferindo apenas o tamanho, dado que o público masculino tem parcela maior no sistema prisional. Em segundo lugar, para o público masculino, está o tempo de pena de 4 a 8 anos, e o público feminino segue o mesmo padrão[23].

Já o perfil escolar dos apenados do Espírito Santo é variado, como evidencia a Figura 7, mas é notório que a menor parcela é a variável de "Acima de ensino superior completo", cerca de 0,06%, e a maior parcela é "Ensino Fundamental incompleto", cerca de 38%. Isto é, demonstrando que a maior parte dos apenados não tiveram acesso à educação durante o período que estavam fora do sistema prisional, ou não fizeram uso desse direito.

[21] Fonte: Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN). Disponível em: < https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYzZlNWQ2OGUtYmMyNi00ZGVkLTgwODgtYjVkMWI0ODhmOGUwIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9&pageName=ReportSection. > Acesso em: 30 de mai. de 2024.
[22] Fonte: Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN). Disponível em: < https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYzZlNWQ2OGUtYmMyNi00ZGVkLTgwODgtYjVkMWI0ODhmOGUwIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9&pageName=ReportSection. > Acesso em: 30 de mai. de 2024.
[23] Fonte: Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN). Disponível em: < https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYzZlNWQ2OGUtYmMyNi00ZGVkLTgwODgtYjVkMWI0ODhmOGUwIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9&pageName=ReportSection. > Acesso em: 30 de mai. de 2024.

Figura 7 - Escolaridade do preso no Espírito Santo (2023)



Fonte: Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN). Disponível em: < https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYzZlNWQ2OGUtYmMyNi00ZGVkLTgwODgtYjVkMWI0ODhmOGUwIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9&pageName=ReportSection. > Acesso em: 17 de mar. de 2024.

Não só isso, existem outros projetos educacionais em áreas diversas, como esporte e leitura, que auxiliam na remissão de pena e na ressocialização, todavia, não caracterizam estudo formal e não oferecem diploma escolar para os apenados. A Figura 8 mostra alguns exemplos de atividades que foram disponibilizadas aos apenados, mas que não caracterizam educação formal. Nesse ínterim, empresas e outras organizações podem atuar conjuntamente, em parceria.

Figura 8 - Ofertas de educação não formal no Sistema Penitenciário do Espírito Santo

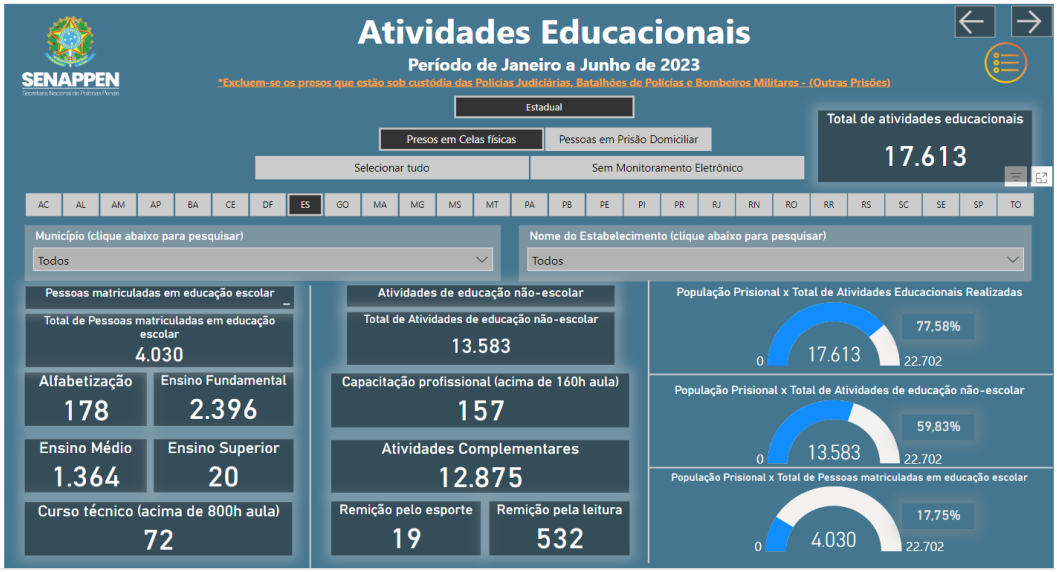
Atividades oferecidas	Parcerias	Informações complementares
Qualificação profissional	Associação Amigos da Justiça	Anualmente, são ofertados cursos nas áreas de: • Administração • Agricultura • Artesanato • Construção civil • Costura industrial • Estética e Beleza • Gestão em Petróleo e Gás • Informática • Panificação e Confeitaria • Prestação de serviço • Transporte • Turismo e Hospitalidade
	ONG Amigos do Brasil	
	PROJOVEM Urbano	
	Sindicato Rural Regional	
	Sistema S	
	Arcelor Mittal	
	Empresas Privadas	
	Prefeituras Municipais	
Cursos de aperfeiçoamento - Educação à Distância/ Material Didático Interativo	Senai/Findes	• Projeto iniciado em 2012. • Cursos que têm como objetivo o desenvolvimento de competências para o mundo do trabalho

Fonte: ESPÍRITO SANTO, 2016, p. 24.

Nesse sentido, de acordo com a Figura 9, cerca de 4.000 pessoas estão matriculadas na educação formal, um valor abaixo do esperado, visto que, é um valor aquém do total de apenados dentro do sistema penitenciário capixaba.

Ademais, na Figura 9, também é mostrado o tópico de “Atividades Complementares”, todavia, não estão especificadas quais seriam essas atividades, a descrição das mesmas é “Atividades de educação não-escolar”, ou seja, gerando dúvidas acerca do caráter das atividades.

Figura 9 - Atividades educacionais no Sistema Penitenciário do Espírito Santo (2023)



Fonte: Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN). Disponível em: < https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYzZlNWQ2OGUtYmMyNi00ZGVkLTgwODgtYjVkMWI0ODhmOGUwIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9&pageName=ReportSection. > Acesso em: 17 de mar. de 2024.

Dando sequência, acerca do viés de trabalho, de acordo com a Figura 9, apenas um pequeno grupo de apenados consegue atuar na realização de atividades laborais, algo negativo, pois às atividades laborais além de auxiliarem na ressocialização e remissão da pena, alguns apenados também podem receber um valor em dinheiro pela atuação[24].

No total, 2.594 apenados recebem alguma remuneração, entre homens e mulheres, nem todos os apenados recebem um valor em dinheiro pelas atividades laborais, alguns recebem apenas a possibilidade de remissão da pena através do trabalho, além disso, a maioria dos que recebem um valor monetário, recebe um salário-mínimo, cerca de 43%[25].

Ainda acerca do viés de trabalho, mesmo com a quantidade de apenados do sistema capixaba aumentando ao longo dos anos, às vagas para atividades laborais não tiveram aumento expressivo[26].

[24] Fonte: Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN). Disponível em: < https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYzZlNWQ2OGUtYmMyNi00ZGVkLTgwODgtYjVkMWI0ODhmOGUwIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9&pageName=ReportSection. > Acesso em: 17 de mar. de 2024.
[25] Fonte: Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN). Disponível em: < https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYzZlNWQ2OGUtYmMyNi00ZGVkLTgwODgtYjVkMWI0ODhmOGUwIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9&pageName=ReportSection. > Acesso em: 01 de jun. de 2024.
[26] Fonte: Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN). Disponível em: < https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYzZlNWQ2OGUtYmMyNi00ZGVkLTgwODgtYjVkMWI0ODhmOG

Em continuidade, uma pequena parcela realiza atividades laborais e estuda simultaneamente, cerca de 365 pessoas no total, somando homens e mulheres[27]. Novamente, valor abaixo em relação ao total de apenados no contexto do ES.

Outrossim, a potencialização da política de encarceramento no ES não atingiu igualmente indivíduos de todos os estratos sociais. Pelo contrário, ela teve um direcionamento claro para determinados grupos, definidos por cor e classe (RIBEIRO, 2013). Por fim, ao examinar os tipos de incidências mais comuns no contexto do ES, depara-se com dois principais, os crimes voltados ao patrimônio e às drogas[28].

O contexto do Brasil é semelhante ao dos Estados Unidos, as prisões não estão cheias de criminosos violentos, mas de pessoas condenadas por tráfico de drogas e furtos, ou seja, crimes não violentos (MONTEIRO; CARDOSO, 2013).

Entende-se que o porte de drogas para consumo pessoal é frequentemente a porta de entrada para a prática de crimes mais graves. Para sustentar seu vício, os usuários recorrem a outros delitos, como pequenos furtos e roubos, progredindo assim na escala criminal. Dessa forma, o usuário acaba financiando o tráfico, que gera muitos outros crimes (DA SILVA; PINHEIRO, 2022). Para mais, outras incidências também estão presentes no estado, como a "Contra a pessoa" e "Contra a dignidade sexual"[29].

A percepção internacional sobre o sistema carcerário brasileiro são "campos de concentração para pobres" que se assemelham mais a empresas públicas de "depósito industrial de dejetos sociais" do que a instituições com objetivo de reinserção (MONTEIRO; CARDOSO, 2013, p.94 Apud WACQUANT, 2001).

Ademais, quando se discute a problemática da violência, os jovens se destacam, pois, as taxas de homicídios são mais altas entre esse grupo. Segundo dados do Mapa da Violência (2010), às vítimas na faixa etária de 15 a 24 anos representaram 36,6% do total de homicídios

UwIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9&pageName=ReportSection. > Acesso em: 01 de jun. de 2024.

[27] Fonte: Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN). Disponível em: < https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYzZlNWQ2OGUtYmMyNi00ZGVkLTgwODgtYjVkMWI0ODhmOGUwIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9&pageName=ReportSection. > Acesso em: 17 de mar. de 2024.

[28] Fonte: Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN). Disponível em: < https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYzZlNWQ2OGUtYmMyNi00ZGVkLTgwODgtYjVkMWI0ODhmOGUwIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9&pageName=ReportSection. > Acesso em: 09 de jun. de 2024.

[29] Fonte: Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN). Disponível em: < https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYzZlNWQ2OGUtYmMyNi00ZGVkLTgwODgtYjVkMWI0ODhmOGUwIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9&pageName=ReportSection. > Acesso em: 09 de jun. de 2024.

no país (MONTEIRO; CARDOSO, 2013). Isto é, os jovens são tanto as principais vítimas quanto os principais perpetradores de homicídios (MONTEIRO; CARDOSO, 2013).

Assim, a partir da contextualização do perfil educacional dos apenados capixabas, é válido entender acerca dos planos que direcionam a gestão e implementação das políticas educacionais nas prisões.

3.3 PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO NAS PRISÕES (2016)

A educação nas prisões do Espírito Santo é uma política pública recente, desenvolvida há cerca de dez anos. O Ministério da Justiça e o Ministério da Educação, responsáveis por promover a política pública nacional de ressocialização de pessoas privadas de liberdade, propuseram aos estados da federação, através das Secretarias de Estado da Educação e das Secretarias de Estado de Administração Penitenciária ou de Justiça, a elaboração do Plano Estadual de Educação nas Prisões (ESPÍRITO SANTO, 2016).

O Plano Estadual de Educação nas Prisões do Espírito Santo (2016), apresentado a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), do Ministério da Educação (MEC), e ao Depen, do Ministério da Justiça (MJ), para ampliação e qualificação da oferta de educação nas unidades prisionais do ES, nos exercícios de 2015 a 2018.

> O Plano Estadual de Educação nas Prisões do Espírito Santo foi construído seguindo uma proposta baseada nos preceitos da Lei no 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e da Lei no 7.210/1984 (Lei de Execução Penal), para consolidação da relação de parceria entre as Secretarias de Educação e Justiça, uma vez que a oferta educacional é uma ação conjunta e permanente. (ESPÍRITO SANTO, 2016, p.9)

Os órgãos responsáveis pela oferta de educação no sistema prisional e por gerenciar esse plano, são: Secretaria da Educação (SEDU) e Secretaria de Justiça (SEJUS). E o início da oferta de educação nas prisões foi a partir da Portaria no 042-R.

> O documento elaborado para orientar a parceria foi a Portaria no 042-R, de 21 de junho de 2005, que garantiu a criação de salas de aula nas unidades prisionais capixabas e assegurou às pessoas privadas de liberdade o direito à educação formal. Nesse sentido, ao longo desses anos, têm sido criadas turmas correspondentes aos ensinos fundamental e médio, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), que possibilitam o acesso desses jovens e adultos à elevação de escolaridade. (ESPÍRITO SANTO, 2016, p.15)

Assim, o responsável pelo monitoramento e avaliação das metas estabelecidas no plano é um Grupo de Trabalho composto por servidores dos dois Órgãos citados. Então, tanto à elaboração do plano, quanto seu acompanhamento é feito de forma coletiva.

> Portanto, este trabalho é resultado de uma construção coletiva iniciada em janeiro de 2012, que contou com a colaboração de educadores e educandos que atuam e/ou estudam nos espaços educacionais das unidades prisionais que ofertam a modalidade de Educação para Jovens e Adultos (EJA) na rede pública estadual. Contribuíram, ainda, servidores das unidades prisionais envolvidos no programa educacional, como diretores das unidades prisionais, chefes de segurança, inspetores penitenciários, psicólogos e assistentes sociais. As contribuições foram produzidas por meio de reflexões em diferentes espaços, seminários, palestras, grupos de trabalho, e reuniões realizadas em conjunto pela Secretaria de Estado da Justiça e pela Secretaria de Estado da Educação. (ESPÍRITO SANTO, 2016, p.9)

Nesse sentido, a EJA entra em cena no cenário carcerário capixaba. A oferta da EJA nas unidades prisionais é financiada com recursos públicos da União, complementados por fontes estaduais e pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), para manter e aprimorar o ensino oferecido (ESPÍRITO SANTO, 2016). No contexto prisional capixaba, a EJA abrange o Ensino Fundamental e Médio, de forma presencial.

> Em 2016, este documento foi atualizado, considerando o atual contexto educacional do Estado do Espírito Santo, que busca com este plano reiterar o compromisso assumido com a educação para todos, em especial com a educação dos jovens e adultos privados de liberdade, ampliando seu percentual de cobertura que hoje já coloca o Estado em destaque, em nível nacional, na oferta da educação formal em prisões. (ESPÍRITO SANTO, 2016, p.9)

Todavia, a oferta da EJA foi ampliada ao longo do tempo, pois, inicialmente, ela estava presente apenas em algumas unidades e contemplava poucos alunos. Além disso, os espaços eram, muitas vezes, improvisados.

> [...] Contudo, muitos desses espaços eram improvisados para que, minimamente, pudesse ser oferecida a Educação de Jovens e Adultos (EJA) do primeiro segmento, correspondente aos anos iniciais do ensino fundamental.
> É importante destacar que o avanço das matrículas escolares no sistema prisional capixaba é resultado do trabalho de reestruturação do próprio sistema prisional, que, a partir de 2009, foi reconstruído sob os aspectos conceitual, arquitetônico e de gestão, possibilitando resultados concretos e consistentes. (ESPÍRITO SANTO, 2016, p.7)

Ainda nesse sentido, 2009 foi o ano que marcou o sistema penitenciário capixaba, dado que, aspectos como infraestrutura e gestão foram aprimorados (ESPÍRITO SANTO, 2016).

Às dificuldades enfrentadas ao longo da implementação da educação formal nas prisões do estado também são retratadas pelo plano, adversidades essas que estão relacionadas à nova percepção por parte dos profissionais atuantes nesse contexto, mas também dos apenados.

> Como todo processo inicial, a oferta educacional em unidades prisionais do Espírito Santo foi muito difícil, pois o ambiente carcerário, cenário tradicionalmente marcado pela insegurança e tensão, não estava habituado à movimentação de alunos e à presença de professores.
> Outra dificuldade estava relacionada ao processo de seleção dos professores. No início, essa escolha seguia o modelo padrão de contratação de escolas convencionais.

> Porém, o medo e a insegurança dos profissionais em trabalhar no sistema prisional gerava forte recusa. A partir de 2009, com a publicação de editais específicos para contratação de professores para atuação em unidades prisionais, foi possível atrair professores mais preparados para atuarem com esse público nas prisões. (ESPÍRITO SANTO, 2016, p.15)

Ademais, a contratação de profissionais para atuar como professores nas unidades também era problemática, pois muitos profissionais tinham medo e insegurança de atuar nesses locais. E outras estratégias precisaram ser elaboradas para driblar tais situações (ESPÍRITO SANTO, 2016).

O plano traz um diagnóstico da situação carcerária capixaba, trazendo às informações relacionadas à quantidade de apenados, oferta de vagas, possibilidade de estudo do apenado, quais atividades de educação formal ou informal foram implementadas, de forma ampla.

Esse diagnóstico é datado de maio de 2015, não só isso, o plano também traz à quantidade de salas, bibliotecas e laboratórios de informática à disposição dos apenados. O documento nomeia as unidades prisionais do ES e trata acerca da demanda e da oferta de educação de cada uma. Tais informações permitem perceber a mudança no âmbito prisional capixaba ao longo dos anos.

A EJA regular oferecida funciona da seguinte maneira: o Primeiro Segmento, correspondente aos anos iniciais do Ensino Fundamental, tem duração de dois anos (1.600 horas); o Segundo Segmento, correspondente aos anos finais do Ensino Fundamental, também tem duração de dois anos (1.600 horas); e o Ensino Médio, que tem duração de um ano e meio (1.200 horas).

O plano apresenta a evolução do número de presos matriculados em algum regime educacional nas prisões do ES até 2015. Embora esse número tenha aumentado, ele ainda é baixo em comparação com a população carcerária total do estado, que era de cerca de 17 mil apenados em 2015, abrangendo apenas cerca de 20% dessa população, como demonstra a Tabela 1.

Tabela 1 - Relação entre a oferta e à demanda educacional (2015)

Nível	Demanda	Oferta	Percentual de cobertura
Ensino fundamental	10.555	2.547	24%
Ensino médio	4.810	921	19%
Ensino superior	2.054	0	0%
Total	17.419	3.468	20%

Fonte: ESPÍRITO SANTO. 2016, p.23. *Dados referentes ao mês de maio de 2015.

As metas estabelecidas visam melhorar o desempenho do ensino oferecido, a gestão prisional e a profissionalização dos apenados. Cada meta possui estratégias específicas para orientar sua implementação. Inicialmente, trazemos as metas gerais:

> META 1 – Ampliar em 6%, até 2018, o número de presos matriculados na Educação de Jovens e Adultos, e em 10% o número de unidades prisionais com oferta educacional.
> META 2 – Assegurar, no prazo de 03 (três anos), a publicação de documentos para normatizar, sistematizar e orientar a oferta de educação no sistema prisional do Estado.
> META 3 - Reduzir o índice de analfabetismo entre os privados de liberdade custodiados pelo Estado.
> META 4 - Fomentar a qualidade da oferta educacional nas prisões em todas as etapas, com melhoria nos fluxos de gestão.
> META 5 – Garantir a aplicação dos exames certificadores em todas as unidades prisionais que possuírem estrutura física para atividades educacionais.
> META 6 - Assegurar o acesso ao Ensino Superior a 100% ou, no mínimo 50%, dos presos do regime semiaberto que realizarem o Enem e obtiverem a pontuação necessária, por meio dos programas Sisu e ProUni, amparado pela Portaria do MEC no 438/1998, que institui o Enem, e pela Lei no 11096/2005, do ProUni.
> META 7 - Fomentar a estruturação das salas de leitura das unidades prisionais.
> META 8 - Garantir e ofertar capacitação para profissionais da Educação que atuam nas unidades prisionais do Estado.
> META 9 – Garantir ações de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da estrutura física dos espaços escolares das unidades prisionais e escolas de atendimento exclusivo.
> META 10 – Ampliar a oferta de educação não formal em 10% ou, no mínimo, em 5%, até 2018. (ESPÍRITO SANTO, 2016, p.130-136).

As metas estão relacionadas ao aumento do EJA, qualidade da educação oferecida no contexto prisional, expansão do sistema prisional do estado, ademais, também trata da oferta de qualificação profissional e da melhoria administrativa e de gestão. “Precisa, ainda, da construção de metas para alcançar a melhoria na qualidade do ensino, além da quebra de diversos paradigmas que foram construídos em um passado de negação de direitos nos espaços prisionais.” (ESPÍRITO SANTO, 2016, p.129).

Nesse sentido, vamos analisar individualmente cada meta definida pelo respectivo plano. A primeira meta está relacionada ao EJA, que é à forma de educação formal oferecida pelas unidades prisionais capixabas.

> META 1 – Ampliar em 6%, até 2018, o número de presos matriculados na Educação de Jovens e Adultos, e em 10% o número de unidades prisionais com oferta educacional.
> Estratégias:
> 1.1) Garantir a oferta da educação formal, da alfabetização ao ensino médio, em até três turnos, de acordo com as especificidades de cada unidade prisional;
> 1.2) Fortalecer as equipes responsáveis pelo fomento das ações educacionais de cada unidade prisional;
> 1.3) Criar alternativas de ofertas de educação para as unidades que ainda não possuem espaços para atividades educacionais. (ESPÍRITO SANTO, 2016, p.130).

A meta é voltada para aumentar a quantidade de apenados que podem ter acesso a EJA na prisão e ampliar o número de unidades que ofertam EJA. As estratégias são voltadas para garantir que cada unidade, em sua realidade, consiga contemplar todos os níveis de ensino, nos três turnos. E a última alternativa diz respeito a "criar alternativas" para as que ainda não possuem espaço, evidenciando uma questão complexa, pois mostra que há unidades sem espaços apropriados.

A segunda meta é referente às normatizações e padronizações do ensino oferecido nas unidades.

> META 2 – Assegurar, no prazo de 03 (três anos), a publicação de documentos para normatizar, sistematizar e orientar a oferta de educação no sistema prisional do Estado.
> Estratégias:
> 2.1) Formular, a partir da publicação deste plano, projetos político-pedagógicos que contemplem todas as unidades prisionais, observando as políticas curriculares nacionais para a EJA e às diretrizes Curriculares para a Educação Básica;
> 2.2) Construir, nos próximos 2 (dois) anos, as orientações estaduais para a educação no sistema prisional;
> 2.3) Construir calendário letivo diferenciado para a oferta de EJA nas prisões, de forma a atender às especificidades da escolarização para privados de liberdade;
> 2.4) Estabelecer e padronizar, a partir da publicação deste plano, regras e procedimentos de rotina da educação nas unidades prisionais, respeitando a legislação atual. (ESPÍRITO SANTO, 2016, p.130).

Percebe-se que essa organização está relacionada às diretrizes curriculares próprias para o âmbito do ES, que serão formuladas a partir das diretrizes federais. E em dois momentos pontua-se que "[...] partir da publicação deste plano [...]" (ESPÍRITO SANTO, 2016, p.130), serão instituídos outros aspectos, levando à compreensão de que o respectivo plano foi pioneiro para a gestão da educação prisional.

A terceira meta está ligada ao analfabetismo dentro das unidades prisionais.

> META 3 - Reduzir o índice de analfabetismo entre os privados de liberdade custodiados pelo Estado.
> Estratégias:
> 3.1) Erradicar o analfabetismo nas unidades prisionais que abrigam presos condenados;
> 3.2) Garantir, minimamente, uma sala de aula nas unidades que abrigam presos provisórios, para oferta educacional, preferencialmente, do ensino fundamental (primeiro segmento);
> 3.3) Garantir a contratação de professores para as turmas de 1o segmento, independentemente do número de alunos. (ESPÍRITO SANTO, 2016, p.131).

Sobre a terceira meta, as estratégias demonstram que cessar o analfabetismo dentro do sistema prisional é visto como urgência, pois os itens 3.3 e 3.4 frisam que se deve garantir salas de aula para os alunos do ensino fundamental e que devem ser contratados professores para atuar nesse nível de ensino, independentemente do número de alunos, isto é, independente da demanda. E quando se analisa o perfil dos apenados do ES, de acordo com a Figura 10, percebe-

se que o número de apenados que estão inseridos no primeiro nível é maioria, ou seja, no ensino fundamental.

A quarta meta está relacionada à atenção à qualidade da educação oferecida nas unidades. Nesse tópico, é tratado a respeito das instituições destinadas a gerir a educação no âmbito carcerário capixaba, a SEDU e a SEJUS. Para mais, acerca da criação de escolas de uso exclusivo, a articulação com a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) para debater acerca da educação no contexto prisional e suas complexidades. Além da realização de encontros anuais para tratar essa temática.

> META 4 - Fomentar a qualidade da oferta educacional nas prisões em todas as etapas, com melhoria nos fluxos de gestão.
> Estratégias:
> 4.1) Ampliar e efetivar a parceria entre Sejus e Sedu com outros órgãos e secretarias, objetivando ações conjuntas para melhoria da oferta educacional nas unidades prisionais;
> 4.2) Criar, até 2017, os conselhos para as escolas estaduais de ensino fundamental e médio de atendimento exclusivo Cora Coralina e Nelson Mandela;
> 4.3) Criar mais duas escolas estaduais de atendimento exclusivo, nos municípios de Colatina e Cachoeiro de Itapemirim.
> 4.4) Garantir a construção do Projeto Pedagógico das escolas de atendimento exclusivo, tendo em vista as especificidades das unidades prisionais atendidas;
> 4.5) Garantir que as escolas referência contemplem em seus Projetos Pedagógicos as especificidades da escolarização da educação nas prisões;
> 4.6) Garantir a articulação com a comissão da Agenda Territorial e com a Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), na perspectiva de discutir os desdobramentos inerentes à educação em espaços de privação de liberdade;
> 4.7) Realizar, anualmente, encontros formativos para definir/ redefinir e consolidar as propostas de educação nos espaços prisionais;
> 4.8) Garantir o cumprimento da carga horária diária de aulas, por meio da efetividade da movimentação dos alunos;
> 4.9) Elaborar planejamento antecipado, em conjunto com a Sedu, das necessidades de contratação de recursos humanos, por unidade prisional.
> 4.10) Implantar turma piloto nas unidades, com oferta de EJA semipresencial, utilizando tecnologia educacional.
> 4.11) Garantir a implementação do Plano Nacional do Livro (PNL) e do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), em articulação com o Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos (PNLDEJA), com o objetivo de disponibilizar livros didáticos, paradidáticos e literários aos estudantes jovens e adultos do sistema prisional, apropriados ao local e ao perfil do educando atendido; (ESPÍRITO SANTO, 2016, p.131-133)

Em continuidade, a quarta meta também trata acerca do cumprimento do plano pedagógico elaborado para as escolas exclusivas, há também aspectos relacionados à gestão e tecnologia, ao tratar acerca da possibilidade de implementar uma turma piloto da EJA utilizando tecnologias. Por fim, a estratégia busca implementar programas que disponibilizam livros didáticos para os apenados.

A quinta meta traz uma questão muito tratada pelo plano, os exames certificadores para os apenados. Ao levar em consideração que muitos apenados perdem a documentação ao

ingressar no sistema prisional, então, a única forma de comprovar seu nível de instrução é através das certificações.

> META 5 – Garantir a aplicação dos exames certificadores em todas as unidades prisionais que possuírem estrutura física para atividades educacionais.
> Estratégias:
> 5.1) Garantir a divulgação e oferta dos exames certificadores a todos os presos interessados, sempre que ofertados pelos governos Estadual e Federal;
> 5.2) Garantir a realização das provas dos Exames Supletivos específicos para o sistema prisional, uma vez ao ano, assegurando a aplicação em dias úteis da semana;
> 5.3) Garantir a elaboração de cronograma de aplicação que atenda as especificidades das unidades prisionais;
> 5.4) Garantir a agilidade da divulgação dos resultados dos exames de certificação, através de ajuste no cronograma e reformulação de prazos. (ESPÍRITO SANTO, 2016, p.133)

Assim, a meta busca asseverar que os apenados consigam prestar as provas e garantir seu certificado, pois, através dessas certificações podem conseguir mais facilmente oportunidades de trabalho após cumprirem a pena.

A sexta meta está associada a garantir que os apenados tenham acesso ao ensino superior, aqueles que estão em regime semiaberto. Para isso, as estratégias tratam acerca da garantia de que os apenados possam prestar o Enem, se quiserem. Para isso, devem ser auxiliados na inscrição e receber materiais de estudo para a prova.

> META 6 - Assegurar o acesso ao Ensino Superior a 100% ou, no mínimo 50%, dos presos do regime semiaberto que realizarem o Enem e obtiverem a pontuação necessária, por meio dos programas Sisu e ProUni, amparado pela Portaria do MEC no438/1998, que institui o Enem, e pela Lei no 11096/2005, do ProUni.
> Estratégias:
> 6.1) Fomentar parcerias que possibilitem a elaboração de materiais de estudos para os exames de certificação.
> 6.2) Assegurar inscrição no Enem para todos os internos que demonstrarem interesse em participar do exame;
> 6.3) Providenciar documentação necessária para a inscrição. (ESPÍRITO SANTO, 2016, p.134)

A sétima meta objetiva potencializar a leitura nas unidades prisionais, por meio de programas e parcerias. Não só isso, como forma de organizar os livros que serão utilizados, a estratégia também cita a obtenção de computadores.

> META 7 - Fomentar a estruturação das salas de leitura das unidades prisionais.
> Estratégias:
> 7.1) Assegurar a aquisição do acervo bibliográfico para as unidades prisionais do Estado, utilizando o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), por meio da escola referência ou exclusiva, que fará o envio às unidades conforme orientações da Sedu;
> 7.2) Providenciar computadores, para todas as salas de leitura, com software específico para controle de acervo e organização em todas as unidades prisionais. (ESPÍRITO SANTO, 2016, p.134-135)

A oitava meta trata sobre a capacitação dos profissionais para atuarem nas unidades, em diversas áreas. Dentre as estratégias está a oferta de programas de formação continuada

para os trabalhadores, por fim, também é sinalizado a questão de capacitar os profissionais que começarão a atuar no sistema prisional.

> META 8 - Garantir e ofertar capacitação para profissionais da Educação que atuam nas unidades prisionais do Estado.
> Estratégias:
> 8.1) Promover, anualmente, capacitação para todos os profissionais que atuarão nas unidades prisionais, objetivando o conhecimento do sistema de segurança das prisões, o efeito do aprisionamento na vida do sujeito encarcerado e outros temas correlatos para o desenvolvimento da oferta educacional;
> 8.2) Realizar capacitação específica dos servidores que atuam na Educação nas unidades prisionais do Estado em parceria com o Centro de Formação de Profissionais da Educação (Cefope), da Sedu;
> 8.3) Garantir que a temática da educação em prisões seja inserida nos programas de formação continuada da EJA para os profissionais que atuam nestes espaços; (ESPÍRITO SANTO, 2016, p.135)

A nona meta diz respeito a infraestrutura das unidades prisionais, principalmente dos espaços voltados para educação, e dos itens necessários para tal. As estratégias citam a utilização de recursos públicos, porém, não especificaram de onde viriam as verbas, se seriam do âmbito estadual ou federal.

> META 9 – Garantir ações de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da estrutura física dos espaços escolares das unidades prisionais e escolas de atendimento exclusivo.
> Estratégias:
> 9.1) Elaborar anualmente planejamento antecipado, em conjunto com a Sedu, que contemple as necessidades de compra de materiais escolares, equipamentos e mobiliários, por unidade prisional;
> 9.2) Providenciar a manutenção ou substituição dos móveis e equipamentos dos espaços educacionais, impedindo o sucateamento destes recursos;
> 9.3) Garantir recursos financeiros públicos para atendimento e ampliação da oferta da EJA nas unidades prisionais do Espírito Santo, com a aquisição de materiais escolares, equipamentos e mobiliários;
> 9.4) Garantir recursos financeiros públicos para atendimento e ampliação da oferta da EJA nas unidades prisionais do Espírito Santo, com a contratação de recursos humanos; (ESPÍRITO SANTO, 2016, p.135-136)

Por fim, a última meta traz a questão da ampliação da oferta de educação não formal, tais atividades abrangem diversas áreas, desde leitura a esportes. As estratégias salientam a questão das parcerias, e como mostra a Figura 9, a educação não formal do estado acontece através de diversas parcerias com instituições públicas, privadas e ONGs.

> META 10 – Ampliar a oferta de educação não formal em 10% ou, no mínimo, em 5%, até 2018.
> Estratégias:
> 10.1) Criar estratégias para fortalece consolidar projetos que possibilitem ações de educação não formal;
> 10.2) Ampliar parcerias com instituições, organizações e secretarias de Estado para execução de atividades de educação formal;
> 10.3) Criar mecanismo que possibilite mensurar o número de pessoas privadas de liberdade inseridas em atividades não formais. (ESPÍRITO SANTO, 2016, p.136)

Assim, como destaca o próprio plano, as políticas públicas precisam estar em constante melhoramento e avaliação.

> Porém, como toda política pública, a assistência educacional no âmbito prisional precisa estar em constante processo de construção coletiva e em um movimento de reflexão, ação e transformação. Precisa, ainda, da construção de metas para alcançar a melhoria na qualidade do ensino, além da quebra de diversos paradigmas que foram construídos em um passado de negação de direitos nos espaços prisionais. (ESPÍRITO SANTO, 2016, p.129)

Diante disso, percebe-se que as metas trazem questões que necessitam de avanço no sistema prisional capixaba.

3.4 PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PARA PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE E EGRESSAS DO SISTEMA PRISIONAL DO ESPÍRITO SANTO (2021)

O Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional do Espírito Santo (2021), elaborado para a gestão de 2020 a 2024, ou seja, na data de elaboração dessa pesquisa, o plano encontra-se no último ano como documento orientador da gestão da educação no âmbito prisional capixaba.

No plano, é descrito que a oferta de educação no âmbito prisional é um direito que não pode ser negado, aliando-se, a possibilidade de ressocialização do apenado. Nesse sentido, é pontuada a questão "[...] é possível educar para autonomia e para a liberdade na prisão?" (ESPÍRITO SANTO, 2021, p.11).

> A oferta da educação em espaços de privação de liberdade está pautada no princípio da educação como direito humano. Como tal, jamais poderá ser concebida como um privilégio e, consequentemente, negada. É, portanto, prerrogativa para que privados/as de liberdade desenvolvam princípios, conhecimentos e valores que os(as) permitam resgatar a dignidade, ressignificar o passado e (re) pensar em projetos de vida mais positivos para o futuro. (ESPÍRITO SANTO, 2021, p.11)

Ao discorrer sobre a educação no contexto prisional, é sublinhada a questão de que grande parcela dos apenados começou sua educação escolar em algum momento, mas tiveram essa trajetória interrompida por vários motivos. Portanto, a oferta de educação, mesmo dentro da prisão, torna-se uma oportunidade para promover a autonomia e a emancipação (ESPÍRITO SANTO, 2021).

Sobre a oferta da EJA, o plano discorre que entende a EJA como a melhor opção para a oferta educacional no contexto prisional.

> **Já existe um acúmulo no campo da educação nas prisões de que a Educação de Jovens e Adultos é a modalidade mais apropriada para assegurar o respeito à singularidade dessa oferta.** Isso não significa a concretização de um currículo reducionista por se tratar de classes populares e que visa somente à certificação. Pelo contrário, os conhecimentos devem dialogar com as trajetórias, saberes e experiências do/a estudante em um processo de reflexão-ação de maneira a se tornar a base para projetos futuros de avanço e continuidade de estudos e fomento a uma carreira profissional. (ESPÍRITO SANTO, 2021, p.13, grifo nosso)

O plano visa qualificar a organização da oferta educacional no âmbito prisional e definir novas estratégias para ampliar as políticas educacionais voltadas para apenados e egressos do sistema prisional. Ademais, na elaboração do plano houve a participação de vários atores, como membros das Secretarias e estudiosos, porém, os apenados não foram escutados nessa discussão e elaboração.

> [...] contando com a participação média, 300 (trezentos) profissionais, entre eles: representantes do Conselho Estadual Estadual de Educação, Tribunal de Justiça do ES, Ministério Público do ES, Instituto Jones dos Santos Neves, Defensoria Pública do ES, Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN, Escritório Social, estudantes privados(as) de liberdade do Centro de Detenção e Ressocialização de Linhares - CDRL, professores(as), pedagogos(as), psicólogos(as) e assistentes sociais que atuam nas unidades prisionais do Espírito Santo. Tais atores são imprescindíveis para a construção de um Plano capaz de registrar os compromissos assumidos para a garantia do direito à educação no sistema prisional capixaba e apontar caminhos para o próximo ciclo dessa política pública. (ESPÍRITO SANTO, 2021, p.5)

Todavia, é importante destacar esse fator, pois, às pessoas que são diretamente impactadas pelas políticas públicas instituídas pelo plano não foram escutadas durante a elaboração dele.

Embora o plano se apresente como um documento democrático, a ausência de participação efetiva dos apenados na criação e execução das políticas educacionais, restringe sua capacidade de exercer sua cidadania e ter uma voz ativa no processo, como resultado, a educação oferecida torna-se descontextualizada da realidade dos detentos (FREITAS, 2023).

Em continuidade, o plano também contou com a participação da sociedade em geral, como esclarece o documento, “O link foi disponibilizado nos sites da SEDU e da SEJUS para que toda sociedade pudesse contribuir além de ter sido partilhado com escolas e grupos de pesquisa sobre educação em prisões.” (ESPÍRITO SANTO, 2021, p.6).

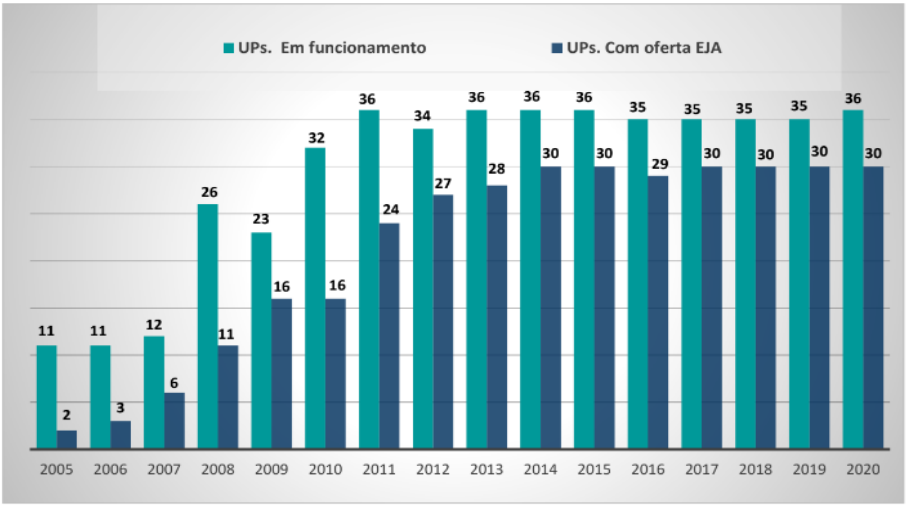
Além de traçar objetivos para expandir e melhorar a oferta educacional para os apenados, o plano atua como um recurso para monitorar, fortalecer políticas educacionais e oferecer estratégias. Um programa específico marcou o início da oferta educacional, o “Educando para a Liberdade”, formado pelos Ministérios da Educação e da Justiça, inicialmente contava com poucos alunos e era ofertado em poucas unidades (ESPÍRITO SANTO, 2021).

Assim, em 2009, o programa foi ampliado, o respectivo ano trouxe significativas mudanças para o âmbito penitenciário, mudando o foco da gestão a partir de então (ESPÍRITO SANTO, 2021).

> Em 2009, houve o início da reconstrução das unidades prisionais do Espírito Santo baseados em diferentes aspectos conceituais, arquitetônicos e de gestão. **Em 2010, com um novo conceito de encarceramento voltado para a reintegração social da pessoa presa e com o início das inaugurações das novas unidades prisionais, que contavam com espaços específicos para ações educacionais, ocorreu um considerável aumento da oferta educacional nas prisões**. (ESPÍRITO SANTO, 2021, p.7, grifo nosso)

Ademais, o referido plano traz um panorama das unidades prisionais que ofertam EJA (Gráfico 1), de 2005 a 2020, e ainda nesse sentido, mostra a evolução da quantidade de apenados matriculados no Ensino formal (Gráfico 2), e é possível perceber que a partir de 2009 as unidades com oferta de EJA passam a expandir.

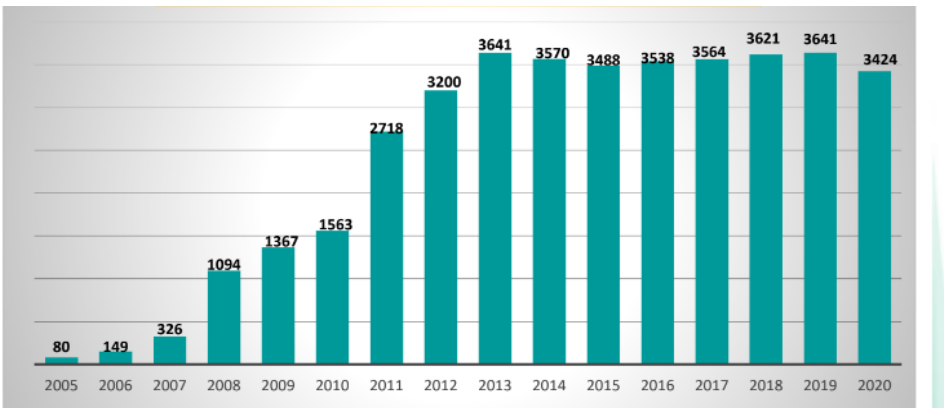
Gráfico 1 - Unidades Prisionais com oferta de EJA no ES (2005 - 2020)



Fonte: ESPÍRITO SANTO, 2021, p.8. *Nos dados detalhados por unidade prisional, a Penitenciária Regional de São Mateus foi dividida em duas, por apresentar-se como unidade prisional mista (feminino e masculino). Sendo assim, serão consideradas 36 unidades prisionais para efeito de diagnóstico. Entre os anos de 2016 e 2019 a APAC estava desativada.

Nas unidades que não ofertam a EJA, o plano especifica que a maior parte dessas não possuía espaço físico para a oferta educacional, ou eram unidades destinadas a regime semiaberto. Em continuidade, a possibilidade de alunos matriculados também é ampliada no mesmo período, e tem seu pico em 2019 com 3.641 matriculados no ensino formal, como demonstra o Gráfico 2.

Gráfico 2 - Evolução dos estudantes presos matriculados na Educação formal no ES (2005-2020)



Fonte: ESPÍRITO SANTO, 2021, p.9.

Além disso, o plano traz luz a uma problemática que gerou transtornos para o contexto prisional em 2020, a pandemia do COVID-19, assim, desestabilizando o que havia sido planejado para o período letivo nas unidades.

> Em 20 de março as aulas presenciais precisaram ser paralisadas em toda rede de ensino devido à pandemia da COVID 19 provocada pelo novo Corona vírus. O Grupo de Trabalho (GT) formado pela Sedu e Sejus, das equipes das Escolas Referência e Exclusivas e equipes das Unidades Prisionais, diante da preocupação com a contaminação dos/as estudantes internos/as e com a segurança de todos/as envolvidos/as discutiu, planejou e articulou o retorno das aulas.
> [...] Nas unidades em que o número de alunos era superior à capacidade da sala de aula (considerando a indicação de distanciamento) foi realizado o revezamento dos/as alunos/as semanalmente e aqueles/as que não estavam em sala de aula receberam material para estudo em cela. (ESPÍRITO SANTO, 2021, p.10)

Para mais, também foi elaborado um novo calendário para ajustar a oferta de ensino a situação adversa (ESPÍRITO SANTO, 2021).

Os objetivos do plano são diferentes das metas e estratégias definidas por ele. Os objetivos são aspectos mais gerais que se espera que sejam cumpridos até o final da vigência do plano. São esses:

> • Criação novos espaços para ampliação da oferta educacional na elevação da escolaridade das pessoas privadas de liberdade;
> • Diminuição das pessoas privadas de liberdade analfabetas;
> • 4 Novas escolas exclusivas construídas (municípios de Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, Linhares e São Mateus) e em funcionamento devidamente autorizadas e respectivos conselhos de escola criados;
> • Atualização das normativas estaduais existentes, e manifestação do Conselho Estadual de Educação publicada;
> • Políticas de leitura implementadas;
> • Seja garantida a aplicação dos Exames Nacionais (ENEM e ENCCEJA) nas unidades prisionais do Espirito Santo, considerando todos os espaços físicos disponíveis para esse fim;
> • Garantia da oferta de qualificação profissional para pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional;
> • Implantação da EJA profissional;

> • Bibliotecas das unidades das unidades prisionais estruturadas;
> • Formação continuada de professores que atuam na oferta de educação nas prisões. (ESPÍRITO SANTO, 2021, p.10)

Acerca dos Órgãos responsáveis por gerenciar a EJA, é feito por uma Portaria Conjunta SEDU/SEJUS no 001- R/2014. Assim, a SEDU atua conjuntamente com outras gerências.

> A Gerência de Educação de Jovens e Adultos - GEEJA está diretamente vinculada à Subsecretaria de Educação Básica e Profissional - SEEB e foi criada pelo DECRETO No 4502-R, DE 19 DE SETEMBRO DE 2019, anunciando a oferta da Educação de Jovens e Adultos - EJA como prioritária, se constituindo como uma política educacional e de inclusão social. A EJA anteriormente estava vinculada à Gerência de Educação, Juventude e Diversidade - GEJUD, extinta com a criação da GEEJA. (ESPÍRITO SANTO, 2021, p.17)

O objetivo da atuação das três instituições é, principalmente, aprimorar a gestão dos recursos disponíveis para a educação prisional na contratação e gestão dos profissionais e dos materiais para estudo.

> É meta da SEDU/SEEB/GEEJA, para além do Plano Estadual de Educação nas Prisões, que as escolas exclusivas tenham seu próprio Conselho de Escola, contribuindo para a gestão do espaço escolar e dos recursos recebidos, pautando-se na isonomia e na participação. (ESPÍRITO SANTO, 2021, p.17)

A SEDU, especificamente, foi reorganizada e sua gestão abarca o nível macro, aspectos legais e administrativos, ao micro, atuação dentro das salas de aula. A SEDU é dividida em 11 Superintendências Regionais de Educação, “Assim, as Superintendências atuam diretamente com as escolas referência e exclusivas a partir das diretrizes da SEDU.” (ESPÍRITO SANTO, 2021, p.18).

Já acerca da EJA, os estudantes podem ser alocados em escolas de referência ou escolas de atendimento exclusivo do sistema prisional capixaba.

> Escola Referência – Escola Pública Estadual localizada no território, responsável pelo acompanhamento administrativo e pedagógico da escolarização nas unidades prisionais;
> Escola Exclusiva – Escola Pública Estadual localizada dentro do Complexo Penitenciário de Viana e de Xuri, responsável pelo acompanhamento administrativo e pedagógico da escolarização nas unidades prisionais. (ESPÍRITO SANTO, 2021, p.18)

Ademais, o plano também trata acerca de como a EJA deve ser ofertada no sistema penitenciário do ES, como mostra a Tabela 2.

Tabela 2 - Oferta de EJA no Sistema Penitenciário do Espírito Santo, dividido entre ensino fundamental e médio

Curso Regular de EJA – Ensino Fundamental e Médio				
Segmento	Duração	Etapas/Semestres	Número de aulas/dia	Total de Horas
1º Segmento Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Dois anos	Quatro etapas em forma de semestre	Quatro aulas/dia	1.600 horas
2º Segmento Anos Finais do Ensino Fundamental	Dois anos	Quatro etapas em forma de semestre	Quatro aulas/dia	1.600 horas
Ensino Médio	Um ano e meio	Três etapas em forma de semestre	Quatro aulas/dia	1.200 horas

Fonte: ESPÍRITO SANTO, 2021, p.21.

Aliado a isso, a SEJUS também tem seu papel, que está mais direcionado a gestão das unidades prisionais. A SEJUS está dividida em quatro subsecretarias: Subsecretaria para Assuntos Administrativos, Subsecretaria de Planejamento e Controle, Subsecretaria para Assuntos do Sistema Penal e a mais recente, Subsecretaria de Ressocialização (ESPÍRITO SANTO, 2021).

Acerca das metas e objetivos do plano, o mesmo traz ao todo 17 metas, cada uma tem estratégias estabelecidas para guiar sua implementação. Mas aqui foram trazidas apenas as metas gerais, que são:

> Meta 1- Regulamentar as 4 novas Escolas de Atendimento Exclusivo.
> Meta 2 -Criar os 6 Conselhos de Escola e Unidades Executoras das Unidades Escolares de Atendimento Exclusivo.
> Meta 3- Incluir a especificidade da Educação em Prisões na Resolução do CEE no 3777/2014.
> Meta 4 - Atualização da Portaria SEDU/SEJUS no 001-R,de 30 de janeiro de 2014 no ano de 2021.
> META 5 - Ampliar em 10% o número de matrículas na Educação de Jovens e Adultos.
> META 6 - Ofertar alfabetização para 100% das pessoas privadas analfabetas nas unidades prisionais onde existe oferta educacional.
> META 7- Implantar remição pela leitura em no mínimo 13 unidades prisionais do estado.
> Meta 8 - Implementar o projeto de leitura “Entre Muros e Mundos”.
> META 9 - Garantir a aplicação dos ENCCEJA em todas as unidades prisionais que possuem estrutura física.
> META 10 - Garantir a aplicação dos ENEM em todas as unidades prisionais que possuem estrutura física.
> META 11 - Garantir a oferta de qualificação profissional (cursos de formação inicial e continuada - FIC) nas unidades prisionais.
> META 12 - Garantir a oferta de qualificação profissional (cursos de formação inicial e continuada - FIC) para egressos.
> META 13 - Implantar a EJA profissional em no mínimo 2 unidades prisionais.
> META 14 - Estruturar espaços para bibliotecas nas unidades prisionais.
> META 15 - Construir 10 salas de aula para ampliação da oferta de educação formal.
> META 16 - Ampliar para 6 o número de Escolas de Atendimento Exclusivo.

> META 17 - Assegurar a oferta de formação continuada aos profissionais que atuam na educação em prisões. (ESPÍRITO SANTO, 2021, p.52-55).

Em resumo, as metas estão relacionadas a melhoria dos números educacionais, diminuição da analfabetização, potencialização de projetos públicos relacionados à educação no contexto penitenciário, garantir e potencializar a aplicação de provas coletivas para os apenados, além da infraestrutura prisional e da qualificação profissional.

Brevemente, acerca da educação não formal oferecida, tem-se os seguintes projetos, especificados na Figura 10. E novamente, o plano de 2021 frisa que a oferta de educação não formal só é possível devido a parcerias com ONGs e empresas privadas.

Figura 10 - Oferta de educação não formal no Sistema Penitenciário do Espírito Santo

Nº	UNIDADES	PROJETOS	FINALIDADE
1	CASCUVV/ PSMCOL/ PAES/ PSC	REFORMANDO VIDAS	O projeto em questão tem por objetivo ofertar palestras de conscientização (o crime não compensa) para jovens e adolescentes, bem como concede mão de obra voluntária dos presos, visando seu retorno à sociedade.
2	PSVV I/ PEVVII/ PSMAI/ CPFCOL/ PSMECOL	COSTURANDO O FUTURO	Confecciona todas as peças de uniformes utilizadas pelos presos do Estado.
3	PEVV V / PSVV	MÃOS QUE FALAM	Projeto que visa trabalhar a cultura por meio da pintura em tela.
	PEVV I	DESPERTANDO A IMAGINAÇÃO	
4	PSME I	REABILITARTE	**Trabalhos manuais feitos com crochê, fuxico, tecidos, pedaços de madeira, papelão e feltro**
	PSME II	NOVA VIDA	
	PEVV II	EU FAÇO ARTE	
	CDPA	FAZENDO ARTE	
	CDPCOL	ACONCHEGO LÚDICO	
	CDPS	EU FAÇO ARTE	
	CPFCOL	DOANDO SORRISO	
	CPFCOL	RETALHOS DA MINHA HISTÓRIA	
	PAES	FABRICA DE SONHOS	
	PRMS (FEMININO)	RETIRANDO SONHOS DA CAIXA	
5	PEVV II	ATELIER SONHO DE LIBERDADE	O projeto utiliza o refugo de tecidos das fábricas na confecção de tapetes, bonecos, toalhas de mesas entre outras peças, toda a produção é doada para instituições filantrópicas e para eventos desta SEJUS.
6	PSMECOL	ART MADEIRA	Confecção de peças em madeira, produzidas com a matéria prima paletes.
	PEVV III	MARCENARIA JEQUITIBÁ	
	PRSM (MASCULINO)	TRANSFORME	
7	PAES	EQUOTERAPIA	O projeto em questão realiza o atendimentode crianças autistas ou com problemas cognitivos, presos com quadro depressivos,dependentes químicos por meio equoterápico.
8	CPFCOL	MÃOS SOLIDÁRIAS	Confecção de perucas para doação para mulheres com câncer.
9	CPFCI	CORAL ALÉM DO CANTO	Projeto voltado para área musicais.
	CPFCI	HARMONIA	
	CPFCI	ACORDES	
	PEVV V	TOCANDO A LIBERDADE	
	CPFCOL	ACORDES PARA VIDA	
	CDPCI	NOVA CANÇÃO	
	PEVV I	BANDA MANANCIAL	

Fonte: ESPÍRITO SANTO, 2021, p.31.

Além disso, tendo em vista as atividades realizadas nas unidades, o financiamento para as mesmas também foi citado no plano, especificando quais unidades dispõem de cada item e de onde vem o financiamento para tal, como detalha a Figura 11.

Figura 11 - Principais fontes de financiamento

AÇÃO	FONTE DO RECURSO (Incluir/detalhar programas federais, inclusive o programa PBA, PAR etc, estaduais ou municipais, além de recursos de capital privado - parceria)	UNIDADES PRISIONAIS (OU EQUIPAMENTO DE ATENÇÃO A EGRESSOS) EM QUE AS AÇÕES) SÃO DESENVOLVIDAS	QUANTIDADE DE PESSOAS ENVOLVIDAS, POR AÇÃO
Oferta da Educação Profissional	Pronatec - Fundo Penitenciário Nacional QualificarEs - Governo Estadual	CASCUVV CDPS CDPVV CDRL CPFC CPFCI CPFCOL ESCRITÓRIO SOCIAL PAES PEVV I PEVV II PEVV III PRBSF PRCI PRL PRSM PSC PSMA I PSMCOL PSME II PSMECOL PSVV	QualificarES - 1515 vagas Ofertadas para presos e 1501 para egressos Pronatec - 1562 vagas planejadas para execução entre 2021 e 2023
Aquisição de mobiliários e equipamentos para as salas de aula	Governo Estadual	CDPA CDPCI CDPCOL CDPG CDPM CDPS CDPSDN CDPSM CDPV II CDRL CPFC CPFCI CPFCOL PAES PEVV I PEVV II PEVV III PEVV V PRBSF PRCI PRL PRSM FEMININO PRSM MASCULINO PSMA I PSMCOL PSME I PSME II PSMECOL PSVV UCTP	
Aquisição de materiais escolares, recursos pedagógicos e cadeiras universitárias	Fundo Penitenciário - Funpen	As 30 unidades prisionais que ofertam Educação formal foram contempladas com os itens. Senão com todos os itens, com algum deles.	

Fonte: ESPÍRITO SANTO, 2021, p. 45.

A partir disso, serão analisadas individualmente as metas definidas pelo plano e suas estratégias. No respectivo plano, as metas são detalhadas com mais clareza, especificando a finalidade, o Órgão responsável por cumprir a meta, e qual indicador está ligado a cada uma.

O plano de 2021 detalha os respectivos indicadores gerais que as metas buscam alcançar, como pode-se constatar na Figura 12.

Figura 12 - Indicadores do plano de ação da educação do Sistema Penitenciário capixaba

Objetivo relacionado	Indicador	Finalidade do Indicador
Garantir oferta de alfabetização para pessoas privadas de liberdade.	Oferta de educação visando a alfabetização de pessoas privadas de liberdade	Mensurar e aferir a eficiência da oferta de alfabetização para pessoas privadas de liberdade
Ampliar da oferta educacional	Pessoas escolarizadas	Elevação da escolaridade das pessoas privadas de liberdade.
Garantia de oferta de alfabetização	Pessoas analfabetas privadas de liberdade alfabetizadas	Mensurar oferta de alfabetização para pessoas privadas de liberdade
Implantar políticas de leitura, com e sem remição, para pessoas privadas de liberdade	Número de unidades prisionais com remição pela leitura implantadas.	Mensurar as unidades que irão desenvolver os projetos e avaliar resultados
Criar 4 escolas de atendimento exclusivo com conselhos de classe próprios.	Escolas de atendimento exclusivo criadas com Unidades Executoras próprias;	Mensurar quantidade de escola exclusivas criadas e em funcionamento.
Atualização das normativas estaduais existentes, e manifestação do Conselho Estadual de Educação sobre a educação PPL publicada;	Normativas estaduais existentes atualizadas, e manifestação do Conselho Estadual de Educação publicada	Normatizar a oferta da EJA PPL
Implementar políticas de leitura com remição	Número de unidade prisionais com Projeto de leitura implementado.	Mensurar as unidades que estão desenvolvendo o projeto e avaliar os resultados
Garantia da aplicação dos exames nacionais.	Quantitativo de pessoas inscritas nos exames Nacionais	Mensurar o acesso das pessoas privadas de liberdade aos exames nacionais
Garantir a oferta de qualificação profissional para pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional pessoas privadas de liberdade e egressas	Número de vagas de qualificação ofertadas para pessoas presas e egressas	Mensurar/avaliar o acesso das pessoas privadas de liberdade à qualificação profissional.
Implantação da EJA profissional	Número de Estudantes privados de liberdade matriculados na EJA profissional	Mensurar/avaliar o acesso dos estudantes privados de liberdade EJA profissional
Novas salas de aula construídas e em funcionamento	Número de novas salas de aulas equipadas para oferta e educação formal.	Mensurar ampliação da oferta de educação formal nas prisões.
Bibliotecas das unidades das unidades prisionais estruturadas	Número de espaços para Bibliotecas nas unidades prisionais	Mensurar e avaliar a estrutura física existente nas unidades prisionais para estruturação de bibliotecas.
Formação continuada de professores/servidores que atuam na oferta de educação nas prisões	Percentual de professores/servidores que atuam na educação em prisões participando de formação continuada.	Mensurar/ampliar o investimento de recursos públicos na formação continuada de professores/servidores que atuam na Educação em Prisões.

Fonte: ESPÍRITO SANTO, 2021, p. 51.

Já acerca das metas, o plano de 2021 tem 17 metas, as primeiras quatro metas estão relacionadas à gestão.

Especificamente, a primeira meta diz respeito a regulamentar escolas para uso exclusivo do sistema penal. Precisamente, “Regulamentar as 4 novas Escolas de Atendimento Exclusivo. 4 escolas regulamentadas – até dez/2022” (ESPÍRITO SANTO, 2021, p.54), de responsabilidade da SEDU e da SEJUS, e tem como estratégias

> Providenciar os atos normativos de regulamentação das quatro novas escolas exclusivas; Assegurar a estruturação física necessária para o pleno funcionamento das escolas (ESPÍRITO SANTO, 2021, p.52)

Acerca da segunda meta, de responsabilidade da SEDU e SEJUS, voltada para a criação de conselhos escolares, “Criar os 6 Conselhos de Escola e Unidades Executoras das Unidades Escolares de Atendimento Exclusivo. 6 conselhos criados – até dez/2022” (ESPÍRITO SANTO, 2021, p.52). E sua estratégia é: “Republicar a Portaria no 111-R de 18 de setembro

de 2017 que institui os Conselhos de Escola inserindo os CE das escolas exclusivas do sistema prisional.” (ESPÍRITO SANTO, 2021, p.52).

Já a terceira meta, de responsabilidade da SEDU, SEJUS e do Conselho Estadual de Educação (CEE), busca “Incluir a especificidade da Educação em Prisões na Resolução do CEE no 3777/2014” (ESPÍRITO SANTO, 2021, p.52). E sua estratégia é:

> Elaborar minuta de texto sugerindo a inclusão da educação nas prisões na Resolução do CEE no 3777/2014 Encaminhar ao CEE para aprovação (ESPÍRITO SANTO, 2021, p.52).

A quarta meta, também de responsabilidade da SEDU e da SEJUS, pretende “Atualização da Portaria SEDU/SEJUS no 001-R, de 30 de janeiro de 2014 no ano de 2021” (ESPÍRITO SANTO, 2021, p.52). E como estratégia tem-se “Reunir o Grupo de Trabalho para elaboração do texto substituto; Republicar a Portaria.” (ESPÍRITO SANTO, 2021, p.52).

A quinta e sexta meta estão relacionadas a educação formal e a alfabetização, de responsabilidade da SEDU, SEJUS e CEE. As metas são diferentes, mas as estratégias para atingimento são as mesmas. Isto é, “Ampliar em 10% o número de matrículas na Educação de Jovens e Adultos. 3% de ampliação – até dez/2022; 4% de ampliação – até dez/2023; 3% de ampliação – até dez/2024.” (ESPÍRITO SANTO, 2021, p.52).

Já a sexta meta busca “Ofertar alfabetização para 100% das pessoas privadas analfabetas nas unidades prisionais onde existe oferta educacional. 100% de oferta – 2022; 100% de oferta – 2023; 100% de oferta – 2024.” (ESPÍRITO SANTO, 2021, p.52). E como estratégias, tem-se:

> Garantir a oferta da educação formal, da alfabetização ao Ensino Médio, em até três turnos, de acordo com as especificidades de cada unidade prisional;
> Fortalecer as equipes responsáveis pelo fomento das ações educacionais de cada unidade prisional;
> Criar alternativas de ofertas de educação para as unidades que ainda não possuem espaços para atividades educacionais (ESPÍRITO SANTO, 2021, p.52).

A sétima e oitava meta estão relacionadas a oferta de educação não formal. A sétima meta é de responsabilidade da SEDU, SEJUS e da Vara de Execução Penal, e procura “Implantar remição pela leitura em no mínimo 13 unidades prisionais do estado. 4 unidades – até dez/2022; 4 unidades – até dez/2023; 5 unidades – até dez/2024” (ESPÍRITO SANTO, 2021, p.53). E as estratégias, são:

> Elaborar metodologias para o desenvolvimento do Programa de remição pela leitura nas prisões; Alinhar as estratégias do Programa com a Vara de Execução Penal Firmar parcerias para o desenvolvimento do Programa de remição pela leitura nas prisões (ESPÍRITO SANTO, 2021, p.53).

A oitava meta é relacionada à leitura nas unidades prisionais, com a finalidade de “Implementar o projeto de leitura ‘Entre Muros e Mundos’. 2 unidades – até dez/2022; 2

unidades – até dez/2023.” (ESPÍRITO SANTO, 2021, p.53). De responsabilidade da SEDU e SEJUS, as estratégias para essa meta, são: “Adquirir acervo literário; Formação de mediadores de leitura.” (ESPÍRITO SANTO, 2021, p.53).

A nona e décima meta estão relacionadas aos exames nacionais para os apenados, no caso, o ENEM e o ENCCEJA, e são de responsabilidade da SEDU e da SEJUS.

Especificamente, a nona meta busca “Garantir a aplicação dos ENCCEJA em todas as unidades prisionais que possuem estrutura física. 2021 – Mínimo de 3000 candidatos; 2022 – Mínimo de 3100 candidatos; 2023 – Mínimo de 3200 candidatos; 2024 – Mínimo de 3400 candidatos.” (ESPÍRITO SANTO, 2021, p.53). Assim, para atingir esse objetivo, foi estabelecido: “Realizar mobilização envolvendo as unidades prisionais; Realizar divulgação e orientação das pessoas privadas de liberdade. Avaliar possibilidade de ampliação e adequação de espaços.” (ESPÍRITO SANTO, 2021, p.53).

A décima meta, sobre o ENEM, busca “Garantir a aplicação dos ENEM em todas as unidades prisionais que possuem estrutura física. 2021– Mínimo de 1600 inscritos; 2022 – Mínimo de 1700 inscritos; 2023 – Mínimo de 1800 inscritos; 2024 – Mínimo de 1900 inscritos.” (ESPÍRITO SANTO, 2021, p.53). Como estratégias, tem-se: “Realizar mobilização envolvendo as unidades prisionais; Realizar divulgação e orientação das pessoas privadas de liberdade. Realizar de aulões preparatórios em conjunto com a Secretaria de Educação, servidores da SEJUS e outros voluntários.” (ESPÍRITO SANTO, 2021, p.53).

As metas 11, 12 e 13 são direcionadas para o âmbito de qualificação profissional dos apenados e egressos e são de responsabilidade da SEDU e da SEJUS.

A meta 11 visa “Garantir a oferta de qualificação profissional (cursos de formação inicial e continuada - FIC) nas unidades prisionais. 500 vagas – até dez/2021; 500 vagas – até dez/2022; 500 vagas – até dez/2023; 500 vagas – até dez/2024.” (ESPÍRITO SANTO, 2021, p.54). Para que isso ocorra, foi estabelecido: “Firmar parcerias para a qualificação profissional. Definir a oferta dos cursos de acordo com os arranjos produtivos locais.” (ESPÍRITO SANTO, 2021, p.54).

A meta 12 é dirigida para “Garantir a oferta de qualificação profissional (cursos de formação inicial e continuada - FIC) para egressos. 100 vagas – até dez/2022; 200 vagas – até dez/2023; 200 vagas – até dez/2024; 200 vagas – até dez/2024.” (ESPÍRITO SANTO, 2021, p.54). E para atingi-la: “Firmar parcerias para a qualificação profissional. Definir a oferta dos cursos de acordo com os arranjos produtivos locais.” (ESPÍRITO SANTO, 2021, p.54).

A meta 13 objetiva “Implantar a EJA profissional em no mínimo 2 unidades prisionais. EJA profissional implantada em 2 unidades – até dez/2022” (ESPÍRITO SANTO, 2021, p.54).

Para isso, foi estabelecido: “Definir a oferta dos cursos de acordo com os arranjos produtivos locais. Criar e solicitar ao CEE/ES a autorização dos cursos.” (ESPÍRITO SANTO, 2021, p.54).

As metas 14, 15 e 16 são direcionadas para o âmbito estrutural das unidades prisionais (salas de aula, bibliotecas etc), e são de responsabilidade da SEDU e da SEJUS.

A meta 14 é orientada para “Estruturar espaços para bibliotecas nas unidades prisionais, “Levantamento dos espaços físicos que serão estruturados – até dez/2021. Estruturação dos espaços físicos identificados – até dez/2023” (ESPÍRITO SANTO, 2021, p.54). E como estratégias:

> Assegurar a aquisição do acervo bibliográfico para as unidades prisionais do Estado, utilizando o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), por meio da escola referência ou exclusiva, que fará o envio às unidades conforme orientações da SEDU. Providenciar computadores, para as bibliotecas, com software específico para controle de acervo e organização em todas as unidades prisionais (ESPÍRITO SANTO, 2021, p.54).

A meta 15 canaliza seus esforços para “Construir 10 salas de aula para ampliação da oferta de educação formal. 2021 e 2022 – Andamento de processos para construção. 2023 – 10 salas construídas e equipadas.” (ESPÍRITO SANTO, 2021, p.54). Suas estratégias são: “Construção de 10 salas de aula em unidades prisionais que houver espaço disponível. Aquisição de mobiliário e equipamentos para estruturação das 10 salas de aula.” (ESPÍRITO SANTO, 2021, p.54).

A meta 16 é voltada para “Ampliar para 6 o número de Escolas de Atendimento Exclusivo. 2021 – Início da construção das 4 novas escolas. 2022 – Inauguração de 4 escolas e início das atividades.” (ESPÍRITO SANTO, 2021, p.55). Assim, para atingir essa meta: “Assegurar a estruturação física necessária para o pleno funcionamento das escolas. Equipar as escolas com mobiliários e materiais didático- pedagógicos.” (ESPÍRITO SANTO, 2021, p.55).

Por último, a meta 17 é voltada para a formação dos profissionais que atuam no sistema penitenciário capixaba e é de responsabilidade da SEDU, SEJUS E UFES. Assim, ela tem o propósito de “Assegurar a oferta de formação continuada aos profissionais que atuam na educação em prisões. 2021 – 100%. 2022 – 100%. 2023 – 100%. 2024 – 100%.” (ESPÍRITO SANTO, 2021, p.55). Como estratégias, tem-se:

> Consolidar parceria com Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, para a formação continuada dos profissionais da educação; Realizar formação específica dos(as) servidores(as) que atuam na Educação nas unidades prisionais do Estado em parceria com a UFES/SEDU e EPEN/SEJUS; Realizar formação específica para os/as servidores/as que atuam nas Unidades Prisionais (SEJUS) (ESPÍRITO SANTO, 2021, p.55).

O monitoramento das metas é feito pelo Grupo de Trabalho, formado por servidores da GEEJA da SEDU. A coleta de dados para a avaliação e acompanhamento do plano será realizada por meio de relatórios mensais enviados pelas unidades e visitas trimestrais de servidores da Gerência de Educação e Trabalho e da GEEJA (ESPÍRITO SANTO, 2021).

A partir da compreensão dos planos que gerem as políticas educacionais nas prisões do estado, trataremos acerca do método utilizado para analisar os planos e as entrevistas com os gestores das políticas.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo aborda os métodos utilizados no estudo, sua classificação, instrumento, técnica de análise de dados, a operacionalização da pesquisa, e os aspectos éticos que estão relacionados a mesma.

4.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

O estudo é classificado como descritivo, de abordagem qualitativa, utilizando entrevista e análise documental, com o uso do instrumento qualitativo e roteiro estruturado.

A pesquisa qualitativa busca "[...] compreender como as pessoas interpretam suas experiências, constroem seus mundos e atribuem significado a suas experiências." (GIL, 2021, p.16), assim, frisando que a perspectiva da pessoa entrevistada é fundamental para que esse tipo de pesquisa ocorra.

Além disso, a pesquisa qualitativa tem características significativas que a representam: foca no significado e na compreensão das experiências individuais; o papel relevante do pesquisador, ao estar presente no momento da coleta ele pode compreender o ambiente, a comunicação verbal e não verbal do entrevistado; o processo indutivo e de criação de hipóteses no pesquisador; e por fim, a descrição do pesquisador que é detalhada e profunda (GIL, 2021). Ademais, é válido reforçar que a pesquisa qualitativa não tem um nível de complexidade menor do que a quantitativa, mas requer outros tipos de elementos (GIL, 2021).

A pesquisa qualitativa é justificada por alguns fatores, por sua maior complexidade e aprofundamento em estudar uma perspectiva ou situação; possibilita que as pessoas se expressem livremente, assim, proporciona um rico entendimento de sua realidade; possibilita que o pesquisador esteja inserido no contexto do entrevistado e possa observar os fenômenos ali propostos; por fim, viabiliza a construção de hipóteses e teorias (GIL, 2021).

Diante disso, a escolha pela pesquisa qualitativa se deu pela capacidade de aprofundamento da mesma, tendo em vista o desenho da pesquisa, que abarca os gestores que implementam as políticas de educação no contexto carcerário do Espírito Santo, e a natureza do objeto investigado: a implementação das políticas públicas de educação no sistema prisional, um processo permeado por diferentes percepções e atores.

A partir do modelo de análise e construção do roteiro de perguntas, objetivou-se que os gestores conseguissem aprofundar nas dimensões trazidas, e assim, é possível compreender não apenas como se dá a implementação das políticas educacionais (aspectos formais e

normativos) e seus desdobramentos, mas captar os desafios, avanços e entraves desses processos. Dessa forma, a pesquisa qualitativa assegura o aprofundamento, e contribui para revelar elementos que dificilmente emergiriam em abordagens quantitativas.

Acerca da abordagem descritiva, advinda de pesquisas fenomenológicas, que considerava a subjetividade crucial para compreender as motivações humanas, uma vez que as ações das pessoas são moldadas por suas percepções da realidade (GIL, 2021). Um aspecto crucial da abordagem descritiva é a convicção de que o pesquisador deve conscientemente afastar-se de todo conhecimento prévio e de seus próprios preconceitos acerca da temática estudada, pois, o objetivo principal é descrever fielmente a experiência vivida pelos participantes em relação ao tema investigado (GIL, 2021).

O estudo é classificado como descritivo, pois busca descrever as características de um fenômeno, caracterizar os contextos e vivências específicos do grupo pesquisado, e assim, trazer luz à perspectiva da implementação a partir da realidade desses atores.

Nesse sentido, o estudo é descritivo, pois, descreve os desafios, avanços e entraves que foram trazidos pelos gestores nas entrevistas, relativo a gestão de dois Planos de Educação Prisional que abarcam o período de 2016 e 2024. Ademais, descreve as metas e diretrizes trazidas nos planos estaduais, de forma a tornar claro como as metas são materializadas. Portanto, o enfoque descritivo contribui para dar visibilidade à maneira como as políticas públicas educacionais na prisão foram implementadas.

Para análise documental dos Planos Estaduais de Educação nas Prisões, não foi usada nenhuma técnica específica, os planos foram destrinchados a partir das metas, objetivos e estratégias para atingimento das metas, que são abordadas nos planos, e orientam a atuação dos gestores das políticas, e a própria implementação de políticas.

As metas são os objetos centrais dos planos e abordam de forma completa os aspectos relacionados a educação no sistema prisional, por isso, elas foram os guias da análise realizada.

4.2 INSTRUMENTO DE COLETA E FONTE DE DADOS

A pesquisa qualitativa objetiva conhecer a essência de fenômenos e outros aspectos em profundidade (GIL, 2021). Ainda de acordo com o autor, a entrevista é uma das principais técnicas da pesquisa qualitativa, e às vezes ela é a única técnica ou é acompanhada de outras para coletar informações. Não só isso, a entrevista agrega benefícios para a coleta, como: possibilita que o pesquisador acesse espaços e temas de difícil acesso; possibilidade de reviver momentos da trajetória de vida dos participantes; a captação de dados em profundidade; a

oportunidade de observar o entrevistado e adentrar em sua vivência; a flexibilidade que a entrevista proporciona, e por fim, é considerada menos intrusiva de que outras formas de coletas de dados, como a observação participante (GIL, 2021).

Outrossim, as entrevistas também têm desvantagens, e precisam ser conhecidas pelo pesquisador para que os danos sejam minimizados, como discorre o autor: a falta ou excesso de motivação do pessoa entrevistada; a eventualidade dos entrevistados darem informações falsas; depende da disposição das pessoas em manifestar suas opiniões; o medo dos entrevistados em perderem o anonimato; requer que o entrevistado consiga lembrar dos fatos ocorridos para que consiga relatá-los; influência do pesquisador que pode modificar as respostas ou a postura do entrevistado; a chance de o entrevistado e o pesquisador atribuírem significados diferentes para uma mesma coisa (GIL, 2021).

A escolha da entrevista para coleta de dados se deu pela possibilidade de captação de dados em profundidade, e de adentrar na vivência do público entrevistado, de forma flexível, pois o mesmo poderia escolher se opta pela entrevista remota ou presencial. Além disso, a entrevista foi aliada a análise documental.

Desse modo, o estudo conta com duas fontes de dados: os dados primários, advindos das entrevistas com os gestores das políticas públicas de educação prisional no estado, e os dados secundários, advindos dos PEEPs e dos portais governamentais, como o SENAPPEN.

O roteiro do presente estudo é estruturado, voltado para a implementação de políticas de educação no sistema penitenciário do Espírito Santo e foi inspirado nas pesquisas de Pereira (DE SOUZA PEREIRA, 2017), Lima e D'Ascenzi (2013), e Cunha et al., (2018).

Especificamente, foi utilizado como referência para o roteiro, o modelo de análise de Lima e D'Ascenzi (2013), e Cunha et al., (2018) e as dimensões trazidas pelos autores, dessa forma, o roteiro foi formulado a partir do mesmo, visto que as perguntas estão contempladas dentro de cada dimensão.

No roteiro estruturado, a entrevista apresenta uma série de perguntas formuladas da mesma maneira para os entrevistados. Durante o processo, o entrevistador ajusta a ordem das perguntas conforme o andamento da conversa (GIL, 2021).

Os sujeitos entrevistados são os profissionais que atuam diretamente com a gestão das políticas de educação nas unidades prisionais no Espírito Santo, pois são eles que, a partir dos PEEPs, coordenam como será feita a implementação das políticas educacionais. Especificamente, os funcionários que atuam na Gerência de Educação, Trabalho e Assistência (GETA), na SEJUS, responsáveis diretos pela oferta educacional para os apenados, e na

Gerência de Educação de Jovens e Adultos (GEEJA), na SEDU. As duas instituições atuam de forma conjunta, a SEDU lida com a parte educacional e a SEJUS com a parte da segurança.

A GETA é uma Gerência que está localizada dentro da Secretaria de Justiça do Estado, não em uma unidade prisional específica. Assim, a partir da aprovação pelo Comitê de Ética, e posteriormente pela SEDU e SEJUS, as entrevistas puderam ocorrer. Os funcionários da GETA foram convidados via e-mail e indicados pela própria gestão. Desse modo, inicialmente foi realizada a entrevista com o gestor principal, e a partir da indicação do mesmo, os demais servidores foram entrevistados.

Ademais, a oferta da Educação Escolar na Socioeducação é de competência da GEEJA, que fica localizada na Secretaria de Educação do ES, e ocorreu da mesma forma. A partir da aprovação pelos Órgãos, o convite foi enviado via e-mail, a entrevista foi agendada com o gestor principal, e a partir da indicação do mesmo, os demais servidores foram entrevistados.

Na entrevista, foi utilizado gravador para as entrevistas nas quais os servidores optaram pelo modelo presencial, nas quais aconteceram na própria SEJUS, na GETA, ou na GEEJA, na SEDU. Em um local isolado, a fim de manter a privacidade e o sigilo dos participantes.

Os funcionários que optaram pela entrevista remota, a mesma ocorreu via plataforma *Teams* e foi gravada, e os mesmos foram informados acerca da gravação e puderam dar ou não seu consentimento para tal. Duas entrevistas ocorreram de forma remota e três presencialmente.

É fundamental que os gestores encarregados da implementação das políticas de educação estejam aptos e possuam um conhecimento profundo do projeto, isso é essencial para atender adequadamente os apenados e realizar as ações necessárias para o sucesso do cenário educacional nesse contexto (ARAÚJO; DE BARROS PEREIRA, 2023).

Com base nisso, escolhi para entrevistar sujeitos que estão diretamente relacionados a implementação das políticas de educação no âmbito prisional do Espírito Santo, e assim, compreender se os gestores possuem o conhecimento da política, a fim de que, as políticas possam ser implementadas de forma adequada, como frisa os autores.

As entrevistas foram realizadas no período de fevereiro a abril de 2025. E foram gravadas e transcritas via *Teams*, e posteriormente organizadas para o *Word* pela pesquisadora, a fim de retirar possíveis erros na transcrição.

Na presente pesquisa, a técnica foi utilizada da seguinte forma, as entrevistas foram gravadas e transcritas, para que fosse possível utilizar as falas dos entrevistadores como insumo para o estudo. Todos os entrevistados assinaram o termo de consentimento, enviado via e-mail ou o papel físico, para os casos de entrevistas presenciais, assentindo com a utilização de suas falas, por fim, as entrevistas variaram de 40 minutos há uma hora.

4.3 TÉCNICA DE ANÁLISE DE DADOS

As entrevistas foram analisadas pela Análise de Conteúdo (AC) de Laurence Bardin (2016), de forma a pontuar a percepção que os entrevistados têm acerca da gestão e implementação da educação no âmbito prisional do estado, acerca de diversos aspectos relacionados à educação.

A Análise de Conteúdo é uma técnica voltada para analisar o que foi dito em meio a uma investigação, construindo e apresentando concepções em torno de um objeto de estudo. É um conjunto de instrumentos metodológicos, que objetiva analisar diferentes tipos de conteúdo, por meio de uma sistematização de métodos empregados em uma análise de dados (BARDIN, 2016).

Essa técnica é estruturada em três fases: 1) pré-análise; 2) exploração do material; 3) tratamento dos resultados e interpretação (BARDIN, 2016). Em resumo, a pré-análise é uma etapa voltada para organização, momento para sistematizar ideias e elaborar o plano de análise, assim, escolhendo os documentos que serão analisados, a formulação dos objetivos e hipóteses e, então, a elaboração dos indicadores (BARDIN, 2016).

A segunda etapa é a exploração do material, para que ela aconteça, é preciso que os processos da etapa anterior tenham sido concluídos. A presente etapa consiste em "[...] operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função de regras previamente formuladas." (BARDIN, 2016, p.66), isto é, criar categorias.

Por último, a etapa de tratamentos dos dados e interpretação, busca que a partir dos resultados obtidos, eles sejam tratados e validados para que tenham rigor. A autora enfatiza que o analista pode propor inferências e interpretações (BARDIN, 2016).

Na pesquisa qualitativa, está presente a descrição, a interpretação, a busca por compreender situações, falas e vivências do entrevistado, fenômenos, documentos. Então, a Análise de Conteúdo se constitui como pressuposto teórico de análise para esses casos (LEITE, 2017).

A escolha da Análise de Conteúdo como técnica metodológica foi motivada pela sua robustez e versatilidade em interpretar as informações obtidas a partir das entrevistas, bem como, em analisar o fenômeno de estudo e os documentos propostos. A AC se destaca por sua capacidade de sistematizar e organizar dados qualitativos, permitindo extrair significados profundos e compreender as nuances das falas dos entrevistados. Essa técnica possibilita uma

exploração detalhada, identificando padrões, relações e contradições que são essenciais para a compreensão integral do objeto de estudo.

No entanto, é fundamental reconhecer que a eficácia da Análise de Conteúdo não reside apenas na técnica em si, conforme apontado por Leite (2017), a AC oferece um caminho metodológico, fornecendo ferramentas para organizar e sistematizar os dados.

Em continuidade, na pré-análise, foi feita uma leitura flutuante de todo o material, com o objetivo de identificar recorrências temáticas e categorias emergentes, assim, entender quais itens eram mais repetidos nas entrevistas, e cada uma dessas categorias foram alocados dentro da macro e micro dimensão na qual se assimilava a temática. Para isso, considerou-se também a correspondência entre as perguntas do roteiro de entrevista e as dimensões analíticas, o que permitiu associar as respostas a contextos semelhantes, mesmo quando provenientes de diferentes entrevistados.

Ademais, foi feita uma exploração do material e a organização, separação e divisão das entrevistas no Excel, por macro e micro dimensões, assim, cada pergunta que já estava alocada as dimensões foi colocada no Excel, cada respondente foi alocado em uma aba distinta, totalizando cinco abas. A partir disso, todas as falas da entrevista relativas as dimensões foram colocadas no Excel e a partir dessa organização, os dados puderam ser analisados e trazidos para a dissertação. Nessa planilha, cada pergunta foi relacionada à sua respectiva dimensão, possibilitando a visualização integrada das respostas e facilitando a comparação entre participantes.

Por fim, no tratamento dos resultados, procedeu-se à inferência e interpretação dos dados, com base nas categorias identificadas. Essa sistematização permitiu a construção das análises apresentadas nesta dissertação, de acordo com Bardin (2016) e garantindo a fidelidade ao material empírico coletado.

4.4 MODELO DE ANÁLISE

Os aspectos que serão analisados são relacionados aos fatores necessários para que ocorra a implementação das políticas públicas de educação nas unidades prisionais do Espírito Santo.

Além disso, o modelo de análise utilizado será o que segue abaixo, dividido por dimensões de análise, que foi elaborado a partir da pesquisa de CUNHA, E. O.; DANTAS, L. M. V.; VERHINE, R (2018).

O Quadro 2 apresenta o Modelo de Análise utilizado, destacando os principais componentes e suas inter-relações, servindo como base para a interpretação dos dados coletados e para as conclusões que serão discutidas ao longo do estudo.

Quadro 2 - Modelo de Análise

	Dimensões de Análise			
Conceito	**Dimensões**	**Elementos**	**Fonte**	**Técnica de análise de dados**
Implementação de políticas públicas	Características da estrutura normativa da política e sua utilização por agentes implementadores	a. Princípios que orientam a política;	Entrevistas e documentos	Análise de Conteúdo
		b. Regramento da estrutura administrativa da política;		
		c. Utilização de instrumentos normativos pelos agentes;		
		d. Repasses (valores e cronograma) de recursos;		
	Dinâmica institucional/organizacional e política que promove as ações	a. Atribuições das coordenações e funcionamento dos setores;		
		b. Capacidade/capacitação das equipes;		
		c. Condições técnico-operacionais;		
	Concepções e valores dos implementadores sobre a política	a. Conhecimento sobre a natureza da política;		
		b. Expectativas para a política a ser implementada;		
		c. Conformidade dos implementadores com a política;		
	Processos e práticas de implementação da política	a. Práticas/processos de implementação;		
		d. Problemas identificados no processo de execução;		
		e. Soluções identificadas no processo de execução;		
		f. Expectativas em relação à política implementada.		

Fonte: Elaboração própria. 2025.

Assim, o modelo de análise apresentado no Quadro 1 organiza os elementos centrais e orienta a leitura dos resultados, permitindo compreender de forma sistemática os desafios, avanços e entraves da implementação das políticas públicas de educação prisional no ES.

4.5 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA

Foram entrevistados 5 gestores da educação no sistema penitenciário capixaba, ou profissionais que atuem diretamente com a implementação de políticas educacionais nesse contexto. Após a aprovação do comitê de ética, foi iniciada a coleta de dados, foi necessário o envio de uma documentação acerca dos pesquisadores e do estudo para a SEJUS e a SEDU, e após a aprovação dos Órgãos, as entrevistas puderam ocorrer, formalizando com o processo de assentimento.

Ressalta-se que o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi disponibilizado de forma virtual ou física para os participantes, de acordo com sua preferência. O tempo estipulado para a entrevista foi de cerca de 40 minutos.

As entrevistas foram realizadas de forma presencial, na sede da SEDU e SEJUS, ou remota, conforme a preferência dos profissionais entrevistados, na realização do agendamento via e-mail, a opção foi escolhida pelo gestor.

As entrevistas foram realizadas no período de fevereiro a abril de 2025. E foram gravadas e transcritas via *Teams*, e posteriormente organizadas para o *Word* pela pesquisadora. As entrevistas foram gravadas e transcritas, para que fosse possível utilizar as falas dos entrevistadores como insumo para o estudo. Todos os entrevistados assinaram o termo de consentimento, enviado via e-mail, assentindo com a utilização de suas falas.

O processo de instrumentalização e análise dos dados está descrito nos tópicos 4.1, 4.2 e 4.3 deste projeto. O Termo é o elaborado em duas vias, sendo uma para o pesquisador e uma para o participante, assinadas, ao final, pelo participante da pesquisa e pelo pesquisador responsável.

Este estudo seguiu os preceitos da resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, que dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes da pesquisa.

Os riscos da pesquisa aos participantes são mínimos, como no caso de desconforto, seria garantido assistência imediata, integral e gratuita. Os benefícios da pesquisa estão voltados para a possibilidade de consulta do material de estudo elaborado, possibilitando uma melhor gestão da educação no âmbito penitenciário do Espírito Santo.

Em relação a segurança e monitoramento dos dados: a) todo e qualquer documento da pesquisa será arquivado na sala do Mestrado em Administração, do qual os pesquisadores fazem parte. Anexo ao Prédio 4, Corredor B, sala direcionada ao Mestrado em Administração,

FURG, Campus Carreiros, Rio Grande/RS. As informações digitais ficarão arquivadas no computador da sala citada, sob a responsabilidade do professor Dr. Lucas Santos Cerqueira. Destaca-se que todo material gerado pela pesquisa será guardado pelo tempo mínimo de 5 anos e que será feito download de todos os dados coletados apagando os registros virtuais.

Os pesquisadores garantem que os resultados do estudo serão encaminhados para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores associados e ao pessoal técnico integrante do projeto; e serão também divulgados para os participantes da pesquisa e para as instituições onde os dados foram obtidos.

Sobre os critérios para encerrar ou suspender a pesquisa: a pesquisa será suspensa caso a pesquisadora desista da pesquisa e encerrada caso nenhum dos participantes convidados aceite participar da pesquisa. Os critérios de inclusão dos participantes incluem aqueles que atuam com a gestão da educação no sistema penitenciário do Espírito Santo.

5 RESULTADOS

No Espírito Santo, entre os anos de 2016 a 2024, a partir da análise das entrevistas, é possível notar que os Planos Estaduais de Educação nas Prisões refletiram os esforços de institucionalizar diretrizes e garantir o acesso à escolarização como uma estratégia de ressocialização.

5.1 CARACTERÍSTICAS DA ESTRUTURA NORMATIVA DA POLÍTICA E SUA UTILIZAÇÃO POR AGENTES IMPLEMENTADORES

O tópico aborda os princípios que orientam a atuação dos gestores, a estrutura administrativa, como a gestão utiliza os PEEPs em sua atuação, e por fim, como o financiamento é percebido.

Princípios que orientam a política

As falas dos entrevistados convergem para um ponto central: a educação no contexto prisional deve ser compreendida como um direito fundamental. Os entrevistados entendem que a educação é um direito inerente à condição humana, que permanece intacto mesmo quando a liberdade é restringida.

> "**Antes de qualquer coisa, a garantia do direito, antes de tudo, é a nossa perspectiva aqui na gerência**, é uma perspectiva freiriana da educação popular. E a gente parte do princípio de que é aquela frase forte de Paulo Freire 'A justiça social precisa vir antes da caridade'. Então, para nós, não, **a gente não tem a caridade como referência aqui, então a educação como direito, não como privilégio, acreditando muito na ressocialização**." (Entrevista 4, grifo nosso).

Nota-se que o servidor diz em nome da equipe que não é a caridade a base para a implementação das políticas educacionais.

O primeiro item trazido é a qualidade, o gestor afirma que a qualidade é observada no processo de implementação de políticas educacionais, na afirmação "É atender bem e com qualidade esses estudantes presos. Ofertar escolarização na modalidade EJA a todos os estudantes." (Entrevista 2).

Sobre a ressocialização e reintegração, a preocupação com o retorno saudável do apenado a sociedade é expressa pelos gestores.

> "**O objetivo é que esse sujeito volte para a sociedade em condições de realmente se reintegrar a ela**, entende? Porque aí ele volta com baixa escolaridade, sem uma qualificação profissional, uma experiência profissional. A probabilidade de reincidir é muito alta." (Entrevista 1, grifo nosso)

Demonstra uma visão da educação como um meio de preparar o interno para o retorno à vida em liberdade, e destaca a relação entre a falta de qualificação profissional e a probabilidade de reincidência. Ademais, os entrevistados revelam uma conexão entre a qualificação profissional e os objetivos de ressocialização e reintegração social.

A qualificação e formação profissional emerge como um elemento recorrente nas entrevistas, sendo apontada como um fator determinante para a ressocialização.

> "[...] e aí o objetivo então é, no caso do SEDU, **ofertar a escolarização para esses internos como direito e também a formação técnica**, que a gente iniciou em 2022, com o curso técnico. Hoje a gente tem o curso técnico em Logística, né, que é integrado e pretende expandir também para outras unidades." (Entrevista 2, grifo nosso).

A oferta do curso técnico em Logística, de forma integrada, representa uma iniciativa de qualificação profissional.

Dessa forma, alguns aspectos ficam latentes ao longo das entrevistas, a educação formal, a educação profissional, e a qualidade na oferta, a partir disso, a possibilidade de ressocialização e reintegração que é potencializada por esses aspectos.

Se confirma o que Canuto e Niquini (2023) falam acerca do direito a educação no sistema prisional, pois, por meio da educação, os apenados adquirem conhecimentos e habilidades que podem auxiliá-los na reinserção social, potencializando suas chances de serem empregados, e reconstruírem suas vidas (DE JESUS, 2023). Nesse ambiente, a educação desempenha um papel de permitir ao indivíduo adquirir conhecimento e ter a chance de ressignificar sua trajetória (DE OLIVEIRA, 2022).

O que corrobora com o pensamento acerca da função ressocializadora da educação prisional trazida por De Jesus (2023), que defende que a educação pode representar uma alternativa frente à crise do sistema carcerário brasileiro, pois atua não apenas na transmissão de conhecimentos, mas na reconfiguração da identidade e trajetória dos apenados.

A educação nas prisões vai além do ensino formal, ela busca expandir as possibilidades aos apenados, com esse aparato, é esperado que os mesmos estejam mais bem equipados para retornar a sociedade e adentrar no mercado de trabalho (FREITAS, 2023).

Teixeira et al. (2023), ao analisarem a política em Santa Catarina, destacam a importância de cursos profissionalizantes como mecanismos de dignificação e empoderamento. Novamente, reforça a importância do ensino formal e profissional como uma das principais metas. Em concordância com Dos Santos Siqueira, o acesso à educação oferece diversos benefícios aos apenados, pessoais e profissionais, pois contribui para um melhor relacionamento com outros detentos, além de diminuir a ociosidade (DOS SANTOS SIQUEIRA, 2022).

Sobre a função social da educação nas prisões, De Jesus (2023) e Camilo e Souza Júnior (2024) reiteram que a escolarização deve ser compreendida como um mecanismo de promoção da dignidade humana, e não apenas como um instrumento de redução da pena. Assim, a ressocialização passa a ser entendida como reconstrução de subjetividades e fortalecimento do senso de pertencimento social.

Regramento da estrutura administrativa da política

Acerca da estrutura administrativa e planejamento interinstitucional, as falas dos entrevistados enfatizam a importância da cooperação entre diferentes instituições para a implementação da política educacional. A criação de um Grupo de Trabalho (GT) interinstitucional, composto por representantes da Secretaria de Justiça (SEJUS) e da Secretaria de Educação (SEDU), é apresentada como um elemento central.

As entrevistas destacam a existência de um espaço de articulação entre as duas secretarias, instituído por portaria, que são responsáveis pela gestão do sistema prisional e pela oferta da educação, que é o Grupo de Trabalho, "Então, nós não nos organizamos da seguinte forma, tem um grupo de trabalho instituído por portaria, é um grupo de trabalho composto pela SEJUS e pela SEDU.” (Entrevista 2). O que confere a ele um caráter oficial dentro da estrutura administrativa.

A intersetorialidade, ou seja, a articulação entre diferentes setores e políticas, é apresentada como um orientador do planejamento e da implementação das políticas.

> “E aí em 2007, a gente tinha muito poucas iniciativas, mas porque é, **não havia uma parceria muito consolidada entre a SEDU e a SEJUS. Então, assim, a SEDU, ela não, se ela tinha dificuldade em implantar uma política de educação dentro de um espaço de privação de liberdade de segurança e a Secretaria de Justiça também não conseguia fazer educação porque isso não fazia parte do escopo dela** [...] e aí, então começou, iniciou um processo de é parceria de um entender qual

> é o papel do outro nesse processo? E aí as políticas que vão ser implementadas, vai muito nesse diálogo e nessa parceria [...] e aí, a cada ano essa vai surgindo os desafios que faz com que a gente dê um passo a mais numa implantação que é de ações, né? **A política tá implantada, mas assim, a cada, a cada ano a gente vai estudando que a gente precisa é melhorar quantitativamente e [...] qualitativamente nas implantações da política**." (Entrevista 5, grifo nosso).

Demonstra que o planejamento entre as instituições foi o que consolidou a existência das demais políticas públicas voltadas a educação.

Acerca do planejamento articulado e intersetorial do Grupo de Trabalho, a percepção da Entrevista 2, evidencia o GT como um mecanismo formal e relevante para a discussão e formulação de políticas e diretrizes, envolvendo a SEDU e SEJUS. A afirmação de que "Tudo é discutido em termos estruturantes, políticas macro. É discutido no âmbito do Grupo de Trabalho" (Entrevista 2), destaca a centralidade desse grupo na elaboração das políticas, e demonstra a colaboração entre essas duas secretarias, considerando que a educação de apenados, envolve tanto a gestão do sistema prisional quanto a pedagógica.

A Entrevista 2 enfatiza que "As ações saem dali [GT] e são alinhadas para as Superintendências Regionais de Educação e para as escolas [...]" (Entrevista 2), revelando a preocupação em assegurar que as ações desenvolvidas pelas Superintendências e pelas escolas estejam em consonância com as diretrizes e políticas estabelecidas pelo GT.

A institucionalização do GT como um espaço formal de planejamento e gestão é uma estratégia para alinhar diretrizes e operacionalizar as ações. Bichir (2020) e Capella (2018) corroboram esse arranjo como característica de uma governança entre múltiplos atores.

Acerca da intersetorialidade com outros órgãos, a Entrevista 1 revela a complexidade da implementação de políticas educacionais, exigindo a articulação e a aprovação de diferentes órgãos e instituições.

> "Muitas das vezes a Procuradoria Geral do Estado que precisa entrar no diálogo, ou o Conselho Estadual de Educação, que precisa entrar no diálogo, como nós temos hoje as propostas da EJA semipresencial com os EJA's CEEJAS. Então não adianta a gente implementar simplesmente, a gente precisa de autorização do Conselho Estadual de Educação. Então, eu tenho duas unidades aguardando o parecer do Conselho Estadual de Educação para início das atividades, que **a gente não simplesmente implementa**. E aí é um desafio, então a gente vai lá na unidade prisional, dialoga com os gestores, mas a gente dialoga também com a SEDU, e a SEDU o tempo todo nesse diálogo. Porque se a gente vê que não é possível fazer, a gente não faz, a gente aguarda o conselho deliberar. A gente, o diretor

> da unidade prisional, se ele disse pra gente que não é possível por questões de segurança e a gente verifica realmente que não é possível, a gente volta para SEDU e fala 'olha, não é possível neste momento'. Esse diálogo acontece o tempo todo." (Entrevista 1, grifo nosso).

Assim, destaca que, é constante o diálogo e a intervenção de outras instituições no processo de implementação, como a Procuradoria Geral do Estado (PGE) e o Conselho Estadual de Educação (CEE).

A Entrevista 1 menciona a necessidade frequente de diálogo com a Procuradoria Geral do Estado e o Conselho Estadual de Educação, reforçando a natureza intersetorial da gestão educacional, na afirmação de que "Esse diálogo acontece o tempo todo [...]" (Entrevista 1).

Por exemplo, a proposta de implementação da EJA na modalidade semipresencial, em diálogo com os Centros Estaduais de Educação de Jovens e Adultos (CEEJAs), ilustra a necessidade de aprovação e regulamentação por parte do Conselho Estadual de Educação. A afirmação da Entrevista 1, de que a implementação não ocorre sem a autorização do Conselho Estadual de Educação, mostra a necessidade de seguir os trâmites legais e obter as aprovações necessárias para garantir a legitimidade das ações. Nesse tramite entre instituições, a flexibilidade é frisada.

> "[...] flexibilidade, é da gente entender o papel de cada um é muito grande assim, né? Às vezes a gente quer muito que a SEDU faça de uma forma, é implante, implemente um processo. A SEDU falar [...] isso precise se passar pelo conselho. E aí a gente precisa fazer todo um processo pro conselho e aí quando chega no conselho e o conselho precisa entender, é esse e **esse ambiente carcerário não é o mesmo ambiente de uma escola comum. E aí, precisa haver essa flexibilidade** e a SEDU também, né?" (Entrevista 5, grifo nosso).

As declarações explicitam que a educação no sistema prisional é um campo que demanda articulação intersetorial, pois as decisões são coletivas, e não tomadas por um órgão único, mas ao mesmo tempo, precisa haver flexibilidade.

As falas convergem para a ideia de que a educação no sistema prisional não opera de forma isolada, mas depende de uma rede de comunicação e colaboração entre diferentes instituições.

A literatura aponta que a legislação brasileira referente à educação em prisões prevê a articulação intersetorial como princípio para a implementação das políticas nesse contexto. Contudo, como observa Da Silva Torres et al. (2021), embora haja o reconhecimento legal da necessidade de cooperação, ainda persistem desafios para efetivar tal articulação.

De modo semelhante, Ferreira (2024) evidência, que as interações entre os servidores que atuam na educação prisional refletem limitações estruturais da política pública, como a fragilidade dos mecanismos de cooperação institucional e a ausência de diretrizes que orientem a atuação conjunta entre os órgãos responsáveis. A autora aponta que essa desarticulação compromete a continuidade e a consolidação da política educacional.

Utilização de instrumentos normativos pelos agentes

O Plano Estadual de Educação nas Prisões é o maior orientador da atuação da gestão, ademais, a atuação conjunta também é frisada.

A Entrevista 4 reforça a ideia de que as políticas são formuladas através da atuação conjunta entre as duas instituições, SEDU e SEJUS, e pautadas no que foi estabelecido pelo PEEP e nas normativas legais, "Todas as políticas que são pautadas no plano vêm de uma articulação entre o que as normativas determinam [...] nesse diálogo intersetorial entre SEDU e SEJUS [...]" (Entrevista 4), indicando que o planejamento é realizado com base em diretrizes.

Sobre a utilização do plano, as falas dos entrevistados revelam a centralidade do PEEP como instrumento de planejamento, gestão e orientação das políticas educacionais. O plano é apresentado como um guia para as ações institucionais.

> "**Todas as todas as políticas que são pautadas no plano, elas vêm de uma articulação entre o que as normativas determinam** [...] nesse diálogo intersetorial entre SEDU e SEJUS, nos assessoramentos que a gente faz às escolas, aos professores, aos pedagogos, aos profissionais da educação que atendem os estudantes em situação de privação de liberdade e dos processos formativos." (Entrevista 4, grifo nosso).

O entrevistado destaca que o PEEP está presente a todo momento para consulta e orientação, "Mas ele está sempre, está sempre ali, a gente tá sempre consultando, porque? Por quê, **porque as metas estão ali pra serem cumpridas, né? Ele que vai te direcionar o trabalho para esses quatro anos**, certo?" (Entrevista 2, grifo nosso), revela que o plano é consultado frequentemente e que as metas estabelecidas no mesmo são as direcionadoras das ações durante os 4 anos de vigência.

Novamente é afirmado que as metas são o foco principal de sua utilização, "Eles são utilizados principalmente com relação às metas, né? As metas ali a gente coloca as metas, **e essas metas, a gente tenta cumprir todas elas no período do plano**, né?" (Entrevista 3, grifo

nosso). Isto é, de acordo com as entrevistas, percebe-se que a partir da realidade prisional do ES, as metas são construídas, e o intuito principal é efetivar o que foi estabelecido nas mesmas.

Não só isso, outro gestor também aborda as metas e como é o seu monitoramento, pois para que elas sejam concretizadas, faz-se necessário acompanhar sua implementação, "O principal instrumento é o plano, porque ali a gente tem as metas. Então a gente monitora como gerência aqui o tempo todo essas metas, né? E, lógico, **o plano é o instrumento maior de planejamento** [...]" (Entrevista 2, grifo nosso), evidenciam que o plano é um instrumento de gestão, utilizado para definir metas e monitorar o progresso.

Assim, os servidores demonstram que o PEEP é utilizado como referência para a formulação de políticas e como guia para o trabalho dos profissionais, como esclarece a declaração "[...] **a gente tem o plano das prisões como nossa bíblia aqui**, nosso livro de cabeceira [...]" (Entrevista 4, grifo nosso), utilizando uma metáfora para ilustrar a importância do Plano nas políticas educacionais e na atuação dos gestores.

A Entrevista 1 enfatiza o PEEP como um instrumento de legitimação e fundamentação das ações desenvolvidas na área educacional, "**Nós utilizamos o Plano Estadual para justificar as nossas ações** [...] ele é uma justificativa para garantia da execução das políticas." (Entrevista 1, grifo nosso).

O gestor reforça o acompanhamento coletivo que é feito do Plano para garantir a execução das políticas e embasar decisões, conferindo legitimidade às ações, evidenciando uma conduta da equipe.

> "[...] ele [o PEEP] fica disponível no nosso site para os nossos controles internos, externos, né? É e ele fica muito com as nossas subgerência, aonde ela vai acompanhando o que ela, nós construímos em conjunto, e com a SEDU também. Então no GT, a gente traz isso também pro GT. Olha, a gente colocou isso aqui, como que a gente vai implementar isso? Quais são as ações, quais são os encaminhamentos? Então, geralmente, fica com a subgerência nossa aqui. Com a gerência também da SEDU, é responsável pelas educações nas prisões. **O GT, então, ele vai monitorando e as gerências vão fazer, vão dando os encaminhamentos para que eles para aquela meta, para que aquele desafio seja acompanhado e implementado**." (Entrevista 5, grifo nosso).

A Entrevista 4 aborda a questão do alcance do PEEP, revelando que seu uso é predominantemente institucional e restrito aos atores envolvidos na implementação da política educacional.

> "Normalmente por quem que ele é utilizado? Pelas pessoas que estão diretamente envolvidas na ação. A secretaria de educação,

> a secretaria de justiça, a secretaria de ciência e tecnologia, ou de meio ambiente que trabalha a educação ambiental, pesquisadores, professores, gestores, mas a sociedade, em geral, ela normalmente não acessa. Ela não, ela não entende o que acontece na unidade prisional [...] eu acho que é uma questão cultural assim [...].” (Entrevista 4)

O entrevistado ressalta que a sociedade usualmente não acessa ao PEEP, mesmo ele estando disponível virtualmente.

Acerca da capilarização das diretrizes nas instâncias regionais e escolares, as falas dos entrevistados destacam a importância de garantir que as diretrizes e políticas educacionais sejam disseminadas e implementadas de forma efetiva nas diferentes instâncias educacionais, desde o nível central até as escolas e os profissionais que atuam diretamente com os apenados.

Repasses (valores e cronograma) de recursos

Acerca dos recursos e programas de distribuição de verbas, a Entrevista 2 destaca a importância do Programa de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (PROJEF), e explica que é um programa de repasse de recursos diretamente para a escola. Os recursos do PROJEF são destinados à compra de materiais.

> "Em relação aos recursos didáticos e recursos financeiros, existe um programa que é o PROJEF, que é um programa de repasse de recursos para a escola, né? E aí essas escolas, tantas referências quanto as escolas exclusivas, elas recebem esse recurso para aquisição de materiais didáticos, de materiais de expediente, materiais escolares, inclusive para os estudantes, porque como eles estão sob a tutela do Estado, eles precisam receber da do Estado, no caso da SEDU, esses materiais escolares, caderno, lápis, caneta, borracha, aquilo que for de uso cotidiano dos estudantes.” (Entrevista 2),

Sugere que o programa abrange uma gama de necessidades dos estudantes, o gestor também destaca a responsabilidade do Estado em garantir o acesso à educação.

As entrevistas abordam os recursos financeiros e a evolução do financiamento para a educação, as fontes de verba e a garantia de condições adequadas para o desenvolvimento das atividades pedagógicas. A Entrevista 3 relata sobre a evolução do financiamento da educação em prisões, o entrevistado descreve um cenário anterior em que o investimento era ínfimo.

> “[...] ele era um troco. E aí a sala de aula não tinha lâmpada, o calor era horrível, a sala tinha uma cor toda, tava tudo destruído, enfim. Hoje esse recurso ele possibilita a aquisição de materiais

> didáticos [...] então hoje eles têm qualidade no material e ampliação do material. Hoje eles usam tesoura, cola, eles usam, eles fazem artesanato. Aí depende do planejamento do professor.” (Entrevista 4),

E destaca que a mudança no financiamento possibilitou a aquisição de materiais didáticos e permitir o desenvolvimento de outras atividades.

A Entrevista 2 também menciona uma mudança positiva na destinação de recursos, com a superação de uma portaria que impedia a alocação de recursos de capital para as escolas, “Antes, a portaria [...] ela falava que não era possível disponibilizar [...] recursos de capital para essas escolas referências e exclusivas.” (Entrevista 2).

A Entrevista 1 detalha as fontes de recursos para a educação, a SEJUS destina recursos definidos no plano orçamentário para a aquisição de materiais e equipamentos. A SEDU também libera uma verba por aluno matriculado, destinada a compra de materiais educacionais, e reforma dos espaços educacionais dentro das unidades.

> “Então, a Secretaria de Justiça tem os recursos que são definidos no plano orçamentário. Então, nós indicamos todas as compras que nós precisamos fazer, as demandas de escola, por exemplo, carteira escolar, quadro, ventilador, para onde precisa de ventilador, o material escolar, se for necessário. **Nós indicamos isso num plano anual e plano de custo anual, o PCA. E aí nós realizamos as compras de acordo com esse planejamento que nós fazemos.** A Secretaria de Estado da Educação hoje ela também libera uma verba por aluno matriculado, que dá conta de todo o material educacional. E também hoje tem um recurso destinado à reforma dos espaços educacionais, mesmo dentro das unidades prisionais.” (Entrevista 1, grifo nosso).

Os recursos destinados à educação permitiram avanços na estrutura e nas condições pedagógicas oferecidas aos apenados. A fala a seguir evidencia como, nos últimos anos, foi possível garantir que esses estudantes fossem reconhecidos como parte da rede pública de ensino, assegurando-lhes acesso a investimentos equivalentes aos demais alunos e possibilitando melhorias no processo educativo.

> “[...] considerando que esse aluno lá atrás, ele não era um aluno de uma escola, né? Quando a gente lá, ele não tinha, a gente não tinha uma escola, a gente não tinha um conselho e isso dificultava vir esse recurso. Então, nos últimos anos a gente conseguiu é resolver esse problema. **Então hoje o aluno, ele é um aluno da rede, ele recebe o recurso que o mesmo aluno da rede recebe.** E então

> a gente consegue fazer um investimento nessa parte didática, é muito forte, porque a considerando que às vezes essa unidade prisional ela não tem muito recurso estrutural, ela não tem muito gasto com recurso estrutural, porque o recurso estrutural é da SEJUS. O que vem para a educação é exclusivo para as questões pedagógicas. Então, nos últimos anos a gente conseguiu melhorar os espaços de sala de aula, tendo questão tecnológica, né? Tendo televisão que consegue, consegue é ter um trabalho de multimídia, né? [...] A gente conseguiu, é o espaço, ele fica um espaço mais harmonizado, a gente tem unidade prisional que a gente está colocando ar-condicionado na maioria das salas [...] não tinha uma caneta, não tinha um lápis, não tinha um caderno e hoje a gente consegue ter isso sem problema." (Entrevista 5, grifo nosso).

Ademais, percebe-se que essa mudança impactou diretamente na qualidade da experiência escolar desses sujeitos.

As fragilidades administrativas e normativas revelam como certas regulamentações e procedimentos podem, paradoxalmente, criar obstáculos na gestão dos recursos e no funcionamento das políticas educacionais. A Entrevista 4 menciona a existência de normativas que, em vez de facilitar, dificultam os processos administrativos e financeiros das escolas vinculadas a educação prisional, pois tem um cronograma restrito.

> "Então, é até meio complicado de falar porque, **existem algumas normativas, que podem amarrar processos assim**. Vou dar exemplo, a portaria do PROJEF né, que encaminha os recursos. **Ela sai, ela normalmente ela é publicada 2 vezes por ano, e às vezes a escola investiu teve uma questão aí ela fica sem recurso, por um tempo**. É claro que isso é planejamento do gestor, a gente sabe, mas, se as portarias fossem, tivessem o recurso disseminado ao longo do ano e mais, em mais movimentos, né? Eu acho que a escola teria problema menor assim. Mas, os gestores que têm uma experiência grande com esses que têm o CASF, que é a pessoa que cuida do financeiro, eles não têm problema nenhum. Eles se organizam, o gargalo maior é pro diretor da escola referência, que além de cuidar prisional, cuida do recurso da escola regular, e isso às vezes torna a vida dele pouco conturbada. Então, e se nós tivéssemos todas as escolas exclusivas? É o nosso sonho, né? Mas a gente não vai conseguir por conta da oferta, não tem como fazer as salas de aula e tal, pelo menos por enquanto não. **Mas eu acho que as normativas que às vezes seguram pouco, mas a gente ainda está conseguindo vencer isso, porque a gente não sonhava nem no melhor, no melhor dos mundos, que a gente fosse ter um coordenador de turma aqui dentro da unidade prisional**." (Entrevista 4, grifo nosso).

Embora a pessoa entrevistada reconheça a importância do planejamento por parte do gestor da escola, ela aponta que a periodicidade limitada da liberação dos recursos pode criar dificuldades financeiras temporárias, e sugere que uma liberação de recursos mais frequente ao longo do ano poderia mitigar esses problemas financeiros enfrentados pelas escolas.

Por fim, a existência de fragilidades administrativas e normativas, como a periodicidade da liberação de recursos, pode criar obstáculos para a gestão financeira e educacional.

Em conformidade com o que trazem Canuto e Niquini (2023), a garantia da educação nas prisões deve ser pensada como direito humano e obrigação do Estado. A universalização da oferta educacional não se resume ao aumento do número de matrículas, é necessário garantir acesso as etapas de ensino, materiais didáticos e espaços adequados.

5.2 DINÂMICA INSTITUCIONAL/ORGANIZACIONAL E POLÍTICA QUE PROMOVE AS AÇÕES

O presente tópico aborda a organização das equipes envolvidas e suas funções, para fins de melhor compreensão das instituições envolvidas na pesquisa. Ademais, é tratado acerca da capacitação da equipe gestora, do suporte às unidades prisionais e dos professores que atuam diretamente com os apenados.

Atribuições das coordenações e funcionamento dos setores

Foram entrevistados cinco servidores que atuam diretamente com a gestão e implementação das políticas educacionais nas prisões do Espírito Santo. Três profissionais da Secretaria de Justiça e dois profissionais da Secretaria de Educação.

Os cargos dos respectivos servidores, são:

- Entrevistado 1: Subgerente de Educação da Secretaria de Estado da Justiça (SEJUS).
- Entrevistado 2: Gerente da Educação de Jovens e Adultos (EJA- SEDU), que abarca a EJA dentro e fora das prisões, em todo o ES.
- Entrevistado 3: Coordenador de Educação Formal (SEJUS) nas prisões.
- Entrevistado 4: Técnico Pedagógico da Secretaria de Estado da Educação (SEDU).
- Entrevistado 5: Gerente de Educação (SEJUS).

A GETA é uma Gerência que está localizada dentro da Secretaria de Justiça do Estado, assim, a partir da aprovação pelo Comitê de Ética, e posteriormente pela SEDU e SEJUS, as entrevistas puderam ocorrer. Os funcionários da GETA foram convidados via e-mail e indicados pela própria gestão. Desse modo, inicialmente foi realizada a entrevista com o gestor principal, e a partir da indicação do mesmo, os demais servidores foram entrevistados.

Ademais, a oferta da Educação Escolar na Socioeducação é de competência da GEEJA, que fica localizada na Secretaria de Educação do ES, e ocorreu da mesma forma. A partir da aprovação, o convite foi enviado via e-mail, a entrevista foi agendada com o gestor principal, e a partir da indicação do mesmo, os demais servidores foram entrevistados.

As entrevistas demonstram que a estrutura hierárquica da SEDU está organizada da seguinte forma: Gerência e subgerências. Já a SEJUS: Gerência, subgerência e coordenações específicas (educação formal e profissional) e um nível técnico-operacional (assistentes de ressocialização).

- Gerente: Coordenação geral.
- Subgerência: Responsável por supervisionar e articular as diferentes áreas dentro da unidade.
- Coordenações especializadas: A existência de coordenações para educação formal e profissional.
- Assistentes de Ressocialização: Assistentes com formação em pedagogia.

Capacidade/capacitação das equipes

As falas dos entrevistados indicam que a capacitação dos gestores ainda é incipiente e depende, muitas vezes, da iniciativa individual (Entrevistas 1, 2, 3 e 5). Ainda que haja registros de apoio institucional, como permissões para formação e participação em encontros nacionais, os relatos evidenciam a ausência de uma política sistemática de formação voltada à referida equipe.

A partir das falas das entrevistas acerca das iniciativas esporádicas de capacitação da equipe gestora, o entrevistado revela uma proatividade individual e coletiva na busca por capacitação. A equipe da subgerência de educação demonstra autonomia em identificar e aproveitar oportunidades de formação oferecidas por instituições como a ESESP e SENAPEN. A menção ao acompanhamento do calendário de cursos e à aplicação prática do conhecimento adquirido, alinhado às necessidades do trabalho.

> "[...] eu sou responsável pela sub gerencia de educação, então eu tenho que buscar me capacitar ao longo do trabalho, né? Que é o que nós fazemos aqui, então, todos nós fazemos cursos, por exemplo, que a ESESP [...] oferece, que vão dialogar com a nossa prática dentro da SEJUS, e isso é uma prática nossa, que literalmente a gente vigia o calendário. Então, por exemplo, Power BI é uma ferramenta que nós utilizamos muito. As formações que são disponibilizadas pela SENAPEN, né? [...] Que são formações com diálogo com pessoas que são referências, né? [...] **E ai é uma provocação interna nossa**." (Entrevista 1, grifo nosso).

O gestor frisa a necessidade de se capacitar, incluindo a utilização de ferramentas que podem auxiliar na execução do trabalho na gestão.

Na Entrevista 2, o entrevistado discorre sobre a escassez de iniciativas formais e estruturadas de capacitação, mas aponta para um avanço recente com a parceria entre a SENAPEN e outras instituições.

> "**Nós buscamos isso. Não tem.** Assim, aliás, agora tem uns dois anos que a Senapem, em nível federal, e a SECAD/MEC, Ministério de Justiça [...] tem desenvolvido seminários e envolve os gestores locais que somos nós, e aí nós replicamos isso. **E fora disso, somos nós que buscamos aqui também**." (Entrevista 2, grifo nosso).

Novamente, reforça a ideia de que a busca por desenvolvimento profissional depende da iniciativa individual ou da equipe, não como algo sistematizado institucionalmente.

As Entrevistas 2 e 3 convergem, ao destacar as limitadas oportunidades de capacitação para a equipe gestora, e a distinção feita entre a formação dos professores e a escassez de formações para a gestão.

> "Então, é um pouco [...] difícil, mas tem de vez em quando tem, não tem muito. **Tem mais assim, para quem está na ponta, por exemplo, os professores, eles têm a formação deles, mas para os a equipe gestora, são poucos**." (Entrevista 3, grifo nosso).

Ademais, os gestores abordam o apoio para formação, mestrado e doutorado como algo valorizado e incentivado institucionalmente, a fim de que, o profissional consiga potencializar, através de seus estudos, sua área de atuação na instituição.

> "E aí, sim, além deles potencializarem, permitirem, que a gente faça as formações, por exemplo, com outros estados, eles fazem encontros nacionais permitindo que a gente tenha uma licença parcial pra estudo, sempre vinculando ao plano, né? Por exemplo, a minha pesquisa na área da formação continuada, então eu potencializo essa área. Nos encontros nacionais a gente

> discute o plano como todo, os estados alegam suas limitações, os seus avanços e a gente faz essa troca, então assim, a gente tem todo o apoio nesse aspecto." (Entrevista 4).

Reforça que a instituição oferece suporte para a formação, desde a permissão e a licença até a integração com o plano de trabalho.

É importante notar o contraste entre a fala da Entrevista 4 e das entrevistas anteriores, que enfatizavam a esporadicidade e a falta de sistematização das capacitações para a equipe gestora, a Entrevista 4 parece descrever um cenário mais estruturado, mesmo que abordando outro aspecto, e com um apoio para a formação.

A análise dessas falas revela um panorama em que a capacitação da equipe gestora, parece depender da proatividade e do engajamento individual dos profissionais. Embora existam iniciativas e a busca por oportunidades externas, não se configura uma política institucional sistematizada.

Todavia, os gestores das políticas educacionais influenciam diretamente no decurso das políticas e projetos nesse contexto, seja positiva ou negativamente (FREITAS; MONT'ALVERNE, 2022), então, percebe-se a necessidade de atender esse grupo.

A capacitação dos professores é valorizada pela gestão, todavia, não apenas os profissionais que atuam na ponta devem ser melhor formados, pois os gestores também impactam nas políticas implementadas. Pois, como tratou a Entrevista 1 acima, a equipe "vigia o calendário" para conseguir participar das capacitações oferecidas, todavia, com a dinâmica de trabalho, isso pode ser tratado de forma secundária.

Ainda nesse sentido, as ofertas de capacitações para os profissionais que estão na ponta, professores, ocorrem quando o mesmo é contratado, como algo rotineiro e sistematizado.

> "Pra parte de educação dos professores, toda vez que o professor ele é contratado e a gente faz essa capacitação pra ele entender esse espaço, pra entender os desafios. Então, a parte de educação ela é bem rotina, **e os nossos servidores da Secretaria de justiça também, a gente trabalha isso, talvez um pouco diferente. Ele, ele não é muito assim, sistemático**." (Entrevista 5, grifo nosso).

A Entrevista 2 frisa que formar os professores é uma política pública relevante, ademais, que é a gestão que cuida dessas formações oferecidas, "E aí a gente entende que uma política pública importante é a formação para esses professores que atuam na educação em prisões. E aí somos nós que fazemos em âmbito gerencial, né? [...] SEDU em articulação com a SEJUS." (Entrevista 2).

Acerca das métricas de sucesso, a Entrevista 4 detalha sobre o número de professores temporários que retornam às unidades prisionais, alguns com mais de 20 anos de experiência, sugerindo um certo nível de engajamento dos profissionais, “[...] o número de professores que mesmo designados temporários, voltam pra unidade prisional, a gente tem professor que tem mais de 20 anos. A primeira sala de aula foi em 2005, a gente tem professor que designado temporário ainda está lá.” (Entrevista 4).

A mesma entrevista menciona outra métrica de sucesso da atuação prisional é a conclusão das formações oferecidas a categoria, como descreve o gestor "[...] número de professores que começam e concluem processo formativo [...]” (Entrevista 4), o que indica também um acompanhamento da participação e da efetividade das ações oferecidas aos professores.

Além disso, a elaboração de outras possibilidades educacionais, como o semipresencial, demonstram que a atuação do professor também varia para atender as especificidades da educação prisional, “[...] a semipresencial é um exemplo claro disso, quando a gente pensa na política, a gente entende que o professor, ele é essencial nesse processo de intervenção com aluno privado de liberdade [...]” (Entrevista 5), reforçando o papel do professor nesse processo. Em suma, de acordo com as entrevistas, a valorização do professor e a formação continuada são reconhecidas como elementos necessários para a qualidade da educação no sistema prisional.

Sobre a valorização do professor e a formação continuada, as percepções trazidas nas entrevistas enfatizam a necessidade de um processo formativo contínuo, a atenção para com os direitos dos professores e o reconhecimento da importância da sua atuação no sistema prisional. Para Torres et al. (2010), a implementação de programas educacionais envolve a interação de diversos atores e níveis institucionais, incluindo os professores.

O trabalho docente nesse espaço, segundo Aguilar e Dominschek (2020), é permeado por complexidades, que vão desde a necessidade de adaptação curricular até a gestão dos conflitos. Essas especificidades exigem políticas de formação continuada e reconhecimento profissional, como também apontado por Silva e Valença (2021) ao estudarem o contexto de Alagoas.

Condições técnico-operacionais

A análise das condições técnico-operacionais da equipe que gerencia a implementação das políticas de educação prisionais no Espírito Santo evidencia avanços, mas também limitações que afetam o alcance das políticas educacionais no cárcere.

A Entrevista 4 menciona o assessoramento oferecido aos profissionais e as escolas vinculadas a educação prisional, "[...] assessoramento que a gente faz às escolas, aos professores, aos pedagogos, aos profissionais da educação que que atendem os estudantes em situação de privação de liberdade e dos processos formativos." (Entrevista 4), O relato demonstra que a política envolve acompanhamento pedagógico, orientações técnicas e formação continuada.

A Entrevista 1 reconhece os esforços realizados, mas também admite que ainda não é possível atender plenamente à demanda educacional, "Claro, que a gente consegue atender 100% da demanda? A gente ainda não consegue, apesar de todos os esforços, com todas as secretarias. Mas a gente avançou em muitas coisas [...]" (Entrevista 1), revela que os avanços ainda não se traduzem em plena capacidade operacional.

A Entrevista 4 ressalta a escuta feita com os profissionais que atuam na linha de frente da educação em prisões, incluindo os professores, “A gente vai até a escola, ouve os colegas, professores, ouve a gestão, traz as angústias, traz as potencialidades, compartilha entre eles, promove formação, cuida dos direitos do professor, que ainda precisa avançar muito, mas a gente cuida com edital específico.” (Entrevista 4). São mencionadas ações para atender às necessidades dos atores, compartilhar experiências, promover formações e editais específicos.

Assim, no caso do Espírito Santo, as condições técnico-operacionais revelam uma política que tem buscado criar mecanismos de assessoramento, formação e escuta dos profissionais, mas que ainda não consegue atender a demanda completa.

5.3 CONCEPÇÕES E VALORES DOS IMPLEMENTADORES SOBRE A POLÍTICA

O tópico discorre sobre o conhecimento dos gestores acerca das políticas públicas educacionais para o âmbito prisional, que se traduzem nos PEEPs, sobre as expectativas para a implementação das políticas, e se a gestão está em conformidade com o que está sendo implementado.

Conhecimento sobre a natureza da política

A participação na elaboração dos Planos Estaduais de Educação nas Prisões é um ponto convergente nas falas das entrevistas, revelando um envolvimento ativo dos profissionais da gestão no processo de planejamento e formulação das políticas educacionais.

- Entrevista 1: Participação na elaboração dos planos desde 2012 até 2025, demonstrando um longo período de participação, “[...] participei da elaboração dos planos desde 2012 até 2025.” (Entrevista 1).
- Entrevista 2: Envolvimento na elaboração tanto do plano anterior quanto do plano atual, ambos construídos de forma coletiva, “[...] nós fizemos tanto o anterior quanto o de agora. Todos os dois foram feitos de forma coletiva. O tempo todo.” (Entrevista 2).
- Entrevista 3: Participou do PEEP, “[...] eu tive a participação sim na formulação dos Planos Estaduais.” (Entrevista 3).
- Entrevista 4: Participação na elaboração dos dois últimos PEEPs, “Então eu participei da elaboração dos dois últimos planos, do que terminou, teve vigência até o ano passado e agora desse nosso novo que foi aprovado.” (Entrevista 4).
- Entrevista 5: Participação em todos os PEEPs do ES, “[...] participei sim, de todas as formulações dos planos.” (Entrevista 5).

A participação ativa dos profissionais entrevistados na elaboração dos Planos Estaduais de Educação nas Prisões sugere uma construção coletiva. Ademais, a continuidade e acúmulo de experiência é um fator presente, pois ocorre a participação de profissionais ao longo de diferentes ciclos de planejamento, o que permite um acúmulo de experiência e conhecimento sobre os desafios e as especificidades desse contexto.

Dessa forma, a diversidade de vínculos institucionais e níveis de atuação enriquecem a análise das diferentes dimensões da educação no sistema prisional, oferecendo perspectivas complementares. Em suma, a participação dos profissionais na elaboração dos PEEPs indica um processo de planejamento participativo.

Expectativas para a política a ser implementada

A partir das entrevistas é demonstrado que a principal expectativa é a ampliação da oferta educacional, a Entrevista 3 sintetiza isso: "[...] qualificar, estruturar e ampliar [...]", revelando um olhar, por parte da gestão, para com a melhoria da oferta educacional, e sua ampliação.

A preocupação em ampliar as vagas é trazida pelos gestores, demonstrando uma perspectiva corroborada pela equipe, de forma geral, “Então, pensando que esse preso tem direito à assistência educacional, a gente trabalha para ampliar a oferta educacional para todos.” (Entrevista 1), e nota-se que também é frisado o direito inerente da educação.

Corroborando com a ampliação de vagas, a expansão da oferta educacional emerge como uma busca ativa dentro do sistema prisional, conforme expresso nas falas da Entrevista 2 abaixo. Essa expansão é vista tanto em termos de infraestrutura física, quanto na diversificação e ampliação das modalidades de ensino.

> "**A gente tem uma dificuldade que é não ter vaga para todos os estudantes internos, né? Porque as unidades prisionais elas não foram planejadas arquitetonicamente para isso**. Inclusive, a gente está em busca disso junto com a SEJUS, né? No grupo de trabalho também, pensando em alternativas, de maneira que a gente possa expandir a sua oferta, né? Seja ampliando salas, construindo novas salas, mas seja também pensando até na possibilidade de EJA semipresencial." (Entrevista 2, grifo nosso).

A expansão física é vista como um passo necessário para aumentar o número de vagas e ampliar o aprendizado, todavia, a frisado que as unidades prisionais não foram construídas pensando na oferta educacional.

A referência à oferta do curso técnico em Logística e a intenção de ampliação do mesmo para outras unidades demonstra um foco na qualificação profissional como parte da oferta educacional, "Hoje a gente tem o curso técnico em Logística, né, que é integrado e pretende expandir também para outras unidades." (Entrevista 2), isto é, tratando tanto a expansão da educação formal, como profissional, como relevantes.

Conformidade dos implementadores com a política

A gestão da política educacional busca integrar diferentes dimensões: Educação formal, profissional, e apoio psicossocial. Essa articulação entre áreas reflete o reconhecimento das múltiplas necessidades desse público. A afirmação abaixo explicita essa ideia.

> "**E aí não é só um processo de escolarização, é um processo de releitura da própria vida, ressignificação de quem ele é, de identidade também. Então, é um trabalho tanto da equipe de educação, como da equipe psicossocial, não dá para trabalhar esse sujeito de uma maneira dissociada.** E a gente entende que a gente ainda não dá conta de 100% dos processos. Mas a gente caminha nesse sentido de qualificar esse processo educacional." (Entrevista 1, grifo nosso).

Assim, o objetivo da atuação das instituições envolvidas se torna claro: garantir a escolarização, de preferência, aliada a qualificação profissional. Como demonstra a frase "[...] o objetivo então é, no caso do SEDU, ofertar a escolarização para esses internos como direito

e também a formação técnica [...] **ofertar a escolarização, preferencialmente integrada à qualificação ou à formação profissional** [...]" (Entrevista 2, grifo nosso).

Outro gestor frisa o objetivo de elevar a escolarização e possibilitar a uma capacitação profissional ao apenado, demonstrando alinhamento por parte da equipe gestora.

> "Então, **o principal objetivo é elevar primeiro, né? Elevar a escolarização desse sujeito, que chega com baixa escolarização.** É buscar, é identificar suas habilidades profissionais também para **que ele volte, que é também minimamente capacitado em uma profissão para que ele eleve a escolarização e uma capacitação profissional**. Essas são a as nossas metas principais [...]" (Entrevista 5, grifo nosso).

Os servidores reconhecem a educação como um direito, e nisso baseiam sua atuação, a fim de cumprir a responsabilidade que cabe ao Estado, visto que, o interno está custodiado, a garantia do direito a educação é responsabilidade do Estado.

> "**Nós trabalhamos no sentido de ampliar as possibilidades de implantação das políticas públicas previstas na LEP**, na Lei de Execução Penal. Então, a LEP traz a assistência educacional e na assistência educacional na educação, na educação básica é previsto como direito de todos, né? E dever do Estado. No nosso caso, como a pessoa está custodiada, não é dever da família." (Entrevista 1, grifo nosso).

Dessa forma, percebe-se que a equipe está articulada no objetivo que é garantir a educação, formal e profissional, aos apenados, como previsto na lei.

5.4 PROCESSOS E PRÁTICAS DE IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA

O tópico abarca as práticas ligadas aos processos de implementação das políticas, as diversas problemáticas que ocorrem nesse ambiente, as soluções inovadoras da gestão para tentar potencializar e melhorar a oferta educacional, e por fim, as expectativas em relação as políticas que foram implementadas.

Práticas/processos de implementação

No processo de implementação, o monitoramento e controle são evidenciados nas entrevistas como um conjunto de práticas e instrumentos utilizados para acompanhar e supervisionar as políticas educacionais dentro do sistema prisional, abrangendo desde o acompanhamento pedagógico até o controle de dados e a movimentação dos alunos.

A realização de visitas técnicas presenciais às unidades prisionais demonstra um esforço para o acompanhamento das atividades educacionais.

> "É, então é nós fazemos visitas técnicas, né? As visitas técnicas in loco. Temos também é os relatórios, né? Relatórios educacionais que são preenchidos via drive, então a gente acompanha em tempo real, mesmo, mesmo acompanhando em tempo real, às vezes, passa alguma coisa, né? Infelizmente, mas a gente faz acompanhamento também. A gente tem um chat que às vezes a gente consegue contato com a unidade e eles também fazem contato conosco, às vezes para fazer o nosso monitoramento com relação a aula." (Entrevista 3).

O preenchimento de relatórios educacionais via drive e o acompanhamento em tempo real dos dados indicam o uso de tecnologia para o monitoramento das informações pedagógicas, ademais, é abordado que algumas situações podem passar despercebidas, mesmo com o monitoramento.

A Entrevista 1 trata acerca da elaboração de relatórios mensais para o Estado Presente com informações sobre alunos matriculados, assim, demonstra um esforço de controle e prestação de contas sobre a oferta educacional.

> "Então, todo mês nós fazemos um relatório para o Estado Presente. E aí, nesse relatório do Estado Presente, nós informamos todos os alunos estudando e todos os alunos em qualificação profissional. Então, mês a mês a gente indica isso [...] então, quando nós temos um relatório mensal, nominal, por unidade prisional, que é feita uma conferência lá na unidade prisional eles fazem esse relatório, e o relatório nominal tem o número de Infopen, tem sexo. Várias questões, muitas das vezes que são pesquisadas, nós fomos incluindo nesse relatório. Então a gente sabe quantos alunos estão matriculados em cada etapa do ensino fundamental, em cada etapa do ensino médio. Se ele saiu, o motivo da saída, se ele foi transferido, se foi uma questão de segurança, se foi alvará. Então esse relatório ele funciona para subsidiar toda a movimentação." (Entrevista 1).

Outrossim, a produção de relatórios nominais por unidade prisional, com informações detalhadas sobre cada aluno revela um sistema de controle da movimentação e da situação educacional dos apenados.

Além disso, é possível perceber a necessidade por parte da gestão, de estar presente nas unidades prisionais, como forma de dialogar com os gestores das unidades, ou resolver possíveis problemas.

> "Então, assim, além do nosso monitoramento interno que serve pra gente fazer intervenções que, por exemplo, se a gente verifica que uma unidade prisional está com alto índice de evasão, a gente faz uma intervenção de maneira local com os gestores, tanto da educação quanto

> da segurança, para entender o que está acontecendo nessa unidade. E aí isso faz com que a gente dialogue lá no âmbito pedagógico, no âmbito da segurança. E se há necessidade com os gestores aqui dentro da Secretaria de Justiça, com os gestores dentro da Secretaria de Educação, se houver, e se for algo afeto a algo pedagógico. E a gente vai dialogando em cada esfera, de acordo com a necessidade técnica." (Entrevista 1).

A menção ao esforço para exercitar a pedagogia da presença sugere uma abordagem que valoriza o acompanhamento in loco, e o reconhecimento de que nem todos os aspectos conseguem ser tratados de forma remota (via ligação ou e-mail), e necessariamente precisa ser tratado presencialmente na unidade.

> "**E aí, por isso eu costumo falar muito da pedagogia da presença. Assim, e não com aluno, mas com servidor. Porque a gente faz um movimento assim muito forte, sabe? De estar nas unidades. É cansativo, é dá trabalho. Mas de norte a sul a gente procura estar nas unidades prisionais** enquanto sub gerência de educação, porque muita coisa não a gente não consegue tratar pelo telefone, pelo WhatsApp, pelo e-mail. Então, muita das vezes a gente vai na unidade prisional, senta com o gestor, senta com a equipe para fazer um diálogo, olho no olho de quais são as dificuldades, de quais são as potencialidades [...] então a gente faz esse movimento, a gente faz o que é possível para exercitar essa pedagogia da presença, porque a gente verifica com isso que quando eles têm dificuldade lá, eles não tentam resolver sozinhos, entende? E aí eles voltam pra gente [...]" (Entrevista 1, grifo nosso).

A percepção de que os apenados conseguem avançar em sua escolarização é trazida pelo gestor, visto que, a demanda educacional do ES em 2017 estava centrada no ensino fundamental, mas esse aspecto vem se modificando.

> "Então hoje é por meio do sistema, a gente consegue identificar, é muito interessante assim, porque quando eu olho no Infopen 2017, **a nossa pirâmide é maior de presos que estavam dentro do sistema prisional, era a necessidade, era ensino fundamental, hoje quando eu olho [...] está no nível é médio. Então isso quer dizer que esse preso ele consegue chegar no nível médio, não é?** [...] Então, assim a gente consegue monitorar a qualificação pro profissional [...] e aí o Instituto Jones, que é o nosso parceiro aqui do governo. Ele fez um anuário executivo até 2019, e ali tem um histórico de dessas políticas, e tem os resultados dessas políticas. E agora a gente vai começar um processo de novamente. É avaliar o que foi esse documento 2019, e aí a gente vai transformar em outro documento de avaliação, avaliação e monitoramento por meio do Instituto Jones, então, acaba que o como política, o Instituto Jones, é o nosso parceiro nesse processo de avaliação e monitoramento. **Mas ainda precisa melhorar muito, porque a gente acaba, é executando muito, mas escrevendo pouco. Então por isso que a gente acaba tendo que ter esses parceiros externos especialista nisso, né?** Nessas questões para nos auxiliar, então a gente fez isso em

> 2019 e agora. Está retomando isso com o Instituto Jones, para poder fazer um novo [...] análise executiva da política." (Entrevista 5, grifo nosso).

Não só isso, demonstra a importância das parcerias institucionais para a avaliação e monitoramento das políticas, pois a equipe reduzida não consegue atender a demanda de monitoramento e análise dos dados.

Os discursos revelam um sistema de monitoramento e controle que combinam o uso de tecnologia para o acompanhamento de dados, com o contato presencial e a comunicação direta com as unidades. Ademais, o sistema de monitoramento parece envolver diferentes níveis, desde o acompanhamento local nas unidades até a consolidação de dados para relatórios como o Estado Presente.

É apresentado na Entrevista 1 um componente do monitoramento e do controle da oferta educacional, a utilização de sistemas oficiais de dados, que atuam de forma conjunta.

> "Tudo entra nesse Sisdepen, e nós aqui monitoramos tudo isso e fazemos a inclusão. Então, existe um controle tanto da Secretaria de Educação pelo SEDES, que é o sistema próprio de matrícula, quanto pela Secretaria de Ciência e Tecnologia, que certifica todos os cursos no Sistema S. E além disso, a gente precisa consolidar esses dados no Sisdepen, que é o que alimenta depois o Relipem, que é semestralmente publicado." (Entrevista 1).

O RELIPEM (Relatório de Informações Penitenciárias) é identificado como um sistema semestral no qual são informadas todas as movimentações escolares, incluindo o número de pessoas que passaram pela escola e a participação em atividades educacionais.

O SISDEPEN[30] é o sistema onde os dados são incluídos e monitorados localmente para alimentar o RELIPEM[31], que abrange informações detalhadas sobre a participação em diferentes tipos de atividades educacionais. A Secretaria de Educação utiliza o SEDES[32] para o controle das matrículas dos alunos, indicando um sistema específico para o acompanhamento da educação formal.

A Secretaria de Ciência e Tecnologia é mencionada como responsável pela certificação dos cursos no Sistema S. De acordo com a Entrevista 1, há um processo de consolidação dos dados

[30]SISDEPEN. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen>. Acesso em: 29 de junho de 2025.

[31] RELIPEM. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios>. Acesso em: 29 de junho de 2025.

[32] SEDES. Disponível em: <https://sedes.es.gov.br/>. Acesso em: 29 de junho de 2025.

do SEDES e do Sistema S no SISDEPEN, que posteriormente alimenta o RELIPEM. Isso demonstra uma tentativa de integrar informações de diferentes sistemas.

A Entrevista 1 evidencia múltiplos níveis de controle e monitoramento, e a utilização desses sistemas oficiais de dados revela um esforço para a coleta, o armazenamento e análise de informações sobre a educação prisional. O uso dos sistemas evidencia a tentativa de qualificar a tomada de decisão com base em dados, conforme discutido por Ferreira (2024) acerca do Amapá, apontando que a construção de sistemas de acompanhamento são importantes para a eficácia da política.

Os indicadores de permanência e conclusão, permitem monitorar o fluxo dos alunos, identificar gargalos, verificar o alcance dos objetivos educacionais, e avaliar a efetividade das ações educacionais, conforme evidenciado nas entrevistas.

Na Entrevista 1, a capacidade de monitorar o número de alunos que iniciam e concluem os cursos é vista como uma métrica para estimar a eficiência das ofertas educacionais. A comparação entre vagas ofertadas e concluintes indica o nível de retenção e o sucesso dos programas.

> "**Eu entendo que as métricas são de alunos participando das atividades, regularmente matriculados, e aqueles que começam e terminam, né? Porque isso é importante também. Então, a gente consegue monitorar quem começa e termina o curso, por exemplo, cada curso que começa nos temos o número de vagas ofertadas e o número de vagas, com o número de concluintes, então, isso pra gente é uma métrica muito importante, até porque valida se está sendo eficiente ou não, né? Eu acho que não passa por uma métrica quantitativa, mas uma métrica qualitativa, a qualidade das ofertas que a gente tem.** É, e também a própria questão do governo, do Estado Presente, exigir que a gente informe mensalmente o quantitativo de pessoas inseridas é uma métrica, o próprio RELIPEM, e ai consolidando tudo. O RELIPEM é uma métrica muito forte hoje, porque o RELIPEM nos provoca a consolidar métricas que anteriormente a gente não consolidava, né? Porque por exemplo, hoje a gente indica quantas pessoas participam da olimpíada brasileira de matemática, quantas pessoas participam da olimpíada brasileira de astronomia, quantas pessoas participam da olímpiada brasileira de física, que eram métricas que a gente não tinha. Quantas pessoas estão lendo, mas não só quantas pessoas estão lendo dentro de um projeto de remissão pela leitura e quantas submissões estão sendo enviadas pro juíz. Então, todas essas métricas estão sendo provocadas pelo RELIPEM." (Entrevista 1, grifo nosso).

Acerca da perspectiva avaliativa, Bonatto (2019) propõe que a análise dos PEEPs deve considerar não apenas os resultados quantificáveis, como número de matriculados, mas também os sentidos atribuídos à educação por parte dos atores envolvidos, qualitativamente.

A Entrevista 2 discorre acerca das metas estabelecidas nos Planos Estaduais, pois elas se traduzem em indicadores quantitativos, como o número de vagas ofertadas e o índice de reprovação. Esses indicadores educacionais são utilizados para medir o progresso em relação aos objetivos planejados.

> "**Então, a métrica é a meta**, que a meta acaba se transformando em quantitativo, né? Nós também, além do plano e das metas do plano, nós temos indicadores internos aqui que dentro do nosso planejamento, que é muito específico da educação, por exemplo, índice de abandono, a gente tem abandono, né? É surpreendente, porque eles estão presos e não podem abandonar. Mas a gente tem abandono porque muitos desistem ou tem algum problema interno e aí acabam desistindo ou são convidados a desistir. Então a gente tem esses indicadores que são mais educacionais. Reprovação, né? Índice de reprovação, e que está na meta da meta dos planos, que é são as vagas, né? Então, assim, as métricas estão no plano, né, dentro das metas do plano e nos nossos indicadores educacionais aqui." (Entrevista 2, grifo nosso).

Na Entrevista 3, a contabilização do número de alunos aprovados e daqueles que obtiveram certificação são indicadores para mensurar o sucesso do processo educativo e o reconhecimento formal da aprendizagem. Na mesma entrevista, é abordado sobre o acompanhamento da quantidade de alunos que passaram pela escola e, destes quantos conseguiram finalizar e ser aprovados, assim, oferecendo uma visão do fluxo geral dos estudantes e da taxa de sucesso dos programas educacionais.

> "Vamos supor alunos aprovados, quantidade de alunos conseguiram certificação, quantidade de alunos aprovados, os aprovados a gente sinaliza também para o Senapen, o Senapen, eles semestralmente solicita pra gente relatórios das áreas, né? De no geral, o sistema prisional e aí é lá, a gente contabiliza a quantidade de aprovados, entendeu? A gente também, a gente faz essa métrica, essa contabilização de pessoas aprovadas tem as pessoas que passaram pelo sistema, mas passaram pela escola, mas que não concluíram e tem os que conseguiram finalizar. Né? [...] existe a rotatividade às vezes, mesmo no fechado, quando o interno progride de regime ele sai, acaba saindo da escola também. Assim como estava no provisório veio para o fechado, quando vai para o fechado, sai do fechado e vai para o semiaberto também. **Então, muitas vezes esses números ficam no caminho**." (Entrevista 3, grifo nosso).

Na Entrevista 5, a percepção acerca das métricas para a implementação das políticas educacionais é que as mesmas são acompanhadas ao longo do tempo, e elas podem variar, pois,

como o gestor relata, a educação prisional no ES chegou em um ponto onde não há mais espaço para ampliar a oferta educacional, então é necessário investir em outras ferramentas para tal.

> "A métrica é, eu tenho o meu acompanhamento, de quanto a alunos estão inseridos, qual é a minha, a minha necessidade de oferta educacional, então eu tenho isso [...] então, assim, e aí eu vou vendo que essa métrica é ao longo dos anos. É a ampliação, ela teve um período aonde eu ampliei numericamente a quantidade de preso, e é de ter acesso à educação. **É, eu cheguei no momento aonde eu não tenho mais espaço, e aí quando eu não tenho mais espaço, eu começo a pensar em metodologias diferenciadas para alcançar um número maior.** Que agora, é essa fase que a gente está, e aí eu começo também ter uma métrica de qualitativa, como que eu posso é qualificar melhor a minha a educação, porque talvez em um primeiro momento a gente pensou somente em números. E os desafios que a gente tinha, então a métrica é muito isso. É pensar que que eu estou ofertando, qual é a minha necessidade? Mas essa métrica também é qualitativa, que que eu estou, como que está sendo a qualidade desse ensino? Como que está sendo os instrumentos pedagógicos? O que que eu tô entregando pra sociedade? [...] então a métrica ela vai, é acompanhando, é essa, essa métrica." (Entrevista 5, grifo nosso),

A utilização de indicadores quantitativos de permanência e conclusão demonstra um esforço para basear a gestão e a avaliação da educação em dados. Desse modo, os indicadores quantitativos de permanência e conclusão são ferramentas para monitorar, avaliar e aprimorar a oferta educacional.

Na Entrevista 4, a aprovação dos estudantes é vista como um indicador de qualidade quando acompanhada da efetiva aprendizagem e do desenvolvimento de competências. Assim, frisando que é preciso que essa aprovação reflita uma educação de qualidade. Na mesma entrevista, há a descrição do acesso a materiais básicos e a realização de atividades como feiras de ciências, mesmo com recursos limitados.

> "O número de professores que começam e concluem processo formativo, o número de estudantes que com qualidade né, são aprovados, os estudantes que estão estudando uma unidade e que por algum motivo, seja por artigo, seja por mudança de regime, ele vai pra uma outra unidade ele consegue continuar estudando porque isso é gargalo, às vezes ele sai de uma unidade fechada vai pro semiaberto e não consegue continuar, porque não tinha oferta. O investimento dos que a gente chega na sala de aula e vê, que ele não tem mais uma folha e uma borracha e lápis ruim. Ele tem caderno, ele tem uma bolsinha [...] então eles estão lá fazendo feira de ciências com maçarico, com foice, com substâncias altamente corrosivas. Então tudo isso potencializa

> muito assim essa nossa condição de dizer assim, por que que essa unidade não deixa o professor trazer experimento de química se aquela lá fez uma feira de ciências? O que que nós precisamos melhorar? Como é que nós podemos contribuir? E tudo isso entra na discussão da política pública.” (Entrevista 4).

O uso de indicadores institucionais e nacionais revela como a coleta e a consolidação de dados para sistemas de informação como o RELIPEM e as solicitações da SENAPEN (Secretaria Nacional de Políticas Penais) impulsionam a produção de métricas mais abrangentes sobre a educação no sistema prisional.

Na Entrevista 1, O RELIPEM é destacado como um fator que estimula a coleta de dados sobre a participação dos internos em eventos educacionais nacionais, bem como informações sobre a leitura e as submissões judiciais relacionadas.

> “E aí tem o Relipem [...] Então a gente informa a cada seis meses toda a movimentação escolar. Então a gente indica quantas pessoas passaram pela escola de maneira semestral. E todas as pessoas que participaram de leitura, atividades educacionais, sejam elas quais forem. Atividades de educação para a saúde, palestras que as unidades desenvolvem, cursos como FIC, formação inicial e continuada, sendo de 170 horas no mínimo, ou cursos com menor duração.” (Entrevista 1).

Por fim, o uso de indicadores institucionais e nacionais, podem fornecer uma visão mais completa e comparável da realidade educacional prisional.

Na questão do diagnóstico da realidade carcerária como base para o planejamento, a Entrevista 1 destaca a importância de realizar um diagnóstico da realidade carcerária como ponto de partida para o planejamento da política educacional, e assim, agir a partir da demanda existente.

> “Porque aí a gente pensa a política a partir de um cenário, que aí a gente define lá no primeiro plano estadual, qual é o perfil dessa população carcerária. **E aí, a partir desse perfil e da demanda que isso sugere, né? A gente começa a pensar nessas políticas. Então a gente percebe que é uma população jovem, de baixa escolaridade, sem uma profissão regulamentada**.” (Entrevista 1, grifo nosso)

Ou seja, a política educacional é concebida a partir de uma análise da realidade dessa população atendida, em suma, o planejamento educacional é orientado pelas necessidades e perfil dessa população. A entrevista também aponta que o diagnóstico revela um perfil específico da população carcerária, uma população jovem, com baixa escolaridade e sem uma profissão regulamentada.

Os apenados fazem parte do público-alvo da educação de jovens e adultos, e a abordagem educacional precisa ter em vista suas particularidades, visto que, não concluíram os estudos no período convencional (DA SILVA TORRES et al., 2021).

Os gestores destacam que a política educacional é construída constantemente, à medida que os desafios aparecem, "[...] então assim, essa política, ela vai sendo feita na medida que a gente vai encontrando os desafios, vai identificando os desafios para que essa educação ela seja mais possível, é parecida com a educação que é dada aqui fora [...]" (Entrevista 5), demonstra que a equipe identifica os desafios e a partir disso, elaboram a política.

O uso de diagnósticos da realidade carcerária para orientar o planejamento educacional, bem como o monitoramento com apoio de tecnologias e parceiros, revela um esforço de institucionalização da avaliação de políticas públicas. Tal prática se alinha à abordagem proposta por Simões (2018) e Cavalcanti (2007), que trazem o monitoramento como condição essencial para corrigir rotas e consolidar ações.

Problemas identificados no processo de execução

Sobre os desafios, as percepções dos entrevistados revelam que, apesar dos avanços, a implementação da política educacional em prisões enfrenta limitações.

A Entrevista 4 aponta uma dessas limitações, a questão da alimentação dos apenados enquanto estudantes, que não é oferecida.

> "É, por exemplo, a gente tem uma limitação que nós ainda não conseguimos ofertar merenda para eles enquanto estudantes. E é uma luta que a gente está pautando agora para esse plano, né? Dentro do plano de 2025, que está começando agora." (Entrevista 4)

Ademais, nota-se que mesmo que a oferta não ocorra, ela está em pauta. Os entrevistados atribuem ao Estado a responsabilidade de prover as condições necessárias para que esse direito a educação seja exercido.

A limitação de espaço físico e estrutura inadequada, emerge como um desafio para a oferta e a expansão da educação no sistema prisional, sendo apontada nas falas das entrevistas. A Entrevista 1 afirma que a limitação de espaço físico é o maior desafio enfrentado, superando questões de gestão e segurança.

> "[...] **não foram espaços projetados para oferta educacional. Então, eles não têm um espaço físico projetado para a sala de aula que atenda a população carcerária como um todo.** Hoje a gente tem

> 24.000 pessoas presas, aproximadamente quase 25, e 18.000 dessas pessoas são demanda de educação básica ainda, e a gente não consegue atender todas. Então, é nessa perspectiva que os Planos Estaduais são feitos [...] estão na perspectiva do direito à educação, a gente trabalha para ampliar os espaços de acesso à educação [...] então, ao longo desses anos, é isso que nós temos feito. Claro que é importante a gente considerar que os espaços de prisão no Espírito Santo, né? Eles, muitos deles, têm um espaço já projetado, com várias salas de aula, que foi fruto de um remodelamento das unidades prisionais no período de cinco anos, vamos dizer assim, 2007 começou um processo lá no Espírito Santo, ele foi denunciado como as masmorras do Espírito Santo. E aí o Estado precisa começar uma mudança desse cenário, e aí houve a construção de novas unidades prisionais, com uma estrutura que possibilitasse a implantação de atividades. E aí são atividades de educação básica, de educação não formal e de trabalho. E aí a gente colhe o que foi plantado nesse momento. Então, em 2012, a maioria dessas unidades já estão inauguradas, foi quando a gente faz o nosso primeiro Plano Estadual de Educação nas prisões [...] e aí, a partir desse perfil e da demanda que isso sugere, né? A gente começa a pensar nessas políticas. Então a gente percebe que é uma população jovem, de baixa escolaridade, sem uma profissão regulamentada. [...] Claro, que a gente consegue atender 100% da demanda? A gente ainda não consegue, apesar de todos os esforços, com todas as secretarias. Mas a gente avançou em muitas coisas. Pensando nas políticas, em todas essas políticas voltadas para esse público, né? E a gente entende que é um público que veio de regiões, principalmente de vulnerabilidade social. Então a gente começa a analisar os históricos de vida. A gente começa a perceber que são pessoas que abandonaram a escola durante a adolescência e a maioria deles por conta de envolvimento com o tráfico. Então eles abandonam a escola nesse momento. **Então não tem escolaridade, se eles não tiverem essa escolarização dentro dos prazos de prisão. E aí não é só um processo de escolarização, é um processo de releitura da própria vida, ressignificação de quem ele é, de identidade também**." (Entrevista 1, grifo nosso).

A Entrevista 4 ressalta que a infraestrutura prisional não foi originalmente concebida para abrigar atividades educacionais, mencionando as construções antigas e a limitação de espaço como um problema central.

> "**Hoje, para nós, certamente é o fato da prisão não ter sido pensada para educação. As construções antigas, a limitação do espaço**, porque o Espírito Santo não limita número de professor. A gente tinha em 2022, a gente tinha uma média de 350 professores. A nossa proposta é sempre atender mais. Por quê? Hoje, colocando uma média, o Espírito Santo tem 24000 pessoas presas, né? A gente, a gente tem 4000 pessoas estudando [...] vamos colocar pelo menos 18000 pessoas aguardando escolarização, ou trabalho, né? E o plano vem com essa proposta, né? De remir a pena, de ressocializar, né? De dar outro cenário pra essas pessoas. E aí, se eu tivesse que escolher uma, um dos problemas pra implementação do plano, eu diria, é a falta de espaço. Porque pela

> secretaria de estado da educação e aí eu não eu não tenho vínculo político com o governador [...] mas nesse governo do governador Renato Casagrande, **a gente só não tem na educação em prisões uma escola dentro de cada unidade porque a unidade não tem espaço pra crescer**. Porque a gente, professor a gente tem situações humanas tecnológicas e financeiras, que às vezes uma escola do campo não tem, e a gente tem na prisão. Então se a gente tivesse espaço a coisa seria muito mais fácil, muito mais. O que está aqui previsto pra 4 anos, inclusive que tem ações que a gente não conseguiu cumprir mesmo por conta disso, do plano anterior, é, a gente resolveria em menos de 2 anos. Mas infelizmente é isso." (Entrevista 4, grifo nosso).

Percebe-se que a questão do espaço limitado para as atividades educacionais inviabilizou que metas do plano anterior fossem alcançadas. Além disso, é pontuado que a educação não está avançando, pois as unidades não tem espaço para crescer, evidenciando o quanto a infraestrutura insuficiente impacta a implementação das políticas educacionais.

Não só isso, a questão da segurança também é trazida, pois devido a regras prisionais, os apenados não podem levar os materiais para as celas e continuar os estudos de forma individual.

> "**Assim, ainda a gente precisa a todo momento estar trabalhando com um processo de segurança, não afetar as práticas pedagógicas. Tipo, hoje eu ainda a gente o no nosso maior desafio é que o aluno consiga dar continuidade aos seus estudos na cela**. Então, assim, hoje ele ainda não consegue é levar o seu material pra cela onde ele poderia ali praticar, talvez um uma matemática aquilo que ele aprendeu na numa aula de matemática, reforçar a sua, as suas dentro da cela é ter um processo de produção de escrita maior dentro da cela, porque a gente entende que realmente ainda isso afeta o processo de segurança. Então a gente a libera parte desse processo, mas não com uma autonomia que a educação requer para esse processo. **Então eu acho que um dos maiores, o maior desafio.** É, é, esse processo é dar continuidade aos estudos na cela, outro é espaço físico. A gente não, a gente tem os espaços físicos limitados, então a gente não consegue atender a toda a demanda. Se eu tenho uma população que mais de 80% necessita de escolarização, eu não tenho 80% espaço para 80% dessa população inserir. Então, esses são os 2 desafios internos." (Entrevista 5, grifo nosso).

A menção à limitação de espaço físico e à inadequação da estrutura prisional para fins educacionais revela um problema que impacta a capacidade de oferecer educação em escala suficiente para atender à população carcerária.

As normas e restrições de segurança também são desafios à implementação de abordagens pedagógicas, a Entrevista 2 expressa a tensão entre o desejo de efetivar uma educação libertadora e a realidade física e simbólica das grades do sistema prisional.

> "Eu considero hoje, a dificuldade é atuar pedagogicamente em ambiente de privação de liberdade, por conta das regras de segurança, ao mesmo tempo que nós, educadores, queremos trabalhar com essa pedagogia freireana, com essa com essa educação humanista pautada em Paulo Freire. Nós sabemos que tem regras, né? E que a própria SEJUS, os próprios policiais penais também precisam cuidar da segurança dos tanto dos estudantes, quanto dos nossos professores, né? **Então, assim a gente fica nessa linha tênue, aí, né? Queremos efetivar uma educação que liberta, freiriana, mas ao mesmo tempo, como fazer isso em grades? Dentro das grades.** A gente sabe que existem grades simbólicas e grades reais, né? E aí, o que a gente pretende fazer e espera fazer é avançar mais nessa perspectiva de educação que liberta, né? Mesmo que dentro das grades." (Entrevista 2, grifo nosso).

O gestor reforça a mesma questão, a dualidade das práticas pedagógicas no ambiente de segurança, no sentido de trabalhar para que o processo de segurança, não afete as práticas pedagógicas. A educação opera em um contexto singular, onde as necessidades pedagógicas precisam ser adaptadas as normas de segurança, que é, compreensivelmente, a prioridade, e os procedimentos são estabelecidos para garantir a ordem, prevenir fugas e proteger a integridade física de todos.

Bonatto e Brandalise (2023) acrescentam que o potencial emancipador da educação é constantemente limitado pelas regras e dinâmicas impostas pela segurança, fazendo com que o processo de ensino-aprendizagem seja dificultado.

Além da disputa entre lógicas — pedagógica e punitiva — há uma exigência de adaptação por parte dos profissionais da educação. Aguilar e Dominschek (2020) destacam que o fazer docente em prisões exige habilidades que extrapolam a função educacional tradicional, visto que, trata-se de um ambiente marcado pelo conflito entre educar e vigiar.

A rotatividade dos estudantes e dos professores é tratada como um desafio para a continuidade e a qualidade do processo educativo, impactando tanto o aprendizado dos alunos quanto a estabilidade do corpo docente.

A Entrevista 3 aponta para um desinteresse pela educação entre os internos do regime semiaberto, a prioridade nesse regime tende a ser o trabalho e a preparação para a saída da prisão, fazendo com que a continuidade dos estudos seja vista como menos relevante. Nesse sentido, acessar a educação prisional depende de alguns fatores, entre eles, o interesse

individual do aluno (DE OLIVEIRA, 2022). Há um desafio em sensibilizar esses internos sobre os benefícios de longo prazo da educação para a sua reinserção social e profissional.

> "Agora o desafio da sensibilização. **Principalmente, no regime de semiaberto, porque quando o interno chega no regime semiaberto, ele quer trabalhar. Ele quer ir para rua, ele não quer continuar estudando**. Ele quer ir para a rua e trabalhar e aí a gente tem um desafio muito, muito, muito grande no semiaberto, que é sensibilizar o interno de que ele permanecendo na escola, e depois, quando ele sair, ele utilizar aquele conhecimento vai ser muito melhor do que ele sair sem concluir o ensino, né? E muitas vezes, quando chega aqui fora, sem concluir o ensino, é difícil de conseguir um emprego. Ou é difícil de conseguir um emprego melhor, vai sempre trabalhar no braçal. Então, é essa sensibilização, quando eles estão no semiaberto é bem complicado a conscientização do dos próprios internos. Já no provisório para nós, o grande desafio é a rotatividade. Porque é a pessoa entra, né? No sistema prisional, ele vai para o para a uma unidade provisória e até muitas vezes, a sentença sai sentença dele e ele vai ser transferido, ou ele recebe um alvará. Então essa rotatividade é bem complicada, porque você não consegue manter a pessoa. Dificilmente você consegue manter a pessoa até finalizar o semestre, entendeu? Quando, quando ele está, quando o interno está no regime provisório e ele vai para o regime fechado? Chegando lá, se tem vaga naquela turma [...] mas muitas vezes não tem a vaga as salas de aula. As turmas já estão cheias, de forma que não consegue colocar aquela pessoa. Infelizmente ele estuda um período e não conclui. E aí somente depois, quando é detectado que ele estudou, que e aí, abre uma vaga que ele é selecionado na outra unidade que ele foi transferido." (Entrevista 3, grifo nosso).

É descrito a dificuldade de garantir a continuidade dos estudos quando um interno muda do regime, a falta de vagas nas turmas e a superlotação das salas de aula podem interromper o processo educativo. A retomada dos estudos geralmente ocorre apenas quando uma vaga é aberta na nova unidade para a qual o interno foi transferido, resultando em descontinuidade.

A fala do gestor evidencia que a adesão à educação no sistema prisional é influenciada por fatores como o regime de cumprimento da pena. Desse modo, o desinteresse ou a baixa adesão à educação em alguns regimes, especialmente no semiaberto, e a dificuldade de continuidade, representam desafios.

Isto é, o sistema penitenciário precisa estar preparado, ter aparato, para lidar com os que não tiveram acesso à educação, e podem não ter interesse em estudar (BONATTO; BRANDALISE, 2023). A participação em atividades educativas no ambiente prisional não é obrigatória, mas é incentivada, objetivando reduzir e auxiliar na ressocialização (CANUTO; NIQUINI, 2023).

A Entrevista 2 aborda a rotatividade dos professores, relacionada à contratação temporária (uma característica da rede estadual do ES que se estende à educação em prisões).

> "Então, assim, para mim, o principal dificultador é esse. E aí, pra isso a gente precisa formar os nossos professores todo ano, porque nós temos professores que são contratados temporariamente, né? Essa é uma condição da rede estadual, né? Não só para educação em prisões." (Entrevista 2).

As transferências entre unidades prisionais levam a uma constante movimentação dos alunos, essa instabilidade da população estudantil torna o planejamento pedagógico mais desafiador, exigindo flexibilidade e estratégias para lidar com a entrada e a saída em diferentes momentos do semestre. Diante dessas limitações, a implementação da política educacional prisional exige, por parte dos gestores locais e dos profissionais da linha de frente, estratégias de negociação e inovação institucional.

A falta de recursos humanos na gestão, explicitada na Entrevista 3, demonstra um desafio para a efetividade do trabalho de acompanhamento e suporte às atividades educacionais.

> "**Então nos nossos desafios, a gente ainda é uma pequena equipe, né? A gente ainda é uma pequena equipe, a gente gere 34 unidades prisionais**, né? [...] porque a gente faz todo o monitoramento, né? Via relatório, é o relatório que a gente que as unidades preenchem no Google Drive e ele depois ele é compilado. E aí? [...] são muitas demandas. Inúmeras demandas diferenciadas. A gente não, por exemplo, eu vou sentar, eu penso, eu vou sentar, vou focar hoje em verificar se a matrícula dos alunos estão de acordo, se se os alunos que foram matriculados são todos eles que estão na sala de aula. Aí a gente entra em contato com a unidade, mas muitas vezes também o contato com a unidade é difícil, entendeu? E aí nós, é a gente tem muitos entraves, devido a isso, a dificuldade de comunicação com a unidade prisional, a pequena quantidade de recursos humanos, **porque ao mesmo tempo que eu sou a pessoa que gera relatórios aqui, eu também sou a pessoa que vou lá na [...] ponta visitar na unidade, entendeu? Eu não consigo. A gente não consegue assim, acompanhar diariamente de perto as unidades prisionais, devido a isso** [...]" (Entrevista 3, grifo nosso).

A afirmação de que uma pequena equipe que gere 34 unidades prisionais, dimensiona a proporção entre o número de profissionais na gestão e a quantidade de unidades a serem atendidas.

Na Entrevista 3 novamente, a declaração de que a mesma pessoa é responsável por gerar relatórios e também visitar as unidades prisionais, ilustra a sobrecarga de responsabilidades para um único profissional. Percebe-se pelas falas que a falta de recursos humanos na gestão

da educação prisional pode impactar na capacidade de oferecer um suporte adequado às unidades e de realizar o monitoramento.

A Entrevista 3 destaca o diálogo com os setores de segurança das unidades, evidenciando a necessidade de articulação com a SEJUS para viabilizar as atividades educacionais.

> "A gente busca muito essa flexibilidade com relação a isso. E, por meio até de diálogo com os setores de segurança, né? Primeiramente. É a primeira coisa que a gente precisa fazer, né? Que às vezes é igual na educação profissional, às vezes é ofertado um curso, por exemplo, de manicure, pedicure. E às vezes, aquele material utilizado lá é frágil, né? É traz um pouco de fragilidade à segurança. Então [...] **apesar da fragilidade, com diálogo, o nosso diálogo e com a sensibilização, juntamente com os internos, é feita essa flexibilização [...] para aquele determinado período [...].**" (Entrevista 3, grifo nosso).

A adaptação pedagógica frente às restrições materiais e de segurança, como no caso dos cursos com materiais sensíveis, e a flexibilização por meio do diálogo, exemplifica a capacidade de inovação institucional descrita por Lima e D'Ascenzi (2013), essencial para garantir a implementação nesses ambientes.

A partir das entrevistas, nota-se a flexibilização de práticas educacionais conforme a realidade prisional, e a necessidade de adaptar as metodologias, os recursos e o modelo da oferta educacional para atender às particularidades e às restrições do ambiente.

A Entrevista 3, citada acima, traz o exemplo do curso de manicure e pedicure, ilustrando a necessidade de flexibilizar as normas de segurança em relação a materiais que poderiam ser considerados de risco, a fim de viabilizar determinadas práticas educacionais. Essa flexibilização é possível através do diálogo e da sensibilização.

Frente a esses desafios, Bichir (2020) propõe uma análise da implementação que vá além da lógica do êxito ou fracasso. A autora sugere que é preciso compreender os processos intermediários, os arranjos informais e os mecanismos de adaptação que se configuram nos contextos locais. Ao aplicarmos essa abordagem ao caso capixaba, é possível identificar não apenas as lacunas, mas também as iniciativas exitosas e negociações.

Camilo e Souza Júnior (2024) apontam como um paradoxo recorrente da política pública no sistema prisional: a existência de um aparato institucional e normativo que reconhece a importância da educação, contrastando com a fragilidade de sua materialização prática.

Conforme evidência Araújo e Pereira (2023), a presença de diretrizes e metas nos Planos Estaduais nem sempre se traduzem em mudanças efetivas. Compactuando com os

autores, Freitas e Mont'Alverne pontuam que não basta diretrizes, é preciso também vontade política para que a educação seja efetivada (FREITAS; MONT'ALVERNE, 2022).

Soluções identificadas no processo de execução

No âmbito da implementação das políticas educacionais na prisão, se destacam soluções inovadoras e práticas de flexibilização, como a criação do cargo de coordenador de turno e a adoção de modalidades semipresenciais. A partir dos relatos, observa-se que a efetividade da educação nas prisões depende de constante diálogo entre instituições, sensibilidade frente às especificidades do ambiente prisional e capacidade de adaptação das práticas pedagógicas à realidade das unidades.

A criação do cargo de coordenador de turno nas escolas prisionais apresenta uma estratégia de flexibilização administrativa implementada localmente para otimizar o funcionamento das escolas, ao descrever a função do cargo,

> "Ele vai movimentar os estudantes na escola e vai cuidar da disciplina [...] acompanhar a movimentação desses presos, cuidar pedagogicamente disso, olhar inclusive o horário do professor que vai para a sala de aula, que não pode demorar, os próprios materiais didáticos, que são contados na entrada das desse espaço escolar e na saída. Isso, senão isso tudo fica na responsabilidade do professor, do pedagogo. Então, por que não ter essa figura do coordenador de turno? Isso é uma flexibilidade que a gente conseguiu aqui dentro, convencendo [...] **ele não tem o caráter disciplinador, mas ele vai ter o caráter de organização enquanto ele faz sua organização, cuida da organização, o pedagogo e o professor vai trabalhar mais efetivamente na parte pedagógica.**" (Entrevista 2, grifo nosso).

A identificação da sobrecarga de responsabilidades dos professores e pedagogos, que acabavam acumulando, além de suas funções pedagógicas, fez surgir a função do coordenador de turno.

O coordenador de turno é responsável por tarefas voltadas o bom funcionamento da escola prisional. De acordo com as declarações, a criação do cargo representa uma resposta aos desafios específicos da gestão educacional, pois a segurança e o controle da movimentação dos internos são elementos que impactam as atividades pedagógicas.

A Entrevista 4 revela uma prática específica e considerada um avanço significativo no Espírito Santo, a remissão pela leitura, e ressalta a singularidade do estado em oferecer um acompanhamento profissional para esse processo.

> "[...] a gente conseguiu ter avanço muito grande na remissão pela leitura. **O estado do Espírito Santo, é dos poucos estados que tem o professor atendendo esses estudantes e qualificando essa remissão pela leitura**." (Entrevista 4, grifo nosso).

O Espírito Santo é apontado como um dos poucos estados que obteve progresso na implementação da remição da pena por meio da leitura. A característica distintiva do modelo do ES é a presença de um professor responsável por atender os estudantes envolvidos na remição pela leitura e por qualificar esse processo.

A Entrevista 4 aborda a ampliação da oferta educacional para o semiaberto de São Mateus, utilizando a modalidade semipresencial, o que é um exemplo de adaptação à rotina e às necessidades específicas desse regime. Os internos, que trabalham durante o dia, têm acesso ao ensino com encontros presenciais para tirar dúvidas e receber módulos, avançando na escolarização de maneira flexível.

> "Esse ano a gente ampliou a oferta em 2 unidades que não tinha escolarização, que uma é o semiaberto de São Mateus, que a gente vai oferecer o semipresencial [...] **eles chegam do trabalho e vai ter professor atendendo, aí vão pegar módulo, professor vai tirar as dúvidas, vai explicar eles vão levar pra cela, semana que vem o professor volta, dialoga com eles as dúvidas, ele faz a prova e ele vai avançando na escolarização**." (Entrevista 4, grifo nosso).

Em suma, a flexibilização das práticas educacionais é uma estratégia para superar desafios e garantir o acesso à educação. O diálogo, a sensibilização e a busca por soluções inovadoras, como a modalidade semipresencial, demonstram um esforço da gestão para equilibrar a segurança com as necessidades educacionais.

As falas demonstram que a efetividade da educação muitas vezes depende da capacidade de inovar e de adaptar as práticas educacionais às limitações de segurança, à rotina dos diferentes regimes prisionais e às necessidades específicas dos internos.

Expectativas em relação à política implementada

Após a implementação das políticas educacionais, que se traduzem nas metas e objetivos dos planos, a expectativa é que através da educação oferecida no ambiente prisional, seja ela formal, não formal (esporte e leitura), ou profissional, é que o apenado esteja mais preparado para retornar a sociedade.

A preocupação com o retorno saudável do apenado a sociedade, sua ressocialização e reintegração, é expressada pelos gestores.

> "**O objetivo é que esse sujeito volte para a sociedade em condições de realmente se reintegrar a ela**, entende? Porque aí ele volta com baixa escolaridade, sem uma qualificação profissional, uma experiência profissional. A probabilidade de reincidir é muito alta." (Entrevista 1, grifo nosso)

Dessa forma, a expectativa central é que a educação contribua de maneira efetiva para a ressocialização, um meio de preparar o interno para o retorno à vida em liberdade. Não se trata apenas de garantir acesso às aulas, mas de assegurar que o percurso formativo que ofereça uma possibilidade de mudança de vida.

Diante disso, percebe-se que a implementação de políticas educacionais no âmbito prisional do Espírito Santo é complexa e vários aspectos estão envolvidos, assim como atores, recursos, problemas estruturais.

De forma breve, os grandes blocos do estudo serão listados, os avanços, desafios e entraves experienciados nesses processos, a partir das entrevistas realizadas com os gestores da implementação das políticas educacionais nas prisões do ES.

Acerca dos avanços, é possível verificar que os principais, são:

- Qualificação profissional: Criação de cursos técnicos (Logística), ampliando as possibilidades empregabilidade.
- Consolidação da articulação no GT: Consolidação do Grupo de Trabalho (SEDU e SEJUS) como espaço formal de articulação.
- Melhora do financiamento: Expansão de recursos, garantindo materiais escolares básicos e melhores condições de infraestrutura.
- Valorização dos professores: Ações de formação continuada e editais específicos.
- Mudança no perfil educacional: Aumento da escolarização dos apenados, com deslocamento da demanda do ensino fundamental para o ensino médio.

Apesar dos avanços, os desafios ainda estão presentes. Os principais desafios, são:

- Capacitação incipiente da gestão: Ausência de política institucional sistemática de formação para gestores, além da equipe reduzida em comparação a quantidade de demandas.
- Infraestrutura limitada: Falta de espaço físico adequado nas unidades para a oferta educacional.
- Motivação dos apenados para estudar: A baixa motivação para os estudos dificulta a permanência.
- Segurança x práticas pedagógicas: Regras prisionais restringem práticas pedagógicas.
- Rotatividade de estudantes e professores: Transferências, mudanças de regime e vínculos temporários impactam a continuidade do processo educacional.

Por fim, os principais entraves, são:

- Limitação normativa e administrativa: Algumas portarias e regras de repasse de recursos (PROJEF) criam gargalos nos processos.
- Desafios de intersetorialidade: Necessidade de aprovação e participação de múltiplos órgãos (CEE) podem retardar a implementação de políticas.

Dessa forma, o cenário capixaba revela avanços importantes na institucionalização da política educacional prisional, sobretudo no fortalecimento da articulação intersetorial e no reconhecimento da docência. No entanto, os desafios e entraves ainda limitam a efetividade da implementação, sobretudo pela insuficiência de infraestrutura, pelas tensões entre segurança e atividades pedagógicas, pela burocracia que dificulta os processos e pela falta de investimento na equipe gestora, tanto na quantidade de servidores, como na capacitação da equipe.

A análise evidencia, que a política caminha para sua consolidação, mas há um longo caminho por parte da gestão das políticas de educação prisional no estado, para sanar as dificuldades e atender a demanda. Para que tais iniciativas se traduzam em resultados duradouros, é preciso enfrentar as fragilidades ainda existentes, fortalecendo a gestão, investindo em infraestrutura e ampliando a oferta de vagas.

Ao longo das entrevistas, é notório o engajamento e alinhamento da equipe gestora, todavia, a motivação da equipe, por mais que presente, não é suficiente para mudar a realidade da implementação das políticas educacionais nas prisões do estado, é necessário investimento e capacitação.

Todavia, articular educação e prisão em um mesmo ambiente não é algo simples, e implementar políticas educacionais nesse contexto, também não é. A análise da implementação dessas políticas exige compreender a complexidade do processo de execução local, sobretudo a partir da perspectiva dos atores envolvidos, conforme discutido por Andrade e Ribeiro (2022). Por isso, é de vital importância escutar os gestores que estão diretamente em contato com essa realidade.

Assim, é necessário frisar que a dimensão local da implementação é impactada por diversos aspectos, entre eles, desenho institucional da política, recursos físicos, financeiros e de pessoal, relacionamento intergovernamental e contexto local (ANDRADE; RIBEIRO, 2022).

6 CONCLUSÕES

A análise dos dados do Espírito Santo, ancorada na literatura, revela que a implementação das políticas educacionais em prisões é um processo marcado por desafios, avanços e entraves.

Esses desafios estão relacionados a diversos aspectos, um deles é o âmbito da gestão e de sua pouca capacidade de pessoal, e muitas demandas. Pois gerir a educação, de modo a analisar os indicadores, implementar políticas, elaborar os PEEPs, e ao mesmo tempo, estar "na ponta", em contato com as unidades prisionais e suas necessidades especificas, é uma atuação vasta.

Dessa forma, a equipe gestora da implementação das políticas educação é impactada diariamente pela falta de pessoal adequado para gerir as políticas nas mais de 30 unidades prisionais do estado. Tal situação pode fazer com que as unidades não sejam atendidas em suas necessidades, pois, a gestão não consegue dar conta da demanda.

Outra questão trazida diversas vezes ao longo das entrevistas, é de que a prisão não foi construída pensando no aspecto educacional, o que faz com que não seja possível atender a demanda de alunos. Ao compreender que a educação é uma possibilitadora de diminuição da reincidência, pensar as prisões com maior infraestrutura para atividades educacionais é necessário. Não só isso, as falas dos gestores reforçam que a consolidação da política educacional prisional, formal e profissional, contribui para reduzir a reincidência e potencializar a ressocialização.

Ademais, outra dificuldade é manter os apenados motivados para continuar os estudos em diferentes tipos de regimes, pois, quando os regimes mudam, a prioridade dos mesmos também varia, sendo difícil manter a permanência e a motivação em estudar. Soma-se a isso a descontinuidade causada por transferências frequentes, mudanças de unidade e até pela própria lógica prisional, que precisa priorizar a segurança em detrimento das atividades pedagógicas, gerando rupturas no processo educacional.

Assim, a motivação dos apenados revela-se um fator central para o sucesso da política educacional prisional, uma vez que a adesão é voluntária. A gestão, portanto, enfrenta o desafio de criar estratégias que despertem o interesse dos apenados. Além disso, é preciso fortalecer o vínculo dos mesmos com os estudos, fazendo com que enxerguem as atividades educacionais não como um mecanismo de redução de pena, mas como uma possibilidade de transformação de suas trajetórias.

Além disso, a dificuldade em lidar com as práticas pedagógicas (como feira de ciências, ou o interno ter a possibilidade de levar o material didático para estudar em cela), que podem apresentar risco a segurança. A segurança é a prioridade dentro das unidades prisionais, no entanto, ela pode dificultar a execução de práticas educacionais, dessa forma, é necessário alinhamento e flexibilização constante entre os gestores da implementação das políticas e os gestores das unidades prisionais para articular tais práticas, de forma que a segurança também seja resguardada.

Por fim, como último dos principais desafios está a alta rotatividade de estudantes e professores, pois as transferências e mudanças de regime dos apenados, aliado aos vínculos temporários dos professores, impactam diretamente a continuidade do processo educacional, assim como a motivação para tal, por parte dos alunos. Nesse sentido, devido ao vínculo temporário do professor, o mesmo pode ter o contrato encerrado justamente quando adquiriu experiência e está mais apto para atuar, por exemplo.

Como entraves, tem-se a limitação normativa e administrativa, dado que, algumas portarias e regras de repasse de recursos (PROJEF) criam gargalos nos processos que dificultam a agilidade da política educacional prisional. Esses mecanismos de repasse, embora necessários para garantir transparência e controle dos recursos, acabam impondo processos lentos e burocráticos, que nem sempre dialogam com as necessidades urgentes das unidades prisionais. Tal cenário gera descompasso entre a formulação da política e sua execução, evidenciando a necessidade de revisões administrativas que tornem os procedimentos mais condizentes com a realidade enfrentada pelos gestores.

Ademais, os desafios de intersetorialidade também são considerados entraves nos processos, pois a necessidade de aprovação e participação de múltiplos órgãos (CEE) retardam a implementação de políticas. Embora essa dinâmica busque assegurar legitimidade e respaldo institucional às ações, na prática, ela acaba retardando a execução das políticas. Nesse sentido, a intersetorialidade, que deveria funcionar como uma ferramenta de fortalecimento e coordenação das ações, se apresenta como um entrave.

Mas não foram apenas os desafios que fizeram parte da gestão das políticas nesses anos, os avanços também estiveram presentes. Um deles é a capacitação profissional, oferecer ao apenado uma capacitação a fim de possibilitar a ele exercer uma profissão regulamentada ao final do cumprimento da pena, também é um objetivo trazido pela gestão, e algo que teve avanço, de acordo com as entrevistas.

A Consolidação da articulação no Grupo de Trabalho, entre SEDU e SEJUS, como espaço formal de articulação demonstra organização por parte da gestão. Esse espaço de

articulação intersetorial tem possibilitado maior diálogo entre as instituições responsáveis, favorecendo a construção de soluções conjuntas e a superação de entraves administrativos e dos desafios da implementação.

O financiamento destinado as políticas educacionais prisionais também foi expandido, garantindo materiais escolares básicos e melhores condições de infraestrutura aos alunos. Ao direcionar verba especificamente para fins pedagógicos, cria-se a possibilidade de ambientes de aprendizagem mais dignos e adequados.

A valorização dos professores, através de ações de formação continuada e editais específicos para a categoria também foram aspectos frisados constantemente ao longo das entrevistas, demonstrando a valorização por parte da gestão. As formações e editais não apenas qualificam o trabalho pedagógico, mas também reforçam o reconhecimento do papel do professor, e cria condições para que permaneçam motivados diante das dificuldades inerentes ao ambiente prisional.

Por fim, a mudança no perfil educacional dos apenados, que foi frisado nas entrevistas, pois está ocorrendo o deslocamento da demanda do ensino fundamental para o ensino médio. Esse deslocamento reflete a ampliação do acesso e indica avanços no processo de escolarização dentro das unidades. Além disso, evidencia-se a importância de planejar a continuidade da trajetória educacional dos apenados, para que haja o mínimo possível de interrupções no processo de aprendizagem.

Para ampliar a oferta e atender a demanda, os gestores da implementação das políticas de educação prisional no estado trazem novas estratégias e flexibilizações, a fim de potencializar o viés educacional, mas se adaptando tanto a realidade da limitação física, as particularidades dos apenados.

Assim, a análise da implementação da política de educação nas prisões do ES, revela uma trajetória marcada por avanços, mas também por desafios.

Ao longo do estudo, os objetivos elencados para foram alcançados e especificados em seguida.

O primeiro objetivo estava relacionado a caracterização dos Planos Estaduais de Educação nas Prisões no âmbito prisional Capixaba entre os anos 2016 e 2024 destacando os objetivos, metas, processos, estrutura, recursos e gestão, assim, o capítulo 3 foi dedicado a descrição dos dois planos, somado a caracterização do perfil da população apenada a nível de Brasil e capixaba. Essa caracterização possibilitou compreender de que forma o Estado traduziu as orientações nacionais em metas locais e como articulou os aspectos pedagógicos e administrativos para estruturar a política de educação em prisões.

O segundo objetivo buscou entender os principais avanços dos Planos Estaduais de Educação nas Prisões capixaba entre os anos de 2016 a 2024, e tais avanços foram trazidos ao longo do capítulo 3, e no capítulo de resultados do estudo, pois foram detalhados ao final do mesmo. A pesquisa identificou e analisou os principais avanços observados durante a execução dos PEEPs, e foram destacados aspectos como a criação de cursos técnicos voltados à qualificação profissional, a consolidação do Grupo de Trabalho entre SEDU e SEJUS como espaço de articulação, o fortalecimento do financiamento destinado à educação prisional e a valorização docente por meio de formações continuadas e editais específicos. Esses avanços demonstram o esforço de institucionalização da política educacional prisional no Espírito Santo.

Da mesma forma, análise das entrevistas e dos documentos oficiais permitiu cumprir o terceiro objetivo, que era a análise dos desafios e entraves da implementação dos Planos Estaduais de Educação nas Prisões, entre os anos de 2016 a 2024, e também foram trazidos ao longo do capítulo 3, e no capítulo de resultados do estudo, pois foram detalhados ao final do mesmo. De forma breve, destacam-se a insuficiência de infraestrutura física das unidades prisionais, que não foram construídas para abrigar atividades educacionais, a limitação da equipe gestora para atender às demandas das unidades, a dificuldade de manter os apenados motivados e assíduos, a rotatividade de professores e os entraves intersetoriais.

Por fim, o quarto objetivo: Contribuir com recomendações para o aprimoramento do processo de implementação da política de educação no contexto carcerário do Espírito Santo. Foi alcançado nas conclusões do estudo, mas principalmente pelo Produto Técnico Tecnológico (PTT), que foi elaborado e será disponibilizado para a equipe que gere a implementação das políticas públicas educacionais do âmbito penitenciário, a fim de apoiar a equipe de gestão na tomada de decisões.

As sugestões abarcam desde a necessidade de ampliação do corpo técnico, o investimento em infraestrutura, a valorização dos professores e o fortalecimento da articulação intersetorial. Dessa forma, a pesquisa não apenas analisou o cenário vigente, mas também buscou oferecer subsídios para a melhoria da política pública de educação nas unidades prisionais do ES.

Ademais, outros setores relacionados também poderão utilizar a dissertação e o PTT para compreender aprofundadamente a implementação das referidas políticas no estado do Espírito Santo, e servir para auxiliar no aprimoramento de Planos Estaduais de Educação nas Prisões de diferentes estados.

A nível científico, a dissertação contribui ao demonstrar que, mesmo com a institucionalização da política educacional prisional capixaba, o desafio da universalização do direito à educação ainda persiste.

Apesar da profundidade da pesquisa, é importante notar algumas de suas limitações: A coleta de dados não incluiu a perspectiva dos apenados, o que poderia enriquecer ainda mais a análise.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUILAR, Maria Letícia da Silva Dias; DOMINSCHEK, Desire Luciane. **Educação Prisional: Contexto Histórico e a Complexidade do Trabalho do Professor**. Centro Educacional Internacional UNINTER. 2020.

ALVES, Ana Katharine Pedrosa. Educação Formal em Espaços Prisionais: Dispositivos Legais Nacionais e Alagoanos. Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2020.

ANDRADE, Jefferson Reis Guimarães; RIBEIRO, Elizabeth Matos. Dimensões da Implementação Local de Políticas Públicas: Constructos fundamentados na Teoria da Administração Política. 2022.

ANDRADE, Rafael Lara Mazoni. Descentralização e gestão de políticas públicas de segurança pública em nível local no Brasil: análise da agenda de desafios e potencialidades da implementação de políticas de segurança cidadã em municípios mineiros à luz do neoinstitucionalismo. 2019.

ARAÚJO, Jucimar Vieira; DE BARROS PEREIRA, Fabio. A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE EDUCAÇÃO EM PRISÕES DE RORAIMA SOB A ÓTICA DOS TÉCNICOS DA DIEJA/SEED/RR. **Revista Expressão Católica**, v. 12, n. 2, p. 10-32, 2023.

ARAÚJO, Josenice Ferreira dos Santos. Política de educação e a educação na prisão: a realidade do Estado do Tocantins. 2020. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

ARAÚJO, José Douglas Abreu. A educação no contexto da socialização e humanização nas prisões da Paraíba (2005-2019): Educación en el contexto de socialización y humanización en las cárceles de Paraíba (2005-2019). **Revista Cocar**, v. 18, n. 36, 2023.

BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARRETO, Maria das Graças Reis; DIAS, Newdith Mendonça**.** Políticas de educação em prisões do Estado da Bahia: constituição de um novo plano estadual. *Plurais Revista Multidisciplinar*, v. 6, n. 1, p. 155-170, jan./abr. 2021.

BICHIR, Renata. Para além da "fracassomania": os estudos brasileiros sobre implementação de políticas públicas. MELLO, Janine; RIBEIRO, Vanda Mendes; LOTTA, Gabriela; BONAMINO, Alicia, p. 23-43, 2020.

BONATTO, Bruna Mayara. Avaliação do Plano Estadual de Educação para o Sistema Prisional do Paraná: a educação escolar no contexto das penitenciárias femininas de regime fechado. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2019.

BONATTO, Bruna Mayara; BRANDALISE, Mary Ângela Teixeira. Análise arqueológica do discurso dos participantes: contribuições para a avaliação do Plano Estadual de Educação no Sistema Penitenciário do Paraná. 2020.

BONATTO, Bruna Mayara; BRANDALISE, Mary Ângela Teixeira. Avaliação do Plano Estadual de Educação no Sistema Prisional do Paraná: discursos dos sujeitos de uma penitenciária feminina. **Práxis Educativa**, v. 18, 2023.

BONATTO, Bruna Mayara; BRANDALISE, Mary Ângela Teixeira. Avaliação do plano estadual de educação no sistema prisional do Paraná: questões de gênero no campo acadêmico da educação prisional. *Imagens da Educação*, v. 9, n. 1, e44262, 2019.

BRITES, Carla; CLEMENTE, Augusto. Implementação de Políticas Públicas: Breve revisão da literatura. **Revista NAU Social**, v. 10, n. 18, p. 27, 2019.

CÂMARA NETO, Jaime Virgínio. Avaliação do processo de implementação da estratégia" e-sus atenção básica" no município de apodi-rn: uma análise a partir do modelo do ciclo de políticas públicas (policy cycle). 2019.

CAMILO, Fernando Pinheiro; SOUZA JÚNIOR, Edson José de. Prison Education and its Intersections with the Reintegration Process and Regional Development in the State of Goiás. *CONCILIUM*, v. 24, n. 2, 2024.

CANUTO, Bárbara; NIQUINI, Cláudia. O DIREITO DE ACESSO À EDUCAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO: Uma revisão sistemática. **Educação Básica Revista**, v. 9, n. 2, p. 17-28, 2023.

CAPELLA, Ana. Formulação de Políticas Públicas. Governo e Políticas Públicas. Brasília, 2018.

CARVALHO, O. F. de; FERREIRA, M. do S. da S. Professor em espaços de privação de liberdade: um fazer docente em construção. Plurais Revista Multidisciplinar, v.6, n.1, p. 116-136, jan./abr. 2021.

CAVALCANTI, A. P. A. Sistematizando e comparando o enfoque de avaliação e de análise de políticas públicas: uma contribuição para área educacional. 2007. 301p. Tese (Doutorado em educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

COSTA, Gilton Alves. Educação na prisão: os percalços entre a teoria e a prática na aplicação da modalidade de Educação de Jovens e Adultos no sistema prisional mineiro. 2020. Monografia (Especialização em Projetos Sociais: Formulação e Monitoramento) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

COSTA, Marta Cossetin; FIGUEIREDO, Ireni Marilene Zago. Educação e pessoas privadas de liberdade: uma análise documental. **Imagens da Educação**, v. 9, n. 1, p. 9, 2019.

CRUZ, Djalma Machado da; RIBEIRO, Dulcyene Maria. Transformar presos em alunos: um estudo sobre a educação no sistema prisional paranaense. ***Educação***, Santa Maria, v. 49, 2024.

CUNHA, Eudes Oliveira; DANTAS, Lys Maria Vinhaes; VERHINE, Robert Evan. n. 23-SUBSÍDIOS TEÓRICOS PARA ESTUDOS SOBRE IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS

EDUCACIONAIS NAS REDES/ESCOLAS MUNICIPAIS NO BRASIL. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 12, 2018.

DA CRUZ, Djalma Machado; BERNARDI, Roseméri Simon. Educação Prisional e Educação Combinada em EAD:: Estudo de Caso na Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu. **Revista Pleiade**, v. 18, n. 43, p. 60-69, 2024.

DA SILVA, Ana Karla Loureiro; DA SILVA, Maria da Conceição Valença. Formação de professores/as no sistema prisional do Estado de Alagoas: avanços, limites e possibilidades. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 15, p. e4757031-e4757031, 2021.

DA SILVA, Antônio Alves Pontes Trigueiro. A EDUCAÇÃO QUE ESBARRA NAS GRADES DO SISTEMA PRISIONAL: A EFETIVAÇÃO DO DIREITO À ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL ÀS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE A PARTIR DA REALIDADE DOS ERGÁSTULOS DO ESTADO DA PARAÍBA EDUCATION THAT STRIKES IN PRISON SYSTEMS: THE. **Revista Jurídica do Ministério Público do Estado de Rondônia**, v. 4, n. 1, p. 31-49, 2020.

DA SILVA TORRES, Eli Narciso; IRELAND, Timothy Denis; DE ALMEIDA, Susana Inês. Diagnóstico da política de educação em prisões no Brasil (2020): o desafio da universalização. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 15, p. e4696024-e4696024, 2021.

DA SILVA NOVO, Joseane; MANGAN, Patrícia Kayser Vargas. Memórias de professoras do Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos na Penitenciária Estadual do Jacuí/RS. **Revista Científica Foz**, v. 7, n. 1, 2024.

DELLA FLORA, Kátia Teresinha Lopes. Educação e estratégias biopolíticas: a produção de sujeitos por meio do Plano Estadual de Educação nas Prisões do Maranhão. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul/RS, 2021.

DE JESUS, Everaldo Antonio. RESSOCIALIZAÇÃO PELA EDUCAÇÃO: uma alternativa para a crise do sistema carcerário brasileiro. **Revista OWL (OWL Journal)-REVISTA INTERDISCIPLINAR DE ENSINO E EDUCAÇÃO**, v. 1, n. 2, p. 405-412, 2023.

DE MATOS PINTO, Isabela Cardoso. Mudanças nas políticas públicas: a perspectiva do ciclo de política. **Revista de Políticas Públicas**, v. 12, n. 1, p. 27-36, 2008.

DE OLIVEIRA, Suely Franco. A Educação Prisional No Brasil: Horizonte De Perspectivas. **Revista Educação Em Contexto**, v. 1, n. 1, 2022.

DE SOUZA PEREIRA, Isabel Regina. Humanização do espaço carcerário: uma análise das políticas públicas para oferta de trabalho e educação no sistema prisional de Minas Gerais. 2017.

DI GIUSTO, Silvana Menegoto Nogueira; RIBEIRO, Vanda Mendes. Implementação de Políticas Públicas: conceito e principais fatores intervenientes. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 4, p. 1-10, 2019.

DINIZ, Andressa Vitória da Silva. Entre legislação e práticas pedagógicas: A difícil tarefa de garantir o direito à educação nas escolas das prisões. *Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 2022.

DOS SANTOS, Selma; FERNANDES, Eduardo José Nunes. O ciclo de políticas em contextos da educação em prisão. **Plurais-Revista Multidisciplinar**, v. 6, n. 1, p. 189-207, 2021.

DOS SANTOS SIQUEIRA, Tatiana; VAZ, Bárbara Regina Gonçalves; DA MOTA, Rafael Silveira. AS CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO NA RESSOCIALIZAÇÃO DO PRESO NO SISTEMA PRISIONAL GAÚCHO. **Revista Latino-Americana de Estudos Científicos**, p. e37524-e37524, 2022.

DO NASCIMENTO, Maria Bernadete Rodrigues; AGRA, Yaggo Leite; GOMES, Maria de Fátima Leite. A EDUCAÇÃO EM PRISÕES NA PARAÍBA: uma breve análise. 2023.

ESPÍNOLA, Daniel. Para que(m) serve a governança pública? Uma análise a partir da implementação da política de governança na Funasa. Escola Nacional de Administração Pública. Brasília, 2021.

FERREIRA, Josiane Pantoja. O direito à educação: implementação do Plano Estadual de Educação nas prisões do estado do Amapá no período de 2011 a 2021. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2024.

FERREIRA, Josiane Pantoja. As Políticas Públicas Educacionais para as Pessoas em Situação de Privação de Liberdade no Estado do Amapá. *Revista Educação e Emancipação*, São Luís, v. 14, n. 2, p. 159-186, maio/ago. 2021.

FERREIRA, Josiane Pantoja. Políticas educacionais: a constituição do plano estadual de educação para o sistema prisional. Universidade Federal do Pará (UFPA), 2022.

FERREIRA, Josiane Pantoja. A concepção de educação das mulheres egressas da penitenciária feminina do Estado do Amapá. **Anais do Seminário Internacional em Direitos Humanos e Sociedade**, v. 4, 2023.

FREITAS, Noelia Xavier. MONT'ALVERNE, Clara Roseane. IMPLEMENTAÇÃO CURRICULAR DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO: RIGOR LEGAL VERSUS REALIDADE. **Revista Científica de Iniciación a la Investigación**, v. 6, n. 2, 2022.

FREITAS, Thaís Botelho. Educar nas prisões: uma análise sobre o plano de educação do sistema prisional de Pernambuco (2021-2024) a partir da Microfísica do poder de Michel Foucault. 2023.

GARCIA, Fabiane Maia; SOUZA, Gerusa Moraes de. Educação aos Privados de Liberdade no Amazonas: Correntezas de um Direito. ***Revista Exitus***, Santarém/PA, v. 9, n. 4, p. 746-774, out./dez. 2019. ISSN 2237-9460.

GAMA, Taíza da Silva. Educação nas Prisões: Uma Análise Sociológica da Realidade do Estado do Rio de Janeiro. ***Revista Café com Sociologia***, v. 13, p. 01-15, jan./dez. 2024. ISSN: 2317-0352.

GIL, Antonio C. Como Fazer Pesquisa Qualitativa. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2021.

GONÇALVES, Guilherme, C. et al. Elaboração e implementação de políticas públicas. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2017.

HARRISON, T. M.; GUERRERO, S.; BURKE, G. B.; COOK, M.; CRESSWELL, A.; HELBIG, N.; HRDINOVÁ, J.; PARDO, T. Open government and e-government: Democratic challenges from a public value perspective, Information Polity, Center for Technology in Government U/Albany, v. 17, p. 83-97, 2012.

HAYASHI, Camila Midori Neves. Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a Educação Técnica Profissional como Construção (e Reconstrução) de Identidade no Complexo Penitenciário do Xuri. Monografia (Pós-Graduação Lato Sensu em Práticas Pedagógicas para EPT) – Instituto Federal do Espírito Santo, Viana, 2023.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes; GODINHO, Ana Cláudia Ferreira. Educação em Prisões: Avanços e Desafios do Debate Acadêmico sobre o Direito à Educação em Contextos de Privação de Liberdade. *Imagens da Educação*, v. 9, n. 1, 2019.

LEITE, Rosana Franzen. A perspectiva da análise de conteúdo na pesquisa qualitativa: algumas considerações. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v. 5, n. 9, p. 539-551, 2017.

LIMA, Luciana Leite; D'ASCENZI, Luciano. Implementação de políticas públicas: perspectivas analíticas. **Revista de sociologia e política**, v. 21, p. 101-110, 2013.

LOTTA, Gabriela Spanghero; PIRES, Roberto Rocha Coelho; OLIVEIRA, Vanessa Elias. Burocratas de médio escalão: novos olhares sobre velhos atores da produção de políticas públicas. 2014.

MACEDO JÚNIOR, Idonir Teles de. O sistema penitenciário na perspectiva das políticas públicas de um governo para o outro. 2015.

MONTEIRO, Felipe Mattos; CARDOSO, Gabriela Ribeiro. A seletividade do sistema prisional brasileiro e o perfil da população carcerária: um debate oportuno. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 13, p. 93-117, 2020.

MOTA, Luís F. Estudos de implementação de políticas públicas: uma revisão de literatura. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 92, p. 133-150, 2020.

MOURA, Arthur Marques; CARVALHO, Fábia Ribeiro Carvalho de. A importância da educação no sistema penal e a adesão dos encarcerados no estado da Bahia. 2023.

NOGUEIRA, V. M. R.; FAGUNDES, H. S. Implementação de políticas públicas: uma questão em debate. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL, 1., 2015, Florianópolis. Florianópolis: UFSC, 2015. p. [1-9].

OLIVEIRA, Gustavo Justino de. Administração Pública Democrática e Efetivação de Direitos Fundamentais. Direito Administrativo Democrático. Belo Horizonte: Fórum, 2010, p. 159-187.

OLIVEIRA, Antonio. Burocratas da linha de frente: executores e fazedores das políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, v. 46, p. 1551-1573, 2012.

ONOFRE, E. M. C. Apresentação. Dossiê: Educação em prisões: experiências educativas, formação de professores e de agentes socioeducativos. ***Revista Eletrônica de Educação***, v. 15, p. 1-7, jan./dez. 2021.

PASSOS, Thais Barbosa. Educação em Direitos em um Presídio Angolano. *APRENDER – Cadernos de Filosofia e Psicologia da Educação*, Vitória da Conquista, v. XV, n. 28, p. 105-122, jul./dez. 2022. ISSN online: 2359-246X.

PESSOA, Camila Virgínia Gomes; JÚNIOR, Alcides Leão Santos. Aspectos da política educacional para apenados no Rio Grande do Norte. **COLÓQUIO-Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 16, n. 3, p. 233-247, 2019.

PINHEIRO, Flawbert Farias Guedes; DA SILVA, Edailton José Cavalcanti. RELAÇÃO DA BAIXA ESCOLARIDADE COM A CRIMINALIDADE: CRIMES OCORRIDOS NA COMARCA DE BELÉM DO SÃO FRANCISCO-PE NO ANO DE 2019. **Revista Jurídica Facesf**, v. 4, n. 1, p. 41-55, 2022.

PINTO, Flávia Fernandes. Educação em Prisões: conclusões sobre o processo de implementação em penintenciárias de Mato Grosso do Sul e São Paulo. **Revista Brasileira de Execução Penal**, v. 2, n. 1, p. 271-292, 2021.

PIRES, R. R. C. Intersetorialidade, arranjos institucionais e instrumentos da ação pública. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2016.

RAEDER, Savio. Ciclo de políticas: uma abordagem integradora dos modelos para análise de políticas públicas. **Perspectivas em Políticas Públicas**, v. 7, n. 13, p. 121-146, 2014.

RAMOS, André Luiz Barbosa; DA COSTA PINTO, Janille. O DIREITO A EDUCAÇÃO NOS SISTEMAS PRISIONAIS DO TERRITÓRIO LITORAL SUL DA BAHIA: REALIDADE E DESAFIOS. **Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária–UESB/UESC**, p. 126-131, 2022.

RIBEIRO, ELIUZA SANTOS SOARES. ANÁLISE DA PRÁTICA PEDAGÓGICA DESENVOLVIDA PELOS DOCENTES QUE LECIONAM NA 1º ETAPA EJA DA ESCOLA ESTADUAL SÃO JOSÉ NO INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA MASCULINO DO ESTADO DO AMAPÁ-IAPEN. **Repositorio de Tesis y Trabajos Finales UAA**, 2023.

RIBEIRO JÚNIOR, Humberto. AS POLÍTICAS PRISIONAIS CAPIXABAS, A CRIMINALIZAÇÃO SELETIVA E AS VIOLAÇÕES AOS DIREITOS HUMANOS. 2013.

ROGELIN, Gracieli de Fátima; PIRES, Lucyenne Jessyca; ARAUJO, Michele Nunes de; MENEZES, Cinthya Vernizi Adachi de. A EJA no sistema prisional: um estudo no Complexo Médico Penal do Paraná. *Memorial TCC – Caderno da Graduação*, 2019.

SALES, Márcea Andrade; BARRETO, Maria das Graças Reis. PPP na educação em prisões: estratégias para a educação de jovens e adultos privados de liberdade. **EDUCA-Revista Multidisciplinar em Educação**, v. 6, n. 16, p. 403-423, 2019.

SANTOS, Helismar Medeiros dos; PERALTA, Deise Aparecida. **Um estudo da educação nas prisões a partir dos planos estaduais de educação para o quadriênio de 2020–2024**. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação*, Universidade Católica de Santos, 2023.

SECCHI, Leonardo; COELHO, Fernando de S.; PIRES, Valdemir. Políticas Públicas: Conceitos, Casos Práticos, Questões de Concursos. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2019.

SECCHI, Leonardo. Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções. Cengage Learning Brasil, 2023.

SEGATTO, C. I. Análise da implementação de políticas públicas: o programa de alfabetização na idade certa em dois municípios cearenses. Temas de Administração Pública, n. 7, v. 4, p. 1-16. Araraquara: UNESP, 2012.

SILVA, Alex Macedo; DANTAS, Alexandre Batista. Formulação, implementação e análise de políticas públicas: o caso do Colégio de Aplicação de Macaé/RJ. **Revista Vértices**, v. 22, n. 3, p. 447-462, 2020.

SILVA, Roberto da; MARQUES, Marineila Aparecida. Os modelos de oferta da educação em prisões no Brasil e a construção do seu projeto político pedagógico. ***Plurais Revista Multidisciplinar***, v. 6, n. 1, p. 49-67, jan./abr. 2021.

SILVA, Roselaine de Jesus Medeiros; NOGUEIRA, Vera Lúcia. Políticas públicas para formação de professores do Sistema Prisional do Estado de Minas Gerais. ***Revista Eletrônica de Educação***, v. 17, p. 1-23, e4717025, jan./dez. 2023.

SIMÕES, Armando. AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: TIPOLOGIAS E TÉCNICAS DE ANÁLISE. 2018.

SOARES, Carla Poennia Gadelha; GOMES, Marta Suiane Barbosa Machado; CORVELLO, Cynthia. Da prisão à universidade: um relato autobiográfico. *Revista Eletrônica de Educação*, v. 15, p. 1-20, e4662028, jan./dez. 2021.

SOARES JÚNIOR, MIGUEL FREITAS et al. Política pública de cota racial de inclusão do negro no serviço público: uma análise da implementação em uma Universidade Pública Federal. 2023.

SOARES, Tamara Joana Biolo. Políticas públicas e prevenção da violência no desenvolvimento infantil baseada em evidências: uma análise da implementação dos programas ACT e Conte comigo na cidade de Pelotas, RS. 2019.

SOUZA, Celina. "Estado do campo" da pesquisa em políticas públicas no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 18, n. 51, 2003.

SOUZA, Maria Celeste Reis Fernandes de; NONATO, Eunice Maria Nazareth; FONSECA, Maria da Conceição Ferreira Reis. Cenários da Educação de Mulheres Jovens e Adultas em Situação de Privação de Liberdade no Contexto Brasileiro. ***Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação***, Rio de Janeiro, v. 28, n. 108, p. 811-832, jul./set. 2020.

SOUZA, Miryan Aparecida Nascimento de; LOPES, Wiama de Jesus Freitas. Práticas educativas do processo de escolarização na cadeia feminina de Cajazeiras-PB ante às contribuições pedagógicas freireanas da educação para liberdade. ***Revista Cocar***, Belém, v. 15, n. 32, p. 1-20, 2021.

QUEIROZ, Ivo Monteiro de. Neoliberalismo e políticas educacionais: estudo do Pacto pela Educação em Goiás (2011-2018). Anápolis: Universidade Estadual de Goiás, Campus Anápolis de Ciências Sócio-Econômicas e Humanas – Linguagem e Tecnologias, 2020.

TEIXEIRA, Joicy Estrela Lima. A Educação Escolar no Sistema Prisional do Tocantins: Projeto Remição pela Leitura. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras) – Universidade Federal do Tocantins, Campus Universitário de Araguaína, 2018.

TEIXEIRA, Silvana Mazzuquello et al. HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO EM PRISÕES NO BRASIL E PANORAMA DA MODALIDADE DE ENSINO EM SANTA CATARINA:: UM RECORTE LOCAL. **Revista de Extensão**, v. 8, n. 1, 2023.

TORRES, H. G. et al. Perfis do professorado da rede pública de São Paulo: a interação entre

espaço, regras institucionais e escolhas individuais no resultado de uma política pública. Cadernos Cenpec, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 125-158, jun. 2010.

VASQUEZ, Eliane Leal et al. Políticas Públicas para Educação Penitenciária no Brasil: Primeiras versões dos planos estaduais de educação para os sistemas penitenciários. EDUCAÇÃO PENITENCIÁRIA AMAPAENSE: PESQUISAS, DEMANDAS RECORRENTES E FORMULAÇÃO DA POLÍTICA EDUCACIONAL, p. 19, 2020.

VIANA, Danielle Aparecida Barbosa Pedrosa; AMORIM-SILVA, Karol Oliveira de. A educação básica nas prisões de Minas Gerais frente à COVID-19. *SCIAS. Direitos Humanos e Educação*, Belo Horizonte/MG, v. 3, n. 2, p. 44-62, jul./dez. 2020.

Apêndice A – Roteiro da entrevista

Apêndice A – Roteiro da entrevista:

Identificação

1. Sexo
2. Cargo
3. Teve participação na elaboração dos Planos Estaduais de Educação nas Prisões?

Implementação de políticas educacionais

1. Como ocorre o planejamento das políticas que serão implementadas?
2. Quais são os principais objetivos das políticas implementadas?
3. Quais recursos (financeiros, humanos, tecnológicos) estão disponíveis?
4. Como os recursos são alocados?
5. Como os prazos são estipulados e controlados?
6. Quais os principais desafios externos ou internos que impactam a implementação?
7. Quais mecanismos de monitoramento são utilizados?
8. Como é feita a comunicação entre os níveis intergovernamentais ao longo da implementação?
9. Há flexibilidade para adaptações conforme os desafios surgem?
10. Como os grupos beneficiados estão sendo envolvidos no processo?
11. Quais métricas de sucesso estão sendo monitoradas para ajustar as ações?
12. São oferecidos treinamentos ou capacitações aos implementadores para implementar a política?
13. Como os Planos Estaduais de Educação nas Prisões são utilizados e consultados?

Apêndice B – Carta Convite

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG

INSTITUTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, ADMINISTRATIVAS E CONTÁBEIS

MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - PROFIAP

_____, __ de _____ de 2025.

Prezado(a),

Eu, Júlia Santos Silva, aluna regularmente matriculada no Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP), da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), convido o(a) senhor(a) a participar da pesquisa realizada para a dissertação de mestrado intitulada "ANÁLISE DE IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESPÍRITO SANTO: DESAFIOS, AVANÇOS E ENTRAVES DA EXECUÇÃO DOS PLANOS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO NAS PRISÕES ENTRE 2016-2024 " orientada pelo professor Dr. Lucas Santos Cerqueira.

Para alcançar os objetivos do estudo, o(a) senhor(a) está sendo convidado(a) a participar de uma entrevista.

A sua participação é fundamental para consecução dos objetivos do estudo.

Agradecemos a sua participação!

Respeitosamente,

Júlia Santos Silva

Mestranda – PROFIAP– FURG

Profª. Dr. Lucas Santos

Orientador – PROFIAP– FURG

Apêndice C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG

INSTITUTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, ADMINISTRATIVAS E CONTÁBEIS

MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - PROFIAP

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Prezada(o),

Meu nome é Júlia Santos Silva, sou aluna do Programa de Pós-graduação em Administração Pública - Mestrado Profissional em Administração Pública da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Sou a pesquisadora principal do estudo intitulado **"Análise de Implementação de Políticas Públicas de Educação no Contexto do Sistema Penitenciário do Espírito Santo: Desafios, Avanços e Entraves da Execução dos Planos Estaduais de Educação nas Prisões entre 2016-2024"**, sob orientação do Prof. Dr. Lucas Santos Cerqueira.

Convido você a participar deste estudo, que tem como objetivo compreender como foram implementadas as políticas públicas de educação nas unidades prisionais do Espírito Santo entre 2016 e 2024. Para isso, solicito sua colaboração por meio de uma entrevista, com duração estimada de 30 minutos.

Informações Importantes:

A sua participação é totalmente voluntária, e você pode recusar ou interromper sua adesão a qualquer momento, sem prejuízo algum. Caso deseje, você também poderá optar por não responder determinadas perguntas.

Os riscos são mínimos, podendo haver desconforto emocional ao tratar de temas sensíveis. Se isso ocorrer, será oferecida assistência imediata, integral e gratuita. Por outro lado, os benefícios da pesquisa estão relacionados à possibilidade de contribuir para a melhoria da gestão educacional no sistema prisional do Espírito Santo.

O estudo é classificado como descritivo, de abordagem qualitativa, mediante entrevista e análise documental, com roteiro de perguntas estruturado.

O Termo é o elaborado em duas vias, sendo uma para o pesquisador e uma para o participante, assinadas, ao final, pelo participante da pesquisa e pelo pesquisador responsável.

Garantias e Confidencialidade:

Os dados fornecidos serão mantidos sob rigoroso sigilo e utilizados apenas para fins deste estudo. Em publicações ou apresentações futuras, sua identidade será preservada, garantindo o anonimato.

Os registros da pesquisa serão armazenados em local seguro, com acesso restrito à equipe de pesquisadores. Você terá direito ao acesso às informações registradas, sempre que desejar.

Os participantes terão garantido o acesso aos resultados da pesquisa. Após a conclusão do estudo, o documento poderá ser compartilhado por e-mail ou em material impresso, de acordo com a preferência do participante.

Contato e Dúvidas:

Caso tenha dúvidas, você poderá entrar em contato com a equipe de pesquisa ou com o Comitê de Ética em Pesquisa da FURG, responsável pela análise e aprovação ética deste estudo.

- **Pesquisador responsável:**

Lucas Santos Cerqueira

Telefone: (71) 99669-9008

E-mail: lucasscerqueira@ufrb.edu.br

- **Pesquisadora principal:**

Júlia Santos Silva

Telefone: (27) 99995-2791

E-mail: juliasssantos873@gmail.com

- **Comitê de Ética em Pesquisa da FURG (CEP):**

Telefone: (53) 3237-3013

E-mail: cep@furg.br

Sua colaboração é essencial para gerar contribuições significativas para a área educacional no sistema prisional.

Atenciosamente,

Júlia Santos Silva

_____	_____
Mestranda Júlia Santos Silva	Prof. Dr. Lucas Santos Cerqueira

Registro do Consentimento pós-informação

( ) Li e concordo em participar da pesquisa.

( ) Li e não concordo em participar da pesquisa.

_____, ___ de _____ de 2025.